

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2016/2017



III

**O TERRORISMO TRANSNACIONAL E AS NOVAS GUERRAS.
IMPACTOS PARA AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

Carlos Manuel Figueiredo Lopes

MAJ CAV



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

O TERRORISMO TRANSNACIONAL E AS NOVAS
GUERRAS. IMPACTOS PARA AS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS

MAJ CAV, Carlos Manuel Figueiredo Lopes

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2017



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

O TERRORISMO TRANSNACIONAL E AS NOVAS
GUERRAS. IMPACTOS PARA AS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS

MAJ CAV, Carlos Manuel Figueiredo Lopes

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: MAJ ART, Pedro Bretes Ferro Amador

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso antiplágio

Eu, **Carlos Manuel Figueiredo Lopes**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**Terrorismo Transnacional e as Novas Guerras. Impactos para as Forças Armadas Portuguesas**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2016/2017** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **19 de junho de 2017**

Carlos Manuel Figueiredo Lopes



Agradecimentos

Constituindo-se numa tarefa difícil de concretizar, porque jamais será equilibrada face ao esforço e sacrifício que lhes foi exigido, começo, contrariamente ao usual, por agradecer àqueles que são o meu centro gravitacional, a minha família, Cristina, Duarte e Leonor. A vós devo, eternamente, o tempo retirado à atenção que mereciam e aos momentos de brincadeira de que vos privei. Mas de tudo fiz para que não fosse em vão.

Se há palavras que aqui fazem sentido são a camaradagem, amizade, inteira disponibilidade e profissionalismo, pois fizeram-se sentir pelo Major Pedro Bretes Ferro Amador, orientador deste trabalho. Desde do primeiro momento acreditou em mim e tudo fez para chegarmos aqui, o meu muito obrigado.

A todos quanto tive o privilégio de entrevistar e se dignaram a receber-me ou responder fora de horas, desde o General Loureiro dos Santos, Almirante Reis Rodrigues, Coronel Eric Kalajzic, Coronel Maia Pereira, Coronel Lemos Pires, Coronel Paulo Curro, Tenente-Coronel Proença Garcia, Comandante José Freitas, Tenente-Coronel Carlos Batalha até ao Commander Shayne Hussain, sem esquecer quem me abriu as portas no estrangeiro, Tenente-Coronel Jorge Pedro e Major João Abreu. Agradeço-vos pelos contributos sábios e amigos, que neste trabalho ficaram vertidos e com os devidos créditos merecidos.

Pela preciosa e cuidada revisão ao presente trabalho, gostaria de expressar o meu sentido apreço ao Tenente-Coronel Carlos Batalha, Major Duarte Cigre e Patrícia Caldeira.

Ao meu camarada e amigo Tiago Fazenda, que me acompanha desde os bancos da Academia, e a quem não preciso agradecer, embora pretenda deixar registadas as longas horas de discussão de como, mais uma vez, iríamos ultrapassar um obstáculo com o “coração no lado de lá”, como cavaleiros que somos.

Por último, mas não menos importante, a todos os camaradas que direta ou indiretamente, contribuíram para a consecução do trabalho que se segue.

A todos, bem hajam.



Índice

Introdução	1
1. Enquadramento conceptual e metodologia	4
1.1. Enquadramento Conceptual	4
1.2. Procedimento Metodológico	8
2. Terrorismo Transnacional: da jihad à estratégia	11
2.1. Das raízes ao <i>Daesh</i>	11
2.2. <i>Ends</i>	13
2.3. <i>Ways</i>	14
2.4. <i>Means</i>	18
2.5. Síntese Conclusiva	20
3. As Novas Guerras	21
3.1. Velhas Guerras	21
3.2. As “novas” Guerras	22
3.3. Influência do TT nas NG	25
3.4. Síntese Conclusiva	27
4. Influência do TT e NG nas FFAA	28
4.1. Dos Conceitos Estratégicos ao Combate ao Terrorismo	28
4.2. A estratégia de desenvolvimento de forças	35
4.3. Programas de edificação de capacidades OTAN e UE	40
4.4. Síntese Conclusiva	43
5. Análise dos Impactos nas FFAA	45
5.1. Dos documentos enquadrantes	45
5.2. Da estratégia de desenvolvimento e aplicação da força	46
5.3. Execução da estratégia de desenvolvimento e aplicação da força na LPM	52
5.4. Síntese Conclusiva	53
Conclusões	55
Bibliografia	60



Índice de Anexos

Anexo A —	Participação de Portugal em programas da OTAN e UE.....	Anx A - 1
Anexo B —	Estratégia de Combate ao Terrorismo vs Capacidades FFAA.....	Anx B - 1

Índice de Apêndices

Apêndice A —	Corpo de Conceitos e Glossário.....	Apd A - 1
Apêndice B —	Resumo de Orientações Políticas.....	Apd B - 1
Apêndice C —	Extratos das entrevistas realizadas.....	Apd C - 1

Índice de Figuras

Figura 1 –	Espectro do terrorismo e violência política.....	5
Figura 2 –	Percurso Metodológico.....	9
Figura 3 –	Modelo de Análise.....	10
Figura 4 –	Enquadramento do jihadismo no Islão.....	11
Figura 5 –	Programa de Intenções e Objetivos Políticos do Daesh.....	14
Figura 6 –	Diagrama de Wiktorowicz – integração num grupo radical religioso.....	15
Figura 7 –	Acordos de conveniência entre atores não-estatais violentos.....	16
Figura 8 –	Estrutura Orgânica do Daesh.....	17
Figura 9 –	Ações Jihadistas - <i>means</i>	18
Figura 10 –	Europa: Daesh principal ameaça.....	19
Figura 11 –	Material de Guerra do Daesh.....	19
Figura 12 –	Tipologia de Guerras e Conflitos geracionais.....	23
Figura 13 –	Conceito de guerra híbrida.....	24
Figura 14 –	Os conflitos mais mortíferos de 2015.....	26
Figura 15 –	Arco de instabilidade Norte de África & Sahel em 2015.....	29
Figura 16 –	Linhas de ação estratégicas da UE no combate ao terrorismo.....	30
Figura 17 –	Ciclo de Planeamento de Defesa Militar.....	35
Figura 18 –	Principais áreas de preocupação da EDA.....	42
Figura 19 –	Prioridades do CPD.....	43
Figura 20 –	Priorização de lacunas pelo risco associado.....	47



Índice de Tabelas

Tabela 1 – Diferenças entre velhas e novas guerras	22
Tabela 2 – Comparação de objetivos estratégicos no combate ao terrorismo	32
Tabela 3 – Enquadramento Legislativo da cooperação das FFAA com as FSS	33
Tabela 4 – Participação das FFAA em missões de combate ao terrorismo	34
Tabela 5 – As estratégias genéticas e estrutural das FFAA entre 2004 e 2014	36
Tabela 6 – Capacidades das FFAA para o combate ao terrorismo	38
Tabela 7 – Meios e Capacidades das FFAA em apoio às FSS no combate ao terrorismo ..	39
Tabela 8 – Impactos nas Estratégias Genética e Estrutural	46
Tabela 9 – Prioridades capacidades EMGFA vs MIFA vs combate terrorismo	48
Tabela 10 – Prioridades capacidades Marinha vs MIFA vs combate terrorismo	49
Tabela 11 – Prioridades capacidades Exército vs MIFA vs combate terrorismo	50
Tabela 12 – Prioridades capacidades Força Aérea vs MIFA vs combate terrorismo	51
Tabela 13 – Impactos estratégicos por projeto	52
Tabela 14 – Participação de Portugal em programas da OTAN e UE.....	Anx A - 1
Tabela 15 – Estratégica de Combate ao Terrorismo vs Capacidades das FFAA.....	Anx B - 1
Tabela 16 – Resumo de Orientações Políticas.....	Apd B - 1



Resumo

O terrorismo transnacional tem-se afirmado como uma das principais ameaças à segurança internacional. Enquanto atores não estatais no Sistema Internacional, estes grupos terroristas, quando presentes, têm influência na condução da guerra, atribuindo-lhes um novo carácter.

A presente investigação tem por objetivo analisar os impactos que o terrorismo transnacional e as novas guerras produzem nas estratégias estrutural, genética e operacional das Forças Armadas Portuguesas. Para tal, procuramos identificar uma estratégia associada ao ator não-estatal Daesh e a forma como esta tipologia de ator terrorista influencia as novas guerras, com consequentes impactos nos conceitos estratégicos da OTAN, UE e de Portugal e nos processos de planeamento militar dos mesmos.

Concluimos que o ator Daesh tem uma estratégia associada em *ends, ways e means*, tendo influência nas novas guerras, por força da adaptação necessária à conjuntura do presente. Verificou-se igualmente que esta influência está revertida nos documentos estruturantes de Defesa e, consequentemente, na definição da estratégia genética e estrutural.

Quanto às Forças Armadas Portuguesas, identificou-se que estas possuem capacidades para fazer face a cenários onde a ameaça terrorista está presente, com a possibilidade de combater interna ou externamente. No entanto, existe margem para melhorar os processos de atribuição de prioridades na edificação de capacidades que podem deixar algumas medidas de combate ao terrorismo comprometidas.

Palavras-chave

Terrorismo Transnacional, Novas Guerras, Estratégia Estrutural, Estratégia Genética, Estratégia Operacional.



Abstract

Transnational terrorism has established itself as a major threat to international security. While non-state actors in the international system, these terrorist groups, when present, influence the conduct of the war, giving them a new character.

The present research aims to analyze the impacts that transnational terrorism and new wars produce on the structural, genetic and operational strategies of the Portuguese Armed Forces. In order to achieve this goal, we seek to identify Daesh strategy as non-state actor and how this typology of terrorist actor influences the new wars, with consequent impacts on the strategic concepts of NATO, EU and Portugal including on the military planning processes of the same ones.

We conclude that Daesh as actor has an associated strategy in ends, ways and means, having influence in the new wars, due to the necessary adaptation to the present conjuncture. It was also found that this influence is reversed in the structural documents of Defense and, consequently, in the definition of the genetic and structural strategy.

As for the Portuguese Armed Forces, it has been identified that these have capabilities to deal with scenarios where the terrorist threat is present, with the possibility of fighting internally or externally. However, there is scope to improve the processes of prioritizing capacity building that may leave some counter-terrorism measures compromised.

Keywords

Transnational Terrorism, New Wars, Structural Strategy, Genetic Strategy, Operational Strategy.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

ADM	Armas de Destruição Massiva
AT	Antiterrorismo

C

CCEM	Conselho de Chefes de Estado-Maior
CDP	<i>Capability Development Plan</i>
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
C-IED	<i>Counter Improved Explosive Device</i>
CMF	Conjunto Modelar de Forças
CPDM	Ciclo de Planeamento de Defesa Militar
CT	Contraterrorismo
C2	Comando e Controlo
C4ISR	<i>Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>

D

DAT PoW	<i>Defence Against Terrorism Programme of Work</i>
DIPLAEM	Divisão de Planeamento Estratégico Militar
DGRDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

E

EDA	<i>European Defence Agency</i>
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ENCT	Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo
EUA	Estados Unidos da América
EOD	<i>Explosive Ordnance Disposal</i>

F

FFAA	Forças Armadas
FPAS	Forças Permanentes em Ação de Soberania
FRI	Força de Reação Imediata
FSS	Forças e Serviços de Segurança



G

GC	Gestão de Consequências
GF	Guerra Fria
GM	Guerra Mundial

H

Hip	Hipótese
-----	----------

L

LDN	Lei de Defesa Nacional
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LOEMGFA	Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas
LPM	Lei de Programação Militar
LSI	Lei de Segurança Interna

M

MIFA	Missões das Forças Armadas
MDN	Ministério da Defesa Nacional

N

NBQR	Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico
NG	Novas Guerras

O

OG	Objetivo Geral
OE	Objetivo Específico
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

PAO	Plano de Articulação Operacional
-----	----------------------------------

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

S

SGSSI	Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna
SF	Sistema de Forças
SFN	Sistema de Forças Nacional
SI	Sistema Internacional



T

TT Terrorismo Transnacional

U

UE União Europeia

V

VICA Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo

5

5GW Guerra da 5.^a Geração



Introdução

Na última década, o Terrorismo Transnacional (TT) tem-se constituído como uma das principais ameaças à segurança internacional. Não só o podemos constatar na análise às inúmeras intervenções políticas dos líderes mundiais, como é referido, invariavelmente, com maior frequência nos meios de comunicação social.

Existindo inúmeras definições de terrorismo¹, consideramos ser um conceito importante clarificar para o presente trabalho, considerando para tal o debate entre especialistas sobre esta matéria. No entanto, a este conceito pode estar associado o de “novas” Guerras (NG). De acordo com Mary Kaldor, as NG são caracterizadas pela presença de atores não-estatais, cujos objetivos não são apenas políticos, que utilizam qualquer forma para atacar para além do convencional, e cujas formas de financiamento não provêm dos Estados (Kaldor, 2013). Neste sentido, importa perceber como se caracterizam as guerras da atualidade e se o TT interfere diretamente nas mesmas.

Portugal, enquanto membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Estado membro da União Europeia (UE), contempla no seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) o TT e outras formas de extremismo violento como ameaças ao ambiente de segurança global, com impacto altamente desestabilizador (CEDN, 2013). Considerando que a segurança do Estado também é garantida fora de fronteiras importa, igualmente, perceber de que forma este novo caráter da guerra, associado ao TT, influencia a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força das Forças Armadas (FFAA).

Por conseguinte, a presente investigação propõe-se fornecer uma visão holística da ameaça do TT à segurança global, demonstrando como este influencia o fenómeno da guerra e qual o impacto que provoca nas estratégias das FFAA Portuguesas, em particular. Entende-se que esta temática é relevante para os domínios da Estratégia, relacionando-se com o estudo das crises e dos conflitos armados e, subsidiariamente, para os militares e outras entidades contribuintes para a Segurança Nacional.

Nesse sentido, definimos como **objeto de estudo** a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força – Estratégia Estrutural, Genética e Operacional das FFAA Portuguesas.

Conscientes da abrangência da nossa investigação, **delimitámo-la quanto ao tempo**, cingindo o nosso estudo desde o final da Guerra Fria (GF) – 1989 – até 2017, por dois

¹ Há pelo menos 109 versões registadas até 1988 e depois do 11 de setembro até 2011 havia, sensivelmente, 250 definições (Pereira, 2016, p.52).



motivos: (i) as guerras começam a sofrer mutações após o final da GF e (ii) o TT teve maior expressão no sistema internacional, após o 11 de setembro de 2001. Circunscrevemo-nos ao **Fundamentalismo Islâmico** perpetrado por Jihadistas, pois consideramos ser a ameaça mais provável, no quadro internacional, nomeadamente através do Daesh.

Assim, o presente estudo tem por **objetivo geral** (OG) analisar os impactos que o TT e as NG produzem nas estratégias estruturais e genéticas, propostas pelos Ramos e na estratégia operacional planeada e conduzida pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), conforme previsto em termos nacionais.

Para alcançar o OG a que nos propusemos, definimos os seguintes **objetivos específicos** (OE):

OE1 – Caracterizar a estratégia do Daesh, enquanto ator não-estatal e grupo terrorista transnacional;

OE2 – Caracterizar as NG e perceber qual a influência do terrorismo nas mesmas;

OE3 – Identificar os impactos do TT e das NG na estratégia de desenvolvimento e aplicação da força nas FFAA Portuguesas;

OE4 – Analisar a influência dos impactos do TT e das NG na estratégia de desenvolvimento e aplicação de força nas FFAA Portuguesas;

Com o intuito de atingirmos o OG definimos como **questão central** (QC):

De que forma a interligação do TT e das NG influenciam a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força das FFAA portuguesas?

Decorrente desta QC surgem outras **questões derivadas** (QD), que nos ajudarão a alcançar os objetivos específicos (OE), e respetivas hipóteses (Hip), a saber:

QD1 – Quais os *ends*, *ways* e *means* associados à estratégia do Daesh?

Hip1 – O Daesh, enquanto ator não-estatal e grupo terrorista transnacional, visa *ends* políticos, religiosos e sociais, concretizando-os através dos *ways* da radicalização, ataques terroristas, associação à criminalidade e conquista territorial, com a utilização de *means* bélicos, grupos terroristas afiliados e lobos solitários.

QD2 – De que forma se caracterizam as NG?

Hip2 – As NG mantêm a natureza da guerra, mas a presença de grupos terroristas transnacionais, enquanto atores não-estatais, têm capacidade de alterar o seu caráter.



QD3 – Quais os impactos do TT e das NG na estratégia de desenvolvimento e aplicação da força nas FFAA Portuguesas?

Hip3 – As capacidades e estruturas das FFAA foram sendo edificadas e adaptadas de acordo com reformas que, não sendo especificamente desenhadas para tal, permitem o emprego operacional no combate ao terrorismo no âmbito externo e interno.

QD4 – Que consequências poderão advir dos impactos do TT e das NG, ou ausência dos mesmos, nas FFAA Portuguesas?

Hip4 – Decorrente do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar (CPDM), as prioridades atribuídas às capacidades, podem permitir as FFAA atuarem com medidas de combate ao terrorismo comprometidas.

Para o desenvolvimento do trabalho optámos por seguir um **raciocínio hipotético-dedutivo**, utilizando uma estratégia de investigação qualitativa, recorrendo ao desenho de pesquisa de **estudo de caso** focado nas FFAA Portuguesas.

Assim, organizámos o nosso trabalho em cinco capítulos, apresentando no final as conclusões, como corolário da investigação. No primeiro capítulo, efetuamos o enquadramento conceptual, seguido do percurso metodológico, que apoia toda a investigação, assim como a apresentação do modelo de análise idealizado. O segundo capítulo, foi dedicado à evolução da *jihad* e à caracterização da estratégia do Daesh, no sentido de perceber os seus objetivos (*ends*), modos de atuação (*ways*) e meios (*means*), dando resposta à QD1. No terceiro capítulo caracterizamos alguns tipos de NG, com o propósito de perceber a influência do TT na guerra de hoje, respondendo à QD2. No quarto capítulo identificamos os impactos que o TT e as NG tiveram na estratégia de desenvolvimento e aplicação da força nas FFAA portuguesas, refletindo a resposta da QD3. O quinto capítulo é dedicado à análise dos impactos do TT e das NG nas nossas FFAA, dando resposta à QD4.

Por último, concluímos a presente investigação com a resposta à nossa questão central, dando especial enfoque nos contributos para o conhecimento. Com efeito, apresentaremos as nossas recomendações práticas e propostas de investigação futuras.

Este trabalho foi realizado com recurso à ferramenta de referenciação automática de bibliografia *Zotero*®, estilo *Harvard Anglia**2016. Perante a diversidade de inúmeras organizações, conceitos e definições na língua anglo-saxónica, optámos por não traduzir algumas sob pena de alterar o seu significado.



1. Enquadramento conceptual e metodologia

Este capítulo tem por finalidade efetuar o enquadramento dos conceitos tidos na elaboração do presente trabalho, em particular TT, NG, conceito de estratégia de desenvolvimento e aplicação da força e definição das medidas de combate ao terrorismo que podem enquadrar as capacidades das FFAA.

Apresentamos igualmente o percurso metodológico que definimos seguir, assim como o modelo de análise que idealizámos.

1.1. Enquadramento Conceptual

1.1.1. Terrorismo Transnacional

A definição de terrorismo da OTAN refere-se à “utilização ilegal da força ou da violência, imprimindo o medo ou terror, contra pessoas ou património, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades, ou obter o controlo sobre a população, para atingir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos” (NATO, 2016b), da qual podemos deduzir que o TT encontra-se incluído nesta definição. No entanto, se a definição de TT é clara quanto aos objetivos, a conceptualização do termo aconselha a uma maior reflexão.

Nesse sentido, podemos dividir o terrorismo em três tipologias: (i) o doméstico, de nível local ou regional – e.g. derrube de governos apóstatas (*takfir*); (ii) o internacional, que envolve cidadãos em território de dois ou mais Estados; (iii) o transnacional, quando pelo menos um dos atores é não-estatal e com capacidade global (Pereira, 2016, pp.56–57).

É ainda possível acrescentar a direção da violência como forma de categorizar o terrorismo, conforme Schmid e Marsden (2011, p.162) preconizam: se for contra um Estado, ou se proveniente do próprio Estado, posicionando o TT contra os Estados (vide figura 1). Definindo-se esta escolha, pela distância geográfica entre a área de atuação doméstica do grupo com a execução do ataque, ou ainda, pela dispersão de células por várias nações, como é o caso da Al-Qaeda [ou presentemente do Daesh].



O Terrorismo Transnacional e as Novas Guerras. Impactos para as Forças Armadas Portuguesas

Direção da Violência	Anti-Estado			Estado	
Magnitude	Micro			Macro	
Tipo	Terrorismo Individual	Terrorismo Subnacional	Terrorismo Transnacional	Terrorismo de Estado contra oponentes domésticos e transnacionais	Genocídio
Perpetradores	Assassinos	Nacionalistas étnicos	Estados e Organizações Terroristas Transnacionais	Polícia Secreta	Polícia Secreta
	Bombistas	- Militantes religiosos - Radicais ideológicos - Organizações Híbridas		- Forças Especiais Militares; - Forças paramilitares ou grupos <i>state-sponsored</i>	- Forças Especiais Militares; - Forças paramilitares ou grupos <i>state-sponsored</i>

Figura 1 – Espectro do terrorismo e violência política

Fonte: adaptado de (Schmid e Marsden, 2011, p.162)

Outra forma de categorização que identificámos, liga-se com duas perspetivas. Se para uns autores o terrorismo é considerado apenas como uma técnica, para outros constitui uma forma de guerra subversiva, conduzida por atores com objetivos definidos.

A primeira perspetiva, defendida por Lemos Pires, para quem o terrorismo é uma técnica utilizada como forma de se atingirem determinados objetivos, sendo de fácil utilização, estando *off the shelf* – uma técnica disponível na “prateleira” para ser empregue (Pires, 2012). De igual modo, para o Comité da Cruz Vermelha Internacional, o terrorismo é um “fenómeno”, tanto na prática como no plano jurídico, pelo que não se lhe pode declarar guerra. Todavia, havendo a identificação de um grupo como ator não-estatal, estes podem ser julgados no âmbito de um conflito armado (ICRC, 2015).

Em contraponto, Proença Garcia defende que o TT está inserido no conceito mais lato de subversão por ter uma intenção, objetivos, recrutamento e organizações globais (2010, pp.191–192), tal como Angstrom e Widen (2015, p.28), que consideram o terrorismo e a guerra de guerrilha como duas formas de guerra não convencional, associadas à guerra assimétrica.

No entanto, para o presente trabalho consideramos TT como a utilização ilegal da força ou da violência, por um ator não-estatal, dirigida contra Estados, para atingir objetivos políticos, religiosos ou sociais, materializando uma das principais ameaças ao Sistema Internacional (SI). Tornando-se importante caracterizar a estratégia do Daesh, enquanto ator não-estatal, tomámos por referência o trabalho realizado por Sequeira Heleno (2017) intitulado “*O Jihadismo*”.



1.1.2. Novas Guerras

Quanto às NG, o debate também está presente entre especialistas e centrado na existência de novas ou apenas velhas guerras. Sobre o tema, Proença Garcia (2010, p.133) refere vários autores que caracterizaram as guerras de terceiro tipo, de quarta geração, de debilitação nacional, guerras pós-modernas, guerras híbridas e por último, as NG de Mary Kaldor.

Dada a discussão, percebemos que segundo Mary Kaldor (2013, pp.2–3) existem diferenças nas guerras da década de 1990 em diante, associando-as aos atores, objetivos, métodos e formas de financiamento, afastando-se do conceito Clausewitziano. Contudo, Escorrega e Lousada (2010, p.13) afirmam que “nunca o conceito trinitário de guerra de Clausewitz foi tão atual onde a racionalidade pura, paixão e ódio, probabilidades e acaso se mantêm presentes. Estes autores fundamentam a sua visão na evolução tecnológica visível a partir do final da II Guerra Mundial (GM), bem como no facto da guerra assimétrica/irregular ser intemporal.

Angstrom e Widen (2015, p.23), no livro “*The Dynamics of War*”, analisam a guerra tendo em conta várias opiniões de autores consagrados como Waldman, Smith, Creveld, Keegan, entre outros, referindo que a distinção de Clausewitz, entre a natureza e o caráter da guerra, implica diretamente que esta pode mudar e ser categorizada, enquanto, simultaneamente, mantém a sua natureza. Mike Smith (2005, p.52 cit. por Angstrom e Widen, 2015, p.23) sugere que a lógica de Clausewitz se mantém válida – independentemente da denominação como “nova” guerra, guerra étnica, guerra de guerrilha, terrorismo ou guerra contra o terrorismo, no final existe apenas um significado de guerra, que é ela própria.

1.1.3. Estratégia de desenvolvimento e aplicação da força

Para analisar os impactos do TT e das NG nas FFAA Portuguesas, no contexto da estratégia quanto ao desenvolvimento e aplicação da força, importa perceber que esta se divide em: (i) aspetos operacionais – ligados à utilização dos meios; (ii) aspetos genéticos – relacionados com a geração e criação de novos meios; (iii) e estruturais – correspondentes à composição, organização ou articulação dos meios. Na prática, os três tipos de estratégia devem responder às seguintes questões: como utilizar os meios existentes e/ou potencialmente existentes (estratégia operacional)?; que meios devem ser desenvolvidos nos prazos de cinco, dez ou 20 anos para fazer face às ameaças previsíveis (estratégia genética)?; que estruturas devem ser corrigidas, desenvolvidas ou eliminadas para que se reduzam as



vulnerabilidades, reforcem as potencialidades e se obtenha um melhor rendimento dos meios e recursos (estratégia estrutural)? (Couto, 1988, pp.230–232; Borges, 2013b, p.72).

No entanto, sabemos que a estratégia militar é enformada pelos CEDN, Conceito Estratégico Militar (CEM), Missões das FFAA (MIFA) e Sistema de Forças Nacional (SFN). Contudo, em linha com as diretivas ministeriais, compete aos Chefes dos Estado-Maior dos Ramos: formular e propor a estratégia estrutural do respetivo ramo, a sua transformação e a estratégia genética associada aos sistemas de armas necessários ao seu reequipamento. Ficando na competência do CEMGFA o planeamento e implementação da estratégia operacional (MDN, 2014d).

1.1.4. As medidas de combate ao terrorismo

De acordo com o *Conceito Militar da OTAN para a defesa contra o terrorismo* e o *Conceito do Comité Militar para o combate ao terrorismo* (MC 0472), são identificadas medidas operacionais para lidar com a ameaça, subdividindo o combate ao terrorismo em: (i) contraterrorismo (CT), que implicam estratégias ofensivas/ativas para reduzir a vulnerabilidade das forças, pessoas e bens ao terrorismo, incluindo a repressão e a supressão. Estas medidas são direcionadas para diminuir as capacidades dos terroristas, constituindo-se como o principal objetivo intermédio; (ii) antiterrorismo (AT), que combina todas as medidas defensivas para reduzir as hipóteses de um ataque ou reduzir a vulnerabilidade de alvos potenciais. É um esforço a longo-termo sobre as bases de apoio do terrorismo e suas causas, atuando nos ambientes que possam potenciá-lo. Contudo, as autoridades nacionais são aqui os atores principais e responsáveis pela defesa das populações e infraestruturas, onde a OTAN pode contribuir, principalmente, com a partilha de informações. Não obstante ser possível a contribuição com capacidades militares; (iii) gestão de consequências (GC), direcionada para as medidas reativas necessárias, após um ataque terrorista, para mitigar os seus efeitos destrutivos, tratando-se de uma medida de responsabilidade, maioritariamente, nacional (Bernasconi, 2011; NATO, 2016b).

Neste âmbito identificámos dois trabalhos cuja abordagem enquadra as capacidades das FFAA em cada uma das medidas acima discriminadas, contribuindo para a nossa investigação. Nomeadamente a monografia do Cor Inf Pereira (2009) intitulada “*As Forças Armadas nas operações de combate ao terrorismo internacional, narcotráfico e imigração ilegal, numa perspetiva de Emprego Conjunto*”; e um estudo de Marques et. al (2017, pp.533–540) “*A participação das FFAA Portuguesas no combate ao terrorismo*”.



1.2. Procedimento Metodológico

Para a consecução desta investigação idealizámos um percurso metodológico (figura 2) assente no **raciocínio hipotético-dedutivo** tendo por base as três etapas de Quivy e Campenhoudt (2008, pp.24–31) e chegar a um modelo de análise (figura 3) que através da utilização da **Estratégia de Investigação Qualitativa** (Santos et al., 2016, p.39) nos permitiu alcançar um conhecimento mais profundo do nosso objeto de estudo.

Por conseguinte, apoiamo-nos num **desenho de pesquisa** assente no **estudo de caso** das FFAA Portuguesas, cuja técnica de recolha utilizada consistiu em **análise documental** e **entrevistas** semiestruturadas, resultando numa perspetiva interpretativa que nos permitiu efetuar uma análise dos impactos na estratégia de desenvolvimento e aplicação da força, decorrente do CPDM, apenas até ao passo quatro – implementação².

Na primeira fase, de exploração, rompemos com falsas evidências e para tal consultámos literatura sobre o TT, ameaças transnacionais, NG, estratégia e efetuámos entrevistas exploratórias. Para estas, selecionámos três oficiais do Exército, por terem estado na conceção dos últimos CEDN, CEM e serem especialistas reconhecidos – Cor Cav Rui Ferreira, Cor Inf Lemos Pires e TCor Inf Proença Garcia.

A segunda fase visou a construção do modelo de análise cuja ideia teórica assenta na influência que o TT e as NG têm na estratégia de desenvolvimento e aplicação da força das FFAA Portuguesas. Considerando que o ator não-estatal Daesh, como ameaça transnacional que maior preocupação apresenta ao ocidente, tem uma estratégia associada e as NG alteram o seu carácter influenciado pelo terrorismo. Convergindo em impactos na estratégia de desenvolvimento e aplicação da força, que se torna perceptível nas diferentes fases do CPDM, quer pela análise de documentação estruturante, quer pela observação de capacidades que podem contribuir no CT, AT e GC, quando simultaneamente cumprem as MIFA. Ficando a organização do trabalho distribuída por cinco capítulos, onde são respondidas as QD e validadas as respetivas hipóteses.

A terceira fase do nosso percurso metodológico – conclusiva, foi realizada através da bibliografia analisada, quer das entrevistas semiestruturadas³. Deste modo, verificámos as hipóteses identificadas e extraímos as respetivas conclusões que nos responderam à QC, correspondendo todo este percurso à figura 2.

² Segundo Curro (2017) ainda nos encontramos no passo II do CPDM, mas a LPM está implementada.

³ Executadas a dez oficiais, repartidas por especialistas, funções no âmbito da OTAN e UE, bem como desempenho de funções chave ao nível do MDN/DGRDN e EMGFA/DIPLAEM (Apêndice C).



O Terrorismo Transnacional e as Novas Guerras. Impactos para as Forças Armadas Portuguesas

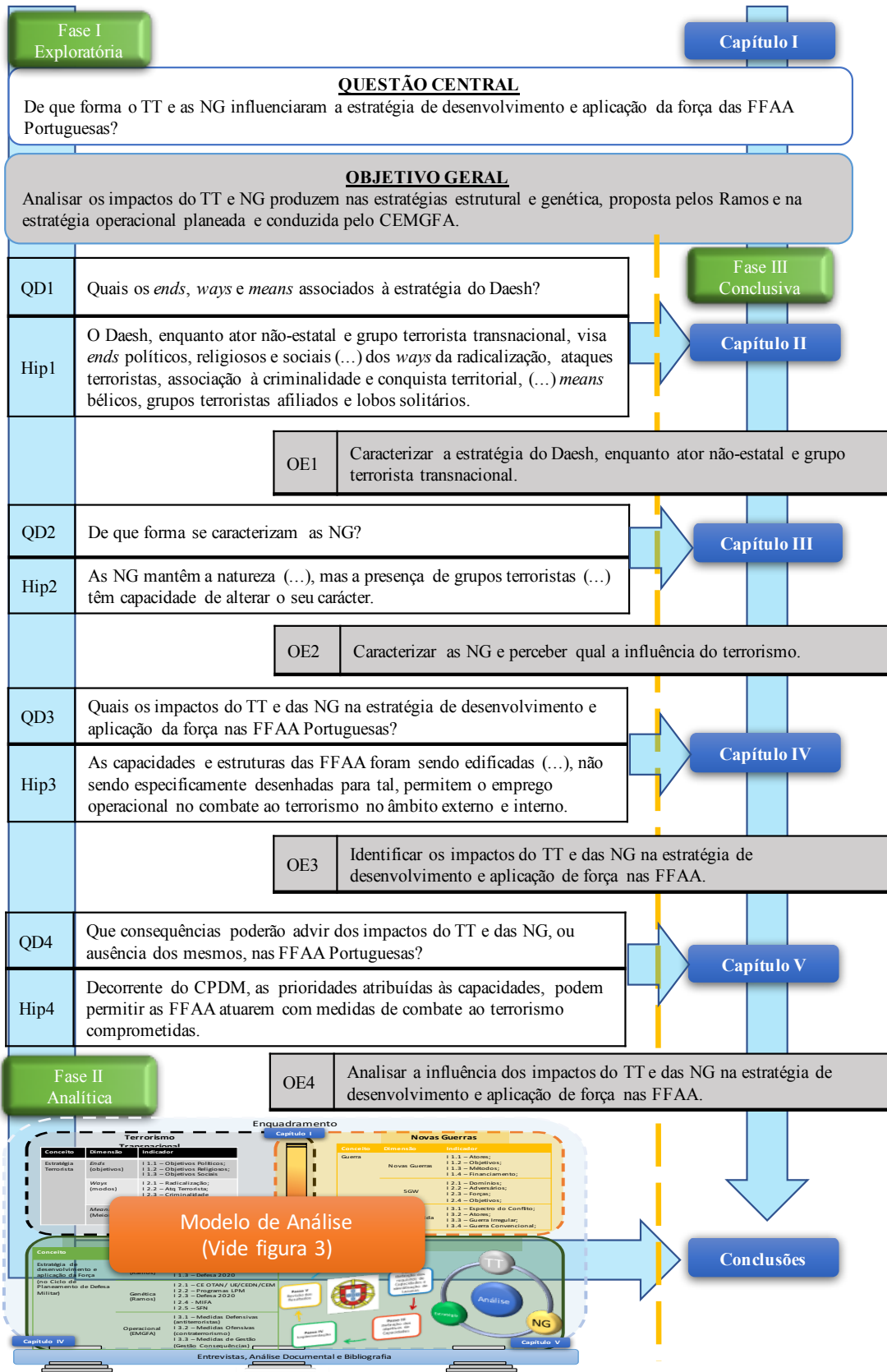


Figura 2 – Percurso Metodológico

Fonte: (autor, 2017)



Utilizado como filtro ao longo de todo o percurso metodológico, aplicamos o modelo de análise conforme figura 3, procurando os indicadores ao longo da investigação que nos permitiram dar resposta às QD e validar as nossas hipóteses, supra descritas.

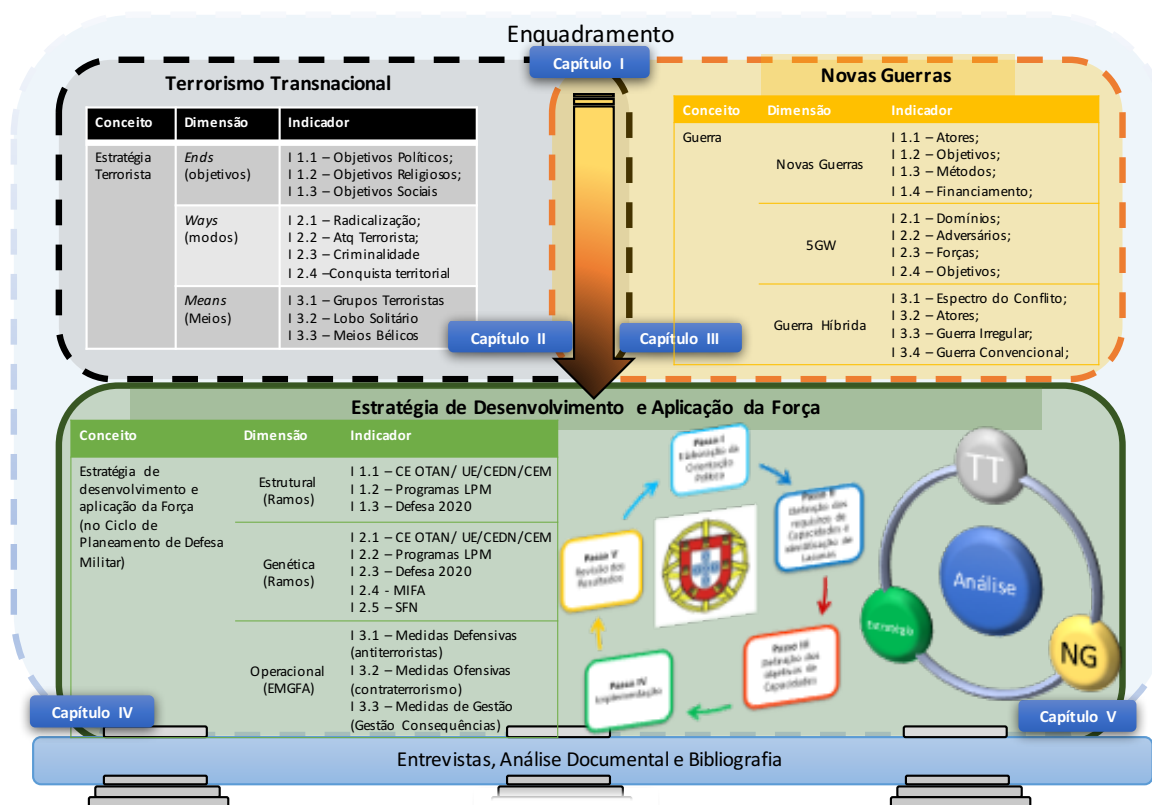


Figura 3 – Modelo de Análise

Fonte: (autor, 2017)



2. Terrorismo Transnacional: da *jihād* à estratégia

Neste capítulo explicamos, resumidamente, a evolução da *jihād* e caracterizamos a estratégia do Daesh, enquanto ator não-estatal e grupo terrorista transnacional. Procurando para tal, observar os seus *ends* políticos, religiosos e sociais; alguns *ways* associados ao processo de radicalização, ataques terroristas, associação criminosa e conquista territorial; que obtêm através de *means* disponíveis, tais como bélicos, grupos terroristas afiliados e lobos solitários.

2.1. Das raízes ao Daesh

O Islão apenas reconhece Allah como único Deus. A Sua palavra, revelada ao Profeta Maomé, encontra-se no livro sagrado o Alcorão, que define as diretrizes para a organização da *Umma*, relativas à comunidade política de crentes, e as *sûra* relativas à organização político-administrativa da comunidade muçulmana, representando assim uma fonte jurídica e de oração (Silva, 2016, pp.3–6).

Com a sucessão do Profeta, no séc. VII, o Islão ramificou-se em xiitas e sunitas, porém ambos comungam dos cinco pilares do Islão⁴. Contudo, os radicais islâmicos carijitas acrescentaram um sexto pilar – a *jihād* ou Guerra Santa (Silva, 2016, pp.47–56).

Grande parte dos estudos sobre o Islão consideram o fundamentalismo islâmico como jihadismo, associado a grupos radicais, como o Daesh, pelo que se esclarece este posicionamento, através da figura 4.

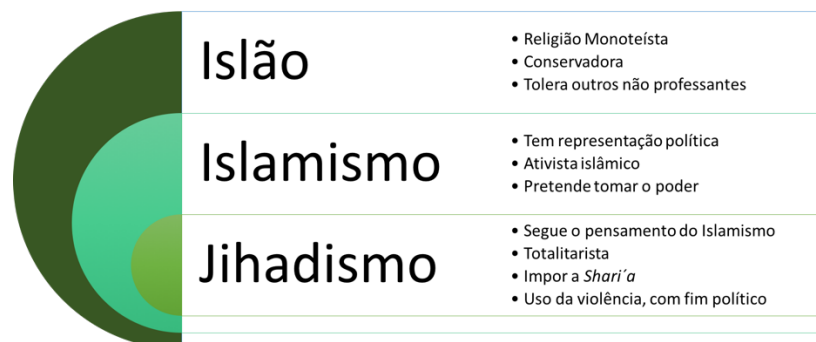


Figura 4 – Enquadramento do jihadismo no Islão

Fonte: Adaptado de (Duarte, 2017)

Segundo Duarte (2015, p.81) a *jihād* é “uma combinação de três princípios: (i) o esforço individual de luta contra si mesmo; (ii) a luta pela expansão do Islão, logo, a luta

⁴ Pilares do Islão: (i) profissão de fé, confessar que só existe um Deus; (ii) Oração, rezar cinco vezes ao dia; (iii) Esmola, pagar a sua dívida; (iv) Jejum, jejuar no Ramadão – mês em que o Alcorão foi revelado a Maomé; (v) Peregrinação, à cidade santa de Meca; (Silva, 2016, pp.47–56). Termos em árabe vide Apêndice A.



contra os “infiéis”, e a luta contra o muçulmano que não está de acordo com o preceito islâmico (*takfir*); (iii) e a luta para seguir o caminho de Deus.”

A Guerra Santa divide-se: (i) quanto à forma – pequena e grande *jihad*; (ii) quanto à divisão do mundo – terra do Islão e da Guerra; (iii) quanto ao conceito de Guerra Santa – *jihad* defensiva e ofensiva. Dando enfoque na *jihad* defensiva [por ser a evocada pelos grupos radicais], como forma de defender o Islão dos fiéis, esta apresenta cinco objetivos definidos: (i) defender o Islão; (ii) combater os inimigos; (iii) combater a injustiça e a corrupção; (iv) estar preparado para a *jihad*; (v) cumprimento de normas para com o inimigo; (Silva, 2016, pp.56–58).

No entanto, o jihadismo tem evoluído de acordo com diferentes correntes de pensamento, sendo possível identificar: (i) Ahmad ibn Hanbal, séc.IX, cuja corrente ficou conhecida como “hanbalismo” e associado às lutas antixiitas; (ii) Ibn Taymiyya, séc. XIII, conhecido como pai da Revolução Islâmica contra os mongóis; (iii) Al-Wahhab, séc.XVIII, conhecido pela doutrina salafista wahhabita, na luta por um Estado Islâmico independente do Império Otomano influenciado pelo colonialismo Ocidental⁵ [principal inspiração do Daesh]; (iv) Hassan al-Banna, Syed Qutb e Maudubi, no séc. XX, ligados à Irmandade Muçulmana, no Egito, e contra o imperialismo Ocidental. (Silva, 2016, pp.69–100; Duarte, 2015, pp.85–89; Cherem, 2010, pp.88–89; Cook, 2005, pp.90–92). A maioria destes Imãs defendeu o puritanismo Islâmico, tendo utilizado violência extrema contra quem assim não pensasse.

De facto, o jihadismo foi sofrendo transformações e, como refere Mongiardim (2004 cit. por Garcia, 2006a, p.350), “o terrorismo assumiu dois tipos de natureza: a secular, que determina livremente os seus objetivos, meios e fins; e a religiosa, apegada a leis que lhe são ditadas por um Ente Superior. De comum têm o recurso à violência.”

Decorrente da globalização, *o terrorismo encontrou uma estratégia adequada* aos dias de hoje – o TT. Este deixou de ser praticado por grupos autónomos, assumindo-se como uma nova forma de fazer a guerra assimétrica, que se caracteriza por: (i) ter uma estrutura organizativa descentralizada em rede, inspirada por um líder que traça as grandes linhas de orientação; (ii) utilizar as novas tecnologias de informação; (iii) definir objetivos locais,

⁵ Dando lugar ao acordo de **Sykes-Picot**: com o final da GG, o Império Otomano é espartilhado, secretamente e na ausência dos árabes, onde Paris recebe o mandato da Síria e do Líbano e Londres recebe mandato para o Iraque, Palestina e Transjordânia. E à **Declaração de Balfour** (1917): onde constavam as reivindicações judaicas para obtenção de um território, tendo sido atribuído pelos Britânicos a Palestina (Luizard, 2016, pp.40–42)



regionais e globais, como é o exemplo do derrube dos governantes apóstatas (*takfir*) no Médio Oriente; (iv) assentar os seus atos na religião; (v) não depender financeiramente de nenhum Estado, mesmo que possa ser apoiado; (vi) imprimir o maior grau de destruição possível; (vii) ter uma capacidade autorregeneradora, devido ao tipo de cidadãos globais que não se limitam a um espaço geográfico e alimentam o TT de forma voluntária (Pereira, 2016, pp.58–59).

Todos os especialistas entrevistados foram unânimes em afirmar que, apesar do Daesh não ser um Estado reconhecido, tem uma estratégia assente em *ends, ways e means* (Santos, 2017; Pires, 2017; Garcia, 2017). Não obstante, Lemos Pires reforça que “o Daesh (proto-Estado) utiliza de facto uma estratégia de *ends, ways e means*, dentro dos seus *ways e means* utiliza a estratégia do terrorismo, sendo apenas mais uma. A constituição de um Estado Islâmico é um dos seus objetivos e já o foi por seus antecessores e é o objetivo de qualquer movimento jihadista” (2017). Assim, importa caracterizarmos cada uma destas dimensões.

2.2. *Ends*

Segundo Pereira (2016, p.63), há uma separação quanto aos objetivos. Os estratégicos, que correspondem aos programas políticos e que podem ser subdivididos em três vetores, em função da magnitude: (i) maximalistas, como a aniquilação de um Estado; (ii) limitados, como a autonomia de um território ou a expulsão de ocupantes; (iii) conjunturais, que visam alterar relações entre Estados ou a manutenção do *status quo*. Há ainda os objetivos instrumentais, que correspondem ao enaltecimento da moral dos militantes e população, propaganda, publicitação nos media, deslegitimação do Estado, entre outros.

Esta abordagem apresenta uma perspetiva bastante mais analítica que Duarte (2015, p.109) ao referir que os jihadistas têm objetivos políticos, bem definidos, visando a conquista do poder pela subversão, dando forma à ideologia religiosa.

Com efeito, considerando os objetivos estratégicos de Pereira, nos seus três vetores, com o fim último preconizado por Duarte, é possível perceber através das intenções declaradas na *Dabiq Magazine* (Jihadology, 2014, pp.4–11) que ambos são complementares, na medida em que é intenção do Daesh atingir três grandes objetivos: (i) implementação de um Estado Islâmico, sob a *sharia*; (ii) expulsar os infiéis e libertar a pátria islâmica, evocando a *jihad*; (iii) libertação da Humanidade, através da *Ummah*.

Na génese desta linha de objetivos coloca-se a Al-Qaeda, considerada a organização terrorista responsável pela internacionalização desta forma de subversão como instrumento político, utilizando o terrorismo para alcançar um objetivo político específico: “recuperar a



honra dos muçulmanos através da restauração do califado, conduzindo para tal uma campanha jihadista a começar na Europa.” (Silva, 2016, p.130). Porém, a Al-Qaeda afastou-se do Daesh por discordância dos métodos extremos por estes utilizados contra muçulmanos. Esta situação provocou uma competição, entre ambos, pela liderança dos grupos jihadistas a nível global, conduzindo a uma escalada da violência terrorista transnacional (Reis, 2016, p.48).

Dos objetivos declarados pelos jihadistas do Daesh é possível identificar que os seus objetivos políticos estão subjacentes à implementação de um Estado Islâmico, governado segundo a *sharia*, cujo objetivo religioso é materializado pelo apelo à *jihad* global, resultante da corrente salafista. Por último, têm o objetivo social de unir toda a comunidade muçulmana, a *Ummah* e assim atingirem a ordem mundial islâmica (Duarte, 2015, pp.99–112), conforme ilustrado na figura 5.

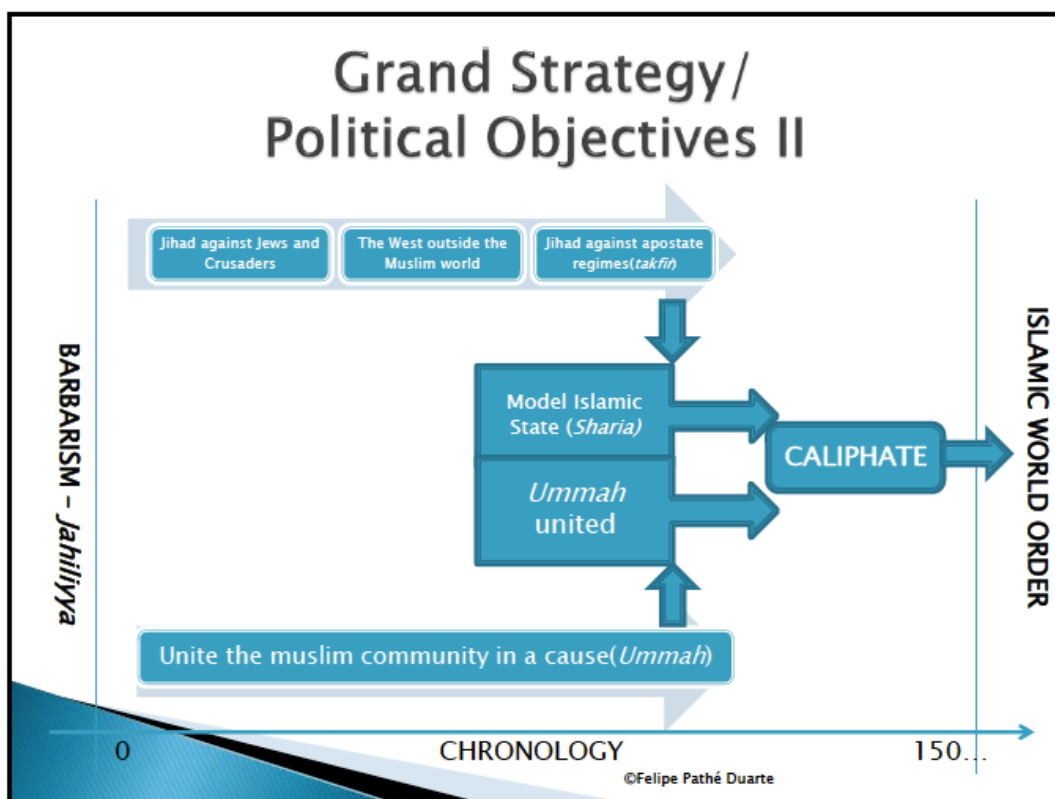


Figura 5 – Programa de Intenções e Objetivos Políticos do Daesh

Fonte: (Duarte, 2017)

2.3. Ways

O Daesh tem utilizado vários modos para atingir os seus objetivos, tais como processos de radicalização, uso da internet, associação criminosa e conquista territorial. Segundo Reis (2016, p.46), este grupo tem conduzido o **processo de radicalização**, através da sua



propaganda e estratégia de recrutamento, aceitando todos os que se convertam ao Islão e pretendam aderir à *jihad*, seja no plano interno ou externo.

Neste contexto, o processo de radicalização tem sido objeto de vários estudos a fim de perceber o mecanismo e identificar formas de o combater. Segundo Beutel (2007, p.2) o processo de radicalização envolve quatro fases: (i) abertura cognitiva; (ii) procura religiosa; (iii) enquadramento e (iv) socialização; (figura 6).

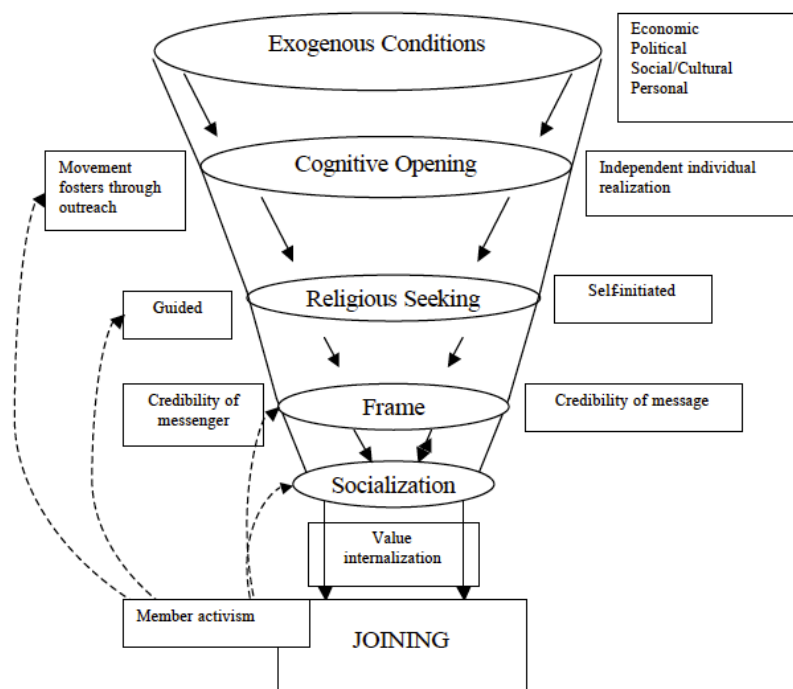


Figura 6 – Diagrama de Wiktorowicz – integração num grupo radical religioso

Fonte: (Beutel, 2007, p.12)

O conhecimento da religião, ou a falta dele, têm impacto direto nos segundos e terceiros passos, sendo que no último passo a pessoa passa a pertencer ao grupo. Decorrente deste processo surgiu o conceito de “*homegrown terrorism*”⁶ que sofre, igualmente, de uma idiossincrasia de opiniões, mas para Beutel esta é uma tipologia de terrorismo doméstico que conduz a sua guerra sem necessidade de comando, seguindo uma fonte de inspiração, seja ela doméstica, estrangeira ou transnacional (2007, p.7). Tal é comprovado pela informação descendente do Daesh, no final de 2016, aos jihadistas na Europa, alertando para não se deslocarem para o combate na Síria, pois o seu maior destino seria executar ataques nos países onde se encontravam (Schoof, 2016).

⁶ Conhecido por “Lobos Solitários”.



Neste domínio, o **uso da internet** tem constituído a principal ferramenta para o Daesh disseminar as suas narrativas, utilizando uma estratégia informacional dividida em quatro linhas de esforço: apoio à causa, unidade sob um califado, informação sobre a *jihad* e disseminar o medo com vídeos/imagens de barbáries. Para o efeito, têm sido privilegiadas plataformas que impedem o rastreamento e permite-lhes criar um grande impacto no ambiente informacional global, angariar um largo número de novos recrutas, disseminar mensagens, obter financiamento e explorar vulnerabilidades da cibersegurança (Stratcom, 2015). O ciberespaço tem, por isso, sido um repositório de propaganda e divulgação de táticas terroristas, que permite a autorradicalização de pequenos grupos e de “Lobos Solitários”, que aprendem e cometem atos terroristas, sem hipótese das autoridades os anteverem (Saunders, 2015, p.434). Destaca-se, como exemplo nesta matéria, a revista Dabiq (2016) como um dos vetores de divulgação e propaganda de táticas e fases da *jihad*.

No que se refere à associação do TT com **a criminalidade**, Alda e Sala (2014, pp.1–8) defendem que a relação entre redes criminosas e grupos terroristas pode ser agrupada por três ordens de razão: coexistência no mesmo espaço geográfico, cooperação para garantir interesses mútuos e convergência de comportamentos. Com esta associação, estes grupos terroristas conseguem garantir uma fonte de financiamento e sobrepor-se ao Estados já enfraquecidos, permitindo continuar o combate, mas simultaneamente providenciar apoio social que os Estados não conseguem, angariando assim uma fonte de recrutamento e apoio da população local, tal como Idler (2012) apresenta na figura 7.

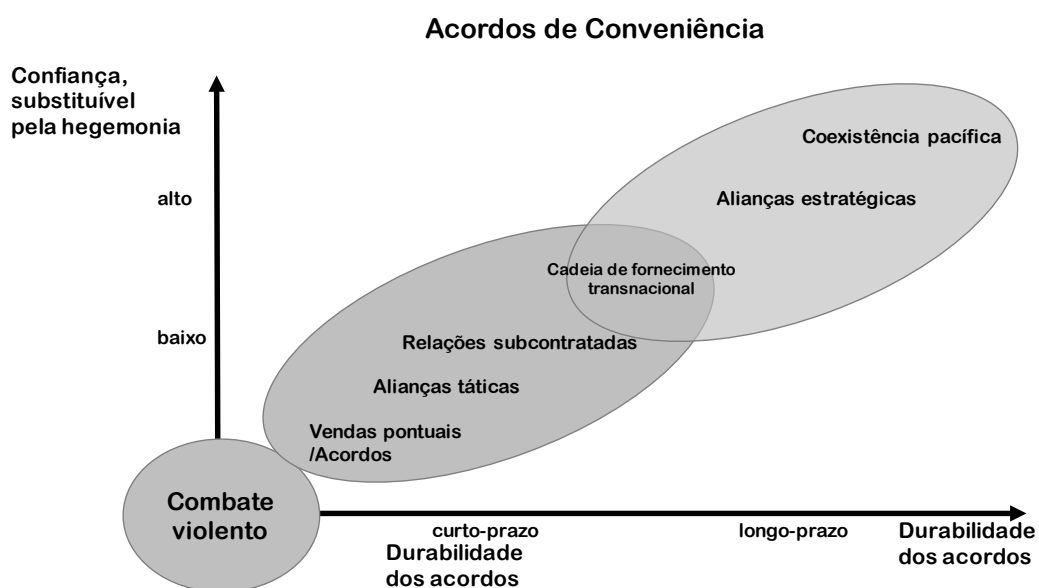


Figura 7 – Acordos de conveniência entre atores não-estatais violentos

Fonte: adaptado de (Idler, 2012)



Reforçando esta ideia, Pires (2016b, p.41) considera que “quando sobrepostos, causam alarme, violência e aumentam exponencialmente as capacidades recíprocas. Porque o crime financia o terrorismo e por o terrorismo permitir o ambiente de caos favorável à impunidade criminal.” Neste ambiente, o Daesh está ligado ao crime organizado para efetuar o tráfico de drogas, tabaco, pessoas e realizando a venda de artigos de contrafação, que vão desde sapatilhas a passaportes. Desta prática, o grupo tem garantido uma elevada fonte de financiamento (EU-OCS, 2017).

Por último, a **conquista territorial**, que sai fora do padrão do terrorismo, confere à luta do Daesh uma dimensão convencional, testemunhada pelo controlo efetivo das regiões da Síria, Iraque e enclave da Líbia, mas também pela procura de adesão de outros grupos que estejam empenhados em governar e controlar territórios, como é exemplo o Boko Haram⁷ (Reis, 2016, p.48). Concomitantemente, a estrutura regional do Daesh está bem definida e organizada como se de um exército regular se tratasse (figura 8), permitindo a condução de operações ofensivas, por norma com a linha de partida no deserto, e infiltrando-se no terreno suburbano até ao centro das cidades. Atingido o objetivo da ofensiva, a sua tática consiste em conduzir operações defensivas em anel, utilizando a população como escudo e escavando trincheiras, tal como numa guerra convencional (McFate, 2015). Esta conduta miliar, permite-nos associar a estratégia de implementação do califado segundo a Dabiq (Jihadology, 2014, p.38) às cinco fases da estratégia subversiva⁸.

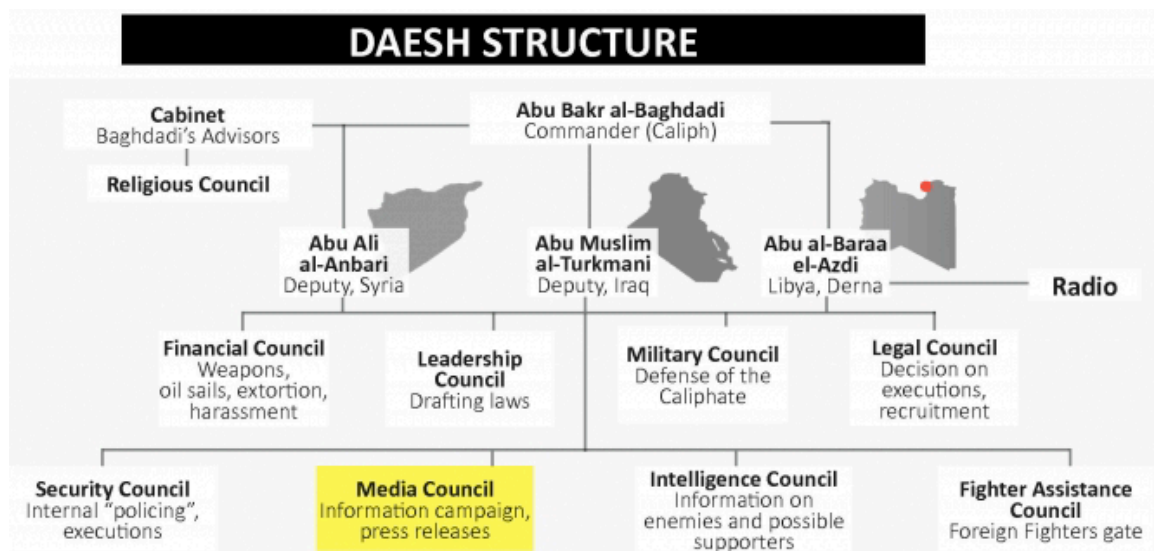


Figura 8 – Estrutura Orgânica do Daesh

Fonte: (Stratcom, 2015)

⁷ Grupo jihadista fundamentalista da Nigéria (Stern e Berger, 2015, p.8)

⁸ Fases: preparatória, de agitação, do terrorismo e guerrilha, do Estado subversivo e fase final.



2.4. Means

Como nos foi possível perceber anteriormente, o jihadismo global tem objetivos bem definidos que pretendem alterar o *status quo* vigente e estabelecer uma nova ordem sob um Califado. Para o efeito, os jihadistas podem agir como uma força militarizada, em grupo ou individualmente (Pires, 2016b, pp.37–38). Como força militarizada podemos referir o Daesh na região do Médio Oriente, e individualmente, podemos dar o exemplo do fenómeno dos “Lobos Solitários” (Pires, 2016b, p.71).

Sem entrarmos em descrições exaustivas de ações jihadistas, podemos observar na figura 9, um resumo dos principais ataques e com que meios – força militarizada, grupos radicais ou lobos solitários –, para perceber a interligação dos *ways* e *means* da estratégia jihadista.

	Data	Local	Ways	Descrição da ação	Reivindicação	Means
AÇÕES JIHADISTAS MEANS	11 de setembro de 2001	EUA	• Radicalização e Terrorismo	Três aviões de passageiros foram desviados da sua rota e intencionalmente levados a colidir com as duas torres do World Trade Center em Nova Iorque e no Pentágono em Washington.	• Osama bin Laden	• Grupo ligado à Al-Qaeda
	11 e 19 de março de 2012	França	• Radicalização e Terrorismo	Mohamed Merah, um francês de origem argelina, matou três soldados franceses (dois de origem magrebina e um do caribe), um rabino e três crianças judias de uma escola em Toulouse.	• Jihadista francês, Fabien Clain, da Al-Qaeda	• Lobo solitário
	15 de abril de 2013	EUA	• Terrorismo	Durante a Maratona de Boston ocorreram duas explosões. Os autores deste atentado foram dois irmãos de origem chechena, Tamerlan e Dzhokar Tsarnaev, de 26 e 19 anos, respectivamente, que detonaram dois engenhos explosivos improvisados em panelas de pressão.	• -	• Lobo Solitário
	22 de maio de 2013	Ingllaterra	• Terrorismo “NIKE”	Um jovem militar, quando regressava ao seu quartel em Woolwich, foi deliberadamente atropelado e, de seguida, esquarterado com facas e cutelos pelos dois homens muçulmanos que seguiam na viatura.	• Assassinato	• Lobo solitário
	25 e 26 de maio de 2013	França e Inglaterra	• Terrorismo “NIKE” e Intimidação	Um extremista foi detido em Paris após apunhalar um soldado francês; e no dia seguinte, numa prisão de Yorkshire (Inglaterra), três reclusos islamitas apunhalaram um guarda prisional, antigo soldado.	• -	• Lobo solitário e grupo islamista
	2013	Guiné-Bissau	• Criminalidade transnacional	Tráfico na região proporciona receitas a grupos armados não estatais, em particular a várias forças rebeldes no Sahel e ao grupo terrorista Al Qaeda no Magrebe Islâmico.	• Mais de duas dezenas de forças rebeldes* tais como: AD 23 maio; AEUP; Al-Qaeda; AN; AQIM; ARDUF; Boko Haram; CUD; DMLEK; ...	
	16 de junho de 2014	Iraque	• Conquista territorial e Criminalidade transnacional	O Estado Islâmico após intensificar sua campanha de violência no Norte e Oeste do Iraque conseguiu assumir o controle de Mossul. Tomaram vastos territórios iraquianos, e obtenção de armamento do Exército, e o controle de infraestruturas estratégicas.	• O líder Abu Bakr al-Baghdadi	• Forças armadas / militares do EI
	2015	Iémen	• Conquista/ ocupação territorial	Avanço das milícias xiitas Houthis no Iémen, que tomaram o controlo da capital Sanaa. O norte do Iémen é controlado por este grupo rebelde.	• Líder xiita Abdul Malik al Houthi	• Forças militarizadas do Grupo Rebelde Houthis
	07 de janeiro de 2015	França	• Radicalização e Terrorismo	Ataque terrorista ao jornal satírico francês Charlie Hebdo, (...). Vários mortos e feridos.	• Al-Qaeda do Iémen	• Grupo ligado à Al-Qaeda
	23 de março 2016	Bélgica	• Radicalização e Terrorismo	Duas explosões atingiram o aeroporto de Zaventem e uma terceira explosão foi registada cerca de uma hora depois numa estação de metro, em Maelbeek. Ações reivindicadas pelo grupo Estado Islâmico. Vários mortos e feridos.	• Estado Islâmico	• Grupo ligado ao Estado Islâmico

Figura 9 – Ações Jihadistas - means

Fonte: (Heleno, 2017, p.489)

Como consequência dos ataques e de uma miríade de ameaças sentidas na Europa (figura 10), a capacidade que o Daesh tem demonstrado em executar atos de TT tem surtido um efeito de receio, pelo que é considerada a ameaça mais temida (Stokes, Wike e Poushter, 2016). Porém, segundo Loureiro dos Santos, o TT não será um *mean* mas sim um *way* para passar uma mensagem estratégica ao ocidente (2017).

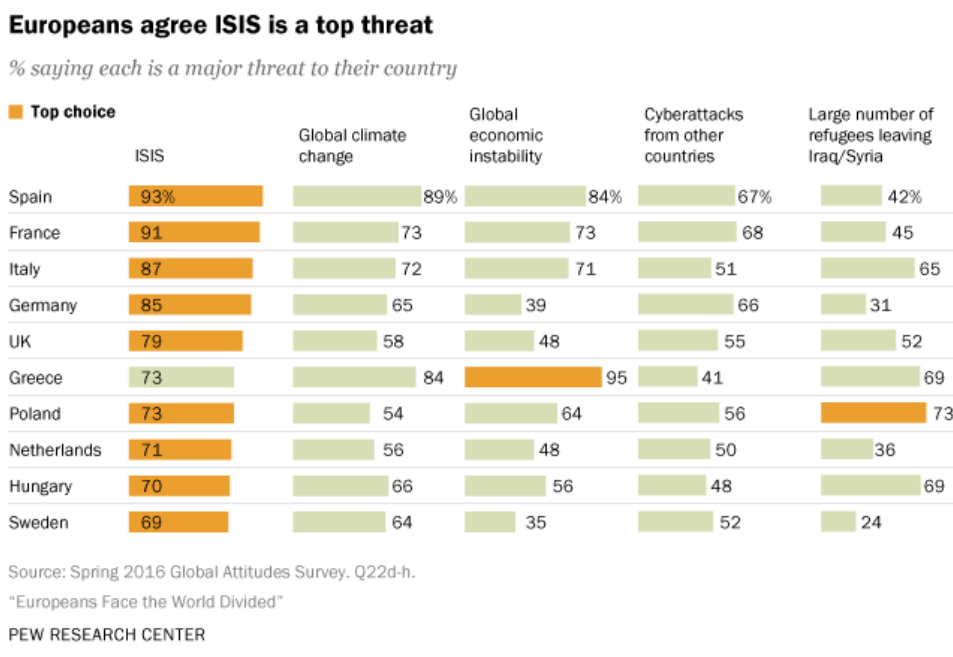


Figura 10 – Europa: Daesh principal ameaça

Fonte: (Stokes, Wike e Poushter, 2016)

Esta capacidade transnacional do Daesh é conseguida, também, pelo financiamento que o grupo consegue obter pelo contrabando de petróleo – a sua principal fonte –, impostos à população e empresas nas áreas controladas, tráfico de antiguidades, doações externas e drogas, tendo obtido em 2015 cerca de dois biliões de dólares (IEP, 2016, p.53).

Com uma fonte de receitas elevada, aliada ao roubo de material bélico ou obtenção por formas duvidosas, o Daesh tem ao seu dispor uma variedade de viaturas e armamento, com principal origem dos EUA e Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, conforme se apresenta na figura 11.

Viaturas		Armamento	
Tipo	Origem	Tipo	Origem
M1A1 Abrams	EUA	Obus M198	EUA
HUMVV	EUA	Armas ligeiras	EUA
M117	EUA	SA-6	Ex-URSS
Cougar MRAP	EUA	SS-1 SCUD	Ex-URSS
MTVR	EUA	ZPU-1	Ex-URSS
T-62	Ex-URSS	ZU-23-2	Ex-URSS
T-55	Ex-URSS	Stinger	Ex-URSS
2S1 Gvozdika	Ex-URSS	RPG-7	Ex-URSS
M113	Ex-URSS	Armas Sniper	Ex-URSS
BMP-1	Ex-URSS	M79 Anticarro	Jugoslávia
BMP-2	Ex-URSS		
MT-LB	Ex-URSS		
ZSU-23-4	Ex-URSS		

Figura 11 – Material de Guerra do Daesh

Fonte: adaptado de (VICE, 2014; USBacklash, 2016; MF, 2017; GlobalResearch, 2017)



2.5. Síntese Conclusiva

A *jihad* enquanto Guerra Santa, tem sido a forma de defesa dos princípios da sociedade e da religião muçulmana, justificando assim o recurso à violência. No entanto, se primariamente a sua evocação foi regional, a partir do séc. XX, por influência do colonialismo ocidental e da globalização, passou a ter um carácter transnacional.

Os *ends* dos jihadistas ganharam expressão para o mundo através da Al-Qaeda com o 11/9 e são presentemente exortados pelo Daesh, visando a implementação de um Estado Islâmico, governado pela *sharia*; unir toda a comunidade muçulmana na *Ummah*; atingirem a ordem mundial islâmica.

Quanto aos *ways*, o Daesh tem alimentado as suas fileiras por todo o mundo através de um processo de radicalização com recurso às novas tecnologias e utilizam a associação à criminalidade como fonte de financiamento. No entanto, o Daesh sai do padrão terrorista devido à sua capacidade de conduzir operações militares convencionais e garantir a conquista e posse de território. Sendo que os *means* que o Daesh utiliza passam pelos ataques terroristas através de grupos afiliados e dos lobos solitários em vários locais do globo, ou meios bélicos que tem à sua disposição, numa perspetiva regional.

Por conseguinte, consideramos respondida a QD1 e validada a Hip1 de que o Daesh, enquanto ator não estatal e grupo terrorista transnacional, caracteriza-se por utilizar uma estratégia definida por *ends*, *ways* e *means*.



3. As Novas Guerras

“Talvez não vos interesse a Guerra, mas a Guerra interessa-se por vós...”

Trotsky

Após percebida a estratégia do Daesh, caracterizamos seguidamente as NG, com o objetivo de perceber de que forma o TT influencia as mesmas. Nesse sentido, analisamos a diferença entre as velhas e as NG, como um modelo temporal pode classificar as guerras e compreender como o caráter da guerra foi alterando até à guerra híbrida do presente, também por influência do terrorismo.

3.1. Velhas Guerras

A guerra, enquanto fenómeno social, tem sido objeto de estudo de académicos que debatem quanto às alterações do seu caráter e natureza, colocando-se a discussão se são “novas” guerras ou a guerra de sempre.

Neste debate, segundo Mary Kaldor (2005, pp.2–3) as “velhas guerras” referem-se a uma versão bélica que caracterizou a Europa entre os finais do século XVIII e meados do século XX, que opunha Estados, com militares uniformizados, procurando a derrota do inimigo através da batalha decisiva, mas obedecendo a regras e protegendo os civis e prisioneiros de guerra. Este conceito de “velhas guerras” enquadra-se na definição clássica de Clausewitz (cit. por Garcia, 2010, p.62) porque era a continuação da política por outros meios, com a finalidade de forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.

Segundo Serrano (2013, pp.66–67), Clausewitz vê os métodos para atingir um fim político, dependentes da natureza do objetivo, provocando a variação da intensidade e duração de uma guerra. Clausewitz afirma que a natureza da guerra é inalterável, não obstante identificar uma natureza objetiva e subjetiva – esta última, caracterizada pelas condições sob as quais a guerra é conduzida. Para Serrano, a adaptação da natureza da guerra mantém válida a trindade de Clausewitz – Povo, Governo e Militares.

Todavia Kaldor (2005, pp.3–4) defende que as “velhas guerras” atingiram o seu apogeu em meados do século XX, através da ciência e da tecnologia desenvolvida para matar, quer durante a II GM, quer durante a GF. No entanto, foram guerras desenhadas para fazer face a conflitos interestatais, que não se ajustam à violência do século XXI, pelo que adicionou o “novas” às guerras (Kaldor, 2013, p.1).



3.2. As “novas” Guerras

O argumento de Kaldor assenta na era da globalização, onde as guerras se desenvolvem em territórios de Estados autoritários e enfraquecidos pela abertura ao mundo. Com esta conjuntura, a distinção entre Estados e não-Estados, público ou privado, interno ou externo, económico e político, e mesmo entre guerra e paz, está a diluir-se (Kaldor, 2013, p.2), contrastando as diferenças entre as “velhas” e as NG pelos atores intervenientes, os objetivos, métodos e formas de financiamento (tabela 1).

Tabela 1 – Diferenças entre velhas e novas guerras

	velhas guerras	novas guerras
Atores	<ul style="list-style-type: none">– FFAA regulares	<ul style="list-style-type: none">– Combinação de atores estatais e não-estatais (FFAA regulares; empresas militares; mercenários; jihadistas; senhores da guerra; paramilitares; etc
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">– Combatiam por interesses geopolíticos ou por ideologia (democracia ou socialismo)	<ul style="list-style-type: none">– Combatem pela identidade étnica, religiosa ou tribal;– O objetivo político é obter acesso ao Estado por grupos (locais ou transnacionais).
Métodos	<ul style="list-style-type: none">– Batalha decisiva;– Conquistar território através do instrumento militar.	<ul style="list-style-type: none">– A batalha é rara;– A conquista de território é através do controlo da população;– Utiliza a técnica de forçar os deslocados, induzindo violência contra os civis para controlo do território em detrimento ao inimigo.
Financiamento	<ul style="list-style-type: none">– Financiadas pelos Estados	<ul style="list-style-type: none">– Através de taxação violenta sobre a população;– Apoio da diáspora, raptos, contrabando (petróleo, diamantes, pessoas e drogas);– É também aplicada violência política por razões económicas, para proveito próprio.

Fonte: adaptado de (Kaldor, 2013, pp.2–3)

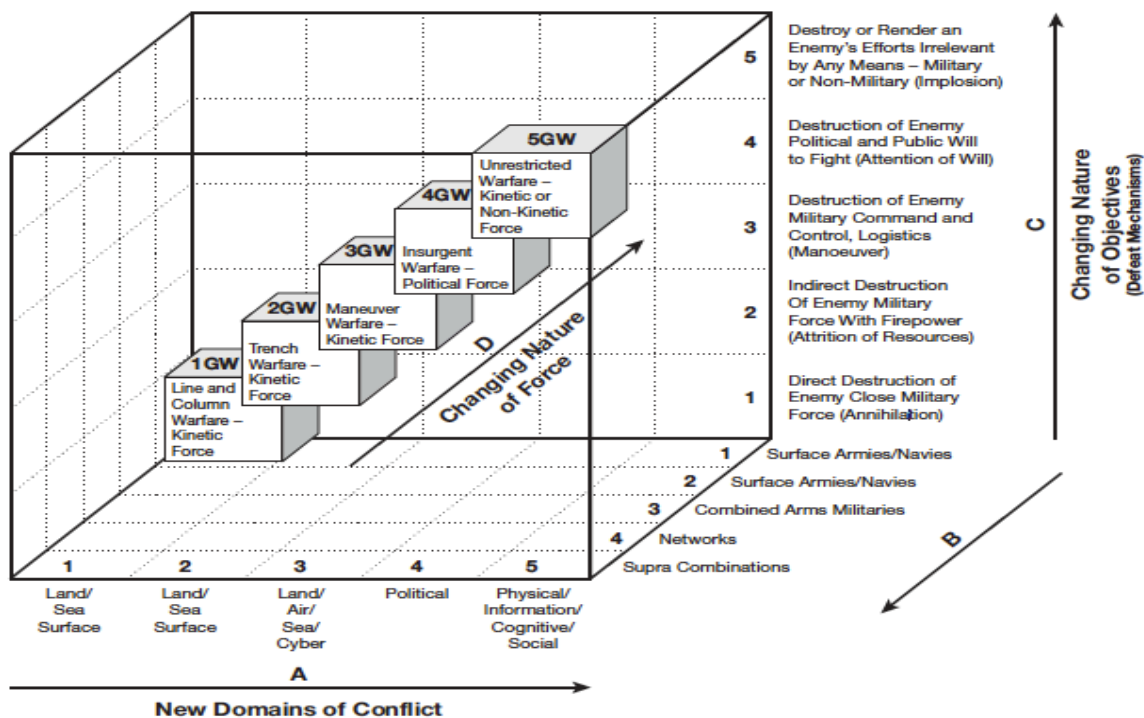
Segundo Keen (cit. por Kaldor, 2013, p.3), estas diferenças implicam que nas “velhas guerras” cada beligerante tendia para extremos, como fim para obter a vitória; enquanto as NG tendem a propagar-se no tempo, pois o objetivo não é vencer, mas sim obter sucesso político e económico, através da violência.

Outra característica diferenciadora, coloca-se no objetivo de conduzir a guerra numa perspetiva de *state building*, situando no lado oposto as NG, porquanto procuram enfraquecer os Estados (Kaldor, 2013, p.3). O enfraquecimento dos Estados é obtido pelos atores das NG, através de táticas de guerrilha e subversão sobre os civis, visando o seu controlo, com o propósito de semear o medo e o ódio (Henderson e Singer, 2002, p.167).



Todavia, para Schmid e Marsden (2011, pp.166–167) melhor que simplesmente distinguir entre “velhas” e NG, é adotar uma abordagem na dimensão temporal quanto à classificação da guerra e dos conflitos, tal como Reed (2008) apresenta através de um modelo evolutivo dos conflitos, incorporando as alterações: (i) dos domínios onde se desenvolvem as guerras, (ii) dos adversários, (iii) das forças, (iv) dos objetivos, através de uma representação multidimensional da guerra. Reed considera cinco gerações de guerra e posiciona-as de acordo com o seguinte critério: se um exército de uma geração não for capaz de derrotar um exército de geração subsequente, então houve uma mudança qualitativa que implica a determinação de uma nova geração.

Nesta linha de pensamento, a primeira geração de guerra enquadra-se após o surgimento dos Estados-nação em 1648, com o início da era moderna; a segunda geração é consequência da revolução industrial e até à I GM; a terceira geração foi concebida na I GM até à II GM; a quarta geração [guerra assimétrica] surge no período do Vietname; a quinta geração (5GW) é associada aos ataques do 11 de setembro pela Al-Qaeda, considerada a era pós-moderna (Reed, 2008, pp.687–689), tal como é possível observarmos na figura 12.



Legenda:

- Eixo A – Onde serão combatidas as futuras guerras – Quais são os novos domínios do conflito?
- Eixo B – Quem vai combater nas futuras guerras – Qual é a alteração na natureza dos adversários?
- Eixo C – Por que serão combatidas as futuras guerras – Qual é a alteração na natureza dos objetivos?
- Eixo D – Como serão combatidas as futuras guerras – Qual é a alteração da natureza das forças?

Figura 12 – Tipologia de Guerras e Conflitos geracionais

Fonte: (Reed, 2008, p.691)



Os eixos A, B e C estão relacionados com o carácter da guerra que mudam, em resultado da globalização e das alterações políticas, económicas, sociais e tecnológicas, ao longo dos tempos nas sociedades. O eixo D tem menor expressão que os anteriores, mas representa o uso da força (i.e. obrigar um adversário a aceitar a nossa vontade) associado à natureza da guerra de Clausewitz que se mantém imutável (Reed, 2008, p.691).

No entanto, presentemente, a OTAN e a UE adotaram a terminologia de guerra e ameaça híbrida, uma vez que a abordagem conceptual se prende com a utilização de guerra convencional, simultaneamente com a guerra não-convencional (Tenenbaum, 2015, pp.100–101). Assim sendo, o conceito de guerra híbrida combina as abordagens de guerra convencional com a irregular em todo o espectro dos conflitos (figura 13).

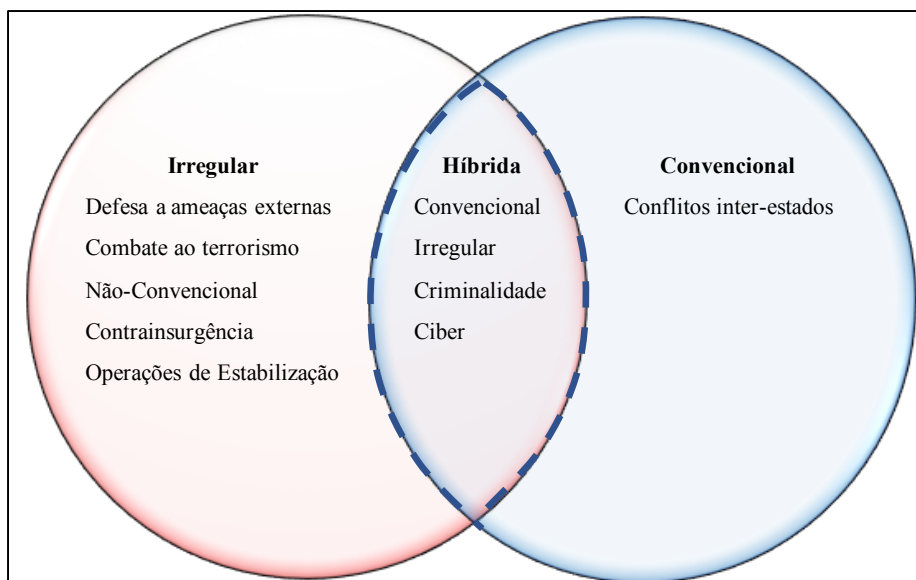


Figura 13 – Conceito de guerra híbrida

Fonte: (GAO, 2010)

Esta abordagem das duas organizações tem sido influenciada pela atuação do Daesh, requer uma resposta concertada e modificou a dinâmica do instrumento militar (Pereira, 2017; Hussain, 2017). Esta constatação acontece porque, segundo Hoffman (2009, pp.36–38), as guerras híbridas misturam a letalidade de um conflito de Estados, com o fanatismo prolongado da guerra irregular, onde os adversários são por norma atores não-estatais, mas podem ser Estados [que transformam as suas unidades convencionais em forças irregulares], grupos apoiados por Estados ou atores autofinanciados que exploram as capacidades militares modernas, conjugando emboscadas com dispositivos explosivos improvisados [ataques complexos] e assassinatos coercivos, para atingirem os seus objetivos políticos.



Dada a complexidade destes conflitos, é imperativo que as forças ocidentais tenham uma resposta altamente adaptativa e resiliente, centrada no controlo da população, onde o modo de condução da guerra necessita de utilização de meios cinéticos e não-cinéticos, deixando de abordar separadamente os adversários como convencional, irregular ou terrorista (GAO, 2010; Hoffman, 2009, pp.35–38). Tal como defende Lemos Pires (2016a, p.4), as guerras serão a combinação de “ações convencionais e irregulares, manobras psicológicas e cibernéticas, ações diretas contras alvos militares ou encobertos por atos terroristas” que necessitam de uma resposta holística que vai muito para além da utilização de apenas um dos instrumentos dos Estados, como o militar, o económico ou o diplomático.

Neste contexto, Angstrom e Widen (2015, p.23), após analisarem grande parte dos teorizadores da guerra, concluem que o conceito Clauswitziano é válido porquanto o carácter da guerra pode ser alterado mantendo-se sempre a natureza – violenta, dinâmica, mutável e como um instrumento político.

3.3. Influência do TT nas NG

Para Schmid e Marsden (2011, p.192), a 5GW de Reed inclui os terroristas como atores não-estatais, assim como as NG de Kaldor incluem características afeitas aos especialistas do terrorismo, tais como as razões ideológicas conduzirem à violência mais do que as territoriais, utilização de táticas contra a população e o aumento da indefinição entre combatentes e não-combatentes. Deste modo, os autores afirmam existir uma convergência entre os estudos da segurança e os do terrorismo, no que se refere à conceptualização entre a guerra e o terrorismo, em particular sobre o TT, uma vez que perceberam ter aumentado o perfil devido a apoios financeiros e políticos de um largo número de grupos afiliados, refletindo a sua capacidade global.

A conceptualização da guerra e do terrorismo demonstrou que houve alteração na tipologia de conflitos, tal como Dupuy et al. verificaram até ao final da GF, a tendência eram conflitos coloniais e inter-Estados. Atualmente os conflitos são predominantemente intra-Estados, ainda que com envolvimento de atores estatais externos. Em aditamento, se no século passado o maior obstáculo à paz era o fascismo e o comunismo, atualmente o maior desafio é o Islão político, considerando que ambas as ameaças sofrem de uma ideologia utópica e, por conseguinte, uma ameaça à paz (2016).

No relatório “*Trends in Armed Conflict, 1946-2015*”, é possível perceber, pela variação da cor azul, que pelo menos uma parte do conflito é afiliada com alguma vertente



do Islão político e que 90% das baixas ocorreram em países onde a ideologia utópica do Islão está presente (Dupuy et al., 2016)

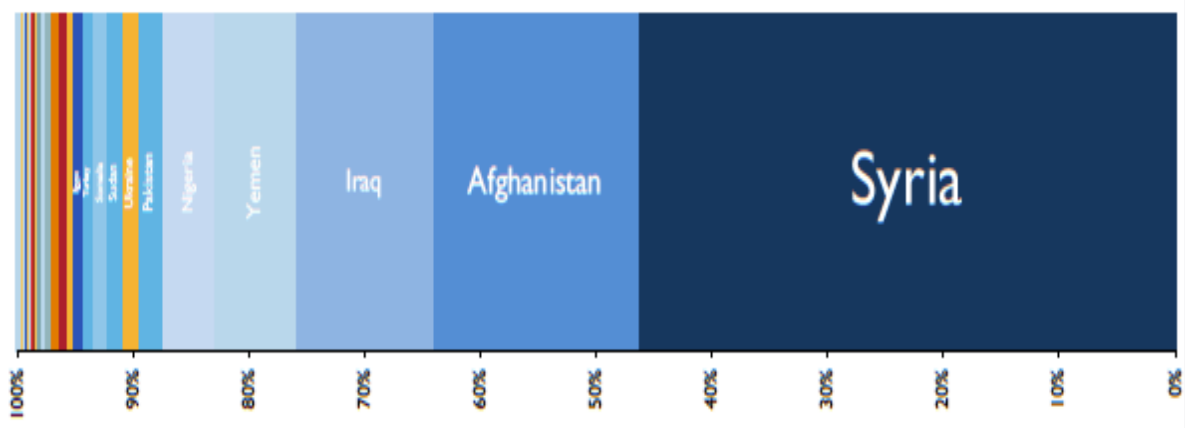


Figura 14 – Os conflitos mais mortíferos de 2015

Fonte: (Dupuy et al., 2016)

Segundo Dupuy et al. a principal razão para o aumento do número de conflitos em 2015 deveu-se à proliferação de grupos locais que se afiliaram ao Daesh, refletindo a reorientação de derrube dos governos, para o estabelecimento de um Califado Islâmico. No entanto, apesar de assistirmos a um maior número de conflitos, não se observa um alargamento para muitas áreas geográficas novas, ou à proliferação de conflitos inteiramente novos (2016). Estes conflitos são consequência do oportunismo das ameaças assimétricas e transnacionais que surgem no seio de Estados Falhados, potenciados pela tecnologia, que conduziu à emersão das operações de resposta a crise ou de estabilização em substituição da guerra convencional (Pinto, 2015, p.152).

Segundo Valença Pinto (2015, pp.153–154), a irrupção destes atores quase-Estados, Igrejas e Religiões Transnacionais, inclusive ligadas ao crime organizado e ao terrorismo, trazem subjacentes novas preocupações de segurança, marcando os conflitos contemporâneos com a necessidade de utilizar uma filosofia de *Comprehensive Approach*, implicando uma visão holística e de parcerias entre Estados que associa a segurança cooperativa à preocupação com as pessoas.

Por conseguinte, como refere Proença Garcia (2017), o TT tem efetivamente capacidade para influenciar a conduta das guerras, dado que as nossas estratégias estruturais e genéticas são influenciadas para fazer face a uma determinada ameaça que se nos opõe, sendo o TT uma delas. No entanto, como é o caso da guerra contra o Daesh, a conduta da guerra é quase convencional [uma guerra híbrida], pelo que temos de ser adaptativos face a cada adversário.



3.4. Síntese Conclusiva

Após uma breve revisão ao conceito de NG, podemos concluir que a guerra mantém a sua natureza objetiva e subjetiva Clausewitziana. Porém, as guerras interestatais já não se ajustam à violência do século XXI, quando confrontadas com os novos atores, objetivos, métodos e formas de financiamento que utilizam.

Por conseguinte, verifica-se uma alteração ao caráter da guerra, que pode ir mais além do que a distinção entre as velhas e as NG. Tendo sido demonstrado, através de uma abordagem na dimensão temporal, que podemos efetuar a classificação da guerra e dos conflitos, até chegar à 5GW, assente no seguinte critério: se um exército de uma geração não for capaz de derrotar um exército da geração subsequente, então isso implica uma nova geração.

Um dos fatores influenciadores da última alteração do caráter da guerra foi o terrorismo, em particular quando falamos em atores não-estatais, como são os casos da Al-Qaeda e do Daesh, que não se combatem como forças regulares. Estes grupos surgem como ameaças assimétricas no seio de Estados Falhados e conduzem uma guerra híbrida, onde se mistura a guerra convencional com a irregular, aconselhando uma visão holística e uma abordagem assente no *comprehensive approach*.

Com efeito, por tudo o que já foi apresentado, consideramos respondida a QD2 e validada a Hip2 uma vez que as NG mantêm a natureza da guerra, mas a presença de grupos terroristas transnacionais, enquanto atores não-estatais, contribuíram para a alteração do seu caráter.



4. Influência do TT e NG nas FFAA

Neste capítulo, pretendemos identificar os impactos do TT e das NG na estratégia de desenvolvimento e aplicação da força nas FFAA Portuguesas.

Para tal analisamos, em primeiro lugar, os CE da OTAN, UE e de Portugal, no sentido de perceber de que forma, o TT e as NG afetaram as linhas de ação de defesa estabelecidas pelos mesmos e conduziram à definição de estratégias de combate ao terrorismo.

Posteriormente, analisamos o CPDM, bem como a conjugação das capacidades das FFAA com as medidas de combate ao terrorismo.

4.1. Dos Conceitos Estratégicos ao Combate ao Terrorismo

Com o final da GF, o ambiente estratégico tem vindo a sofrer alterações significativas que fizeram emergir novos desafios, materializados em novas ameaças e riscos. Os atentados de 11 de setembro de 2001 constituem-se como exemplo disso, a par das guerras do Iraque e Afeganistão, os ataques cibernéticos, a crise financeira e económica, que no seu conjunto compeliram a OTAN reconhecer da necessidade de se adaptar a estes novos desafios (Garcia e Magalhães, 2010, p.34). Esta alteração é tão vincada que, pela primeira vez, foi declarado o art.º 5º do Tratado do Atlântico Norte para intervenção no Afeganistão (Reis, 2016, p.53).

4.1.1. Conceitos Estratégicos

Os CE dos países membros da OTAN são hoje influenciados por esta mudança de paradigma e, conseqüentemente, também o CEDN Português. Por conseguinte, em 2003, Portugal comete às FFAA a capacidade para, “em estreita relação com os aliados, na ordem externa, prevenir e fazer face às ameaças terroristas.” (CEDN, 2003), tendo sido reajustado em 2013 para a contribuição, “nas instâncias internacionais, para (...) a prevenção e combate ao terrorismo, para a segurança marítima e aérea e para o auxílio humanitário.”(CEDN, 2013, p.33).

Considerando o terrorismo como uma das principais ameaças à segurança internacional, a OTAN define no CE de 2010, linhas de ação de defesa, gestão de crises, cooperação internacional e transformação adaptativa, operacionalizada através de treinos, exercícios, e troca de informações. Igualmente, define o desenvolvimento de capacidades Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR), bem como de prevenção, deteção, defesa e recuperação de ciberataques e ataques terroristas. Este CE conduziu, assim, a um novo paradigma, no tocante à gestão de crises, baseado no conceito de *comprehensive approach*, referindo a UE como seu aliado estratégico, quer pela comunhão de ameaças, quer por razões economicistas (NATO, 2010).



Volvidos sete anos, após a aprovação do CE da OTAN de 2010, vários foram os acontecimentos que obrigaram a refinamentos e ajustes vertidos nas várias Cimeiras – e.g. Primaveras Árabes, o emergir do Daesh e a questão da Rússia. Por conseguinte, da Cimeira de Gales, em 2014, é traçado o *Readiness Action Plan* assente em dois pilares fundamentais: (i) as *Assurance Measures*, para garantir de forma imediata a presença militar em territórios de Aliados de Leste; (ii) e as *Adaptation Measures*, para efetuar alterações à postura militar e às capacidades que lhe permitam responder mais rapidamente a situações de emergência onde quer que surjam [conceito de defesa em 360°] (NATO, 2015b).

Um dos últimos ajustes importantes decorreu na sequência da Cimeira de Varsóvia, em 2016, reforçando o apoio estratégico entre a OTAN e UE, no que a ameaças diz respeito, onde foi referido que “os desafios de segurança emanados vindo do sul e de leste devem ser tratados de modo concertado e complementar, evitando duplicações desnecessárias. (...) O objetivo da OTAN e UE é o mesmo: manter a paz e estabilidade e promover a segurança dos seus cidadãos.” (NATO, 2016c). Na sequência do evento, foi emitida uma declaração conjunta onde consideram existir um arco de instabilidade vindo de sul por parte de atores estatais e não-estatais; de forças militares e terroristas, ataques cibernéticos ou híbridos, que necessitam de intervenção para assegurar a segurança dos seus cidadãos (NATO, 2016d), nomeadamente Médio Oriente e Norte de África, conforme figura 15.



Figura 15 – Arco de instabilidade Norte de África & Sahel em 2015

Fonte: adaptado de (ICTS, 2016)



Desta declaração é ainda possível identificar a apreensão da OTAN e UE (2016d) com a ameaça direta do terrorismo, relevando o Daesh, no Médio Oriente e Norte de África. Em resposta, as Nações têm contribuído para a *Global Coalition to Counter ISIL*, que, no caso da segurança de qualquer aliado seja ameaçada, a OTAN não irá hesitar em tomar todas as medidas necessárias para garantir a defesa coletiva.

4.1.2. As estratégias de combate ao terrorismo

Neste contexto, a OTAN preconiza o conceito de defesa militar de combate ao terrorismo, assente nos princípios do cumprimento da lei internacional, apoio aos aliados e na complementaridade e não duplicação de meios. Desta forma, contribui para três áreas principais: (i) partilha de informação; (ii) capacidades militares – partilhando as boas práticas, experiência e informação em segurança aeroespacial, defesa aérea, segurança marítima, Forças de Operações Especiais, resposta a ataques NBQR, não proliferação de Armas de Destruição Massiva (ADM) e proteção de infraestruturas críticas; (iii) implementação de medidas contra terrorismo em apoio do esforço nacional e internacional, através de medidas de coordenação (NATO, 2016b). Esse esforço será efetuado com o apoio dos parceiros, garantindo que existem capacidades adequadas para: (i) prevenir, (ii) proteger contra e (iii) responder às ameaças terroristas (NATO, 2016a).

De forma semelhante, também a UE tem a sua estratégia de combate ao terrorismo. No entanto, esta baseia-se em quatro linhas de esforço: (i) prevenir; (ii) proteger; (iii) perseguir; (iv) responder; (EU Council, 2005, p.3). Cada uma destas linhas tem finalidades específicas, tal como podemos observar na figura 16.



Figura 16 – Linhas de ação estratégicas da UE no combate ao terrorismo

Fonte: (EU Council, 2005, p.3)



Segundo a UE, será vital a cooperação e assistência a países do terceiro mundo, dada a afetação da atual ameaça terrorista e as suas raízes poderem extravasar a Europa. Assim, a resolução de conflitos e a promoção de uma boa governação e democracia será um elemento essencial, como parte do diálogo e alianças entre culturas, fés e civilizações, para afetar os fatores motivacionais e estruturais que apoiam a radicalização (EU Council, 2005, p.7).

Para Fonseca (2011, p.102), Portugal até 2030 também poderá experienciar cenários de evolução de segurança, semelhantes aos países da OTAN e UE onde as ameaças e riscos serão o crime organizado transnacional, como ameaça latente, a ciberguerra como mais provável e o TT como o mais perigoso.

Neste cenário, as FFAA portuguesas, podem contribuir para a segurança nacional e internacional, no âmbito da OTAN e UE em particular, estando preparadas para executar: (i) medidas ofensivas, na área do **contraterrorismo**, colaborando em operações sob a égide das alianças, com a possibilidade de emprego de Forças de Operações Especiais em ações diretas, conjugando a vigilância e controlo de espaços de circulação terrorista, em conjunto com forças internacionais; (ii) medidas defensivas, na área do **antiterrorismo**, em colaboração com as Forças e Serviços de Segurança (FSS) e outras entidades na proteção de infraestruturas críticas, mas também na fiscalização e vigilância dos espaços de jurisdição nacional. Dada a reconhecida necessidade de otimizar os recursos, devem ser aproveitadas as capacidades especializadas de cada entidade e de contenção e recuperação; (iii) medidas de controlo de danos [**gestão de consequências**], quer em coordenação com outros agentes de proteção civil, quer através de meios próprios, como a capacidade NBQR (Brito, 2009, pp.191–192).

Portugal, a par das suas congéneres, ainda que num plano de atuação interna, desenvolveu a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT), assente nos seguintes objetivos estratégicos: (i) detetar, (ii) prevenir, (iii) proteger, (iv) perseguir e (v) responder (PCM, 2015).

Neste contexto, ao analisar a nossa ENCT em comparação com os objetivos estratégicos da OTAN e UE (tabela 2), concluímos que a nossa ambição acrescenta o objetivo detetar, conscientes de que nas três organizações a cooperação e partilha é essencial para o sucesso.



Tabela 2 – Comparação de objetivos estratégicos no combate ao terrorismo

OTAN	UE	PRT
Prevenir	Prevenir	Prevenir
Proteger	Proteger	Proteger
Responder	Perseguir	Detetar
	Responder	Perseguir
		Responder

Fonte: adaptado de (EU Council, 2005; Conselho de Ministros, 2015; NATO, 2016a)

No entanto, para Lemos Pires (2012, p.5) todas estas estratégias de resposta ao terrorismo só podem ser empregues de forma holística, abrangente e envolvendo todos os instrumentos do Estado, sejam o direito, a diplomacia, a segurança interna e externa, na economia e nas políticas de desenvolvimento. Na prevenção e no combate.

Contudo, se no âmbito da política externa, as FFAA atuam no quadro das alianças e organizações, no âmbito da política interna o CEDN (2013, p.33) afirma que Portugal para “responder eficazmente à ameaça terrorista deve desenvolver uma estratégia nacional e integrada que articule medidas diplomáticas, de controlo financeiro, judiciais, de informação pública e de informações policiais e militares”, e neste contexto, a participação das FFAA no combate ao terrorismo tem um enquadramento legal diferente, conforme se resume na tabela 3.



Tabela 3 – Enquadramento Legislativo da cooperação das FFAA com as FSS

Palavra Chave	Legislação	Frase chave
Cooperar	LDN	“Aprovar mecanismos ...cooperação entre FFAA e FSS ... do combate a agressões ... transnacionais.”
		“Cooperar com as FSS ... no combate a agressões ... transnacionais.”
	CEDN	“... cumprir, missões de cooperação com as FSS ...”
		“... cooperação e colaboração entre todas as entidades ...para maximizar potencial estratégico...”
		“... cooperação entre FFAA e FSS” ... no combate a agressões e às ameaças transnacionais ...”
	LOBOFA	“Cooperar com as FSS ... no combate a agressões ou ...”
	CEM	“... emprego conjunto das FFAA ... prevendo ... cooperação em matéria de segurança interna ...”
“... cooperação, nos termos da lei, com as FSS ... no combate a agressões ... transnacionais.”		
LOEMGFA	“... cooperação entre FFAA e FSS... no combate ao terrorismo, narcotráfico, defesa pontos sensíveis ...”	
Empregar	LDN	CEMGFA deve ser “... informado ... sobre emprego das FFAA em missões ... colaboração com as FSS ...”
	CEDN	“... emprego de recursos militares ... para o combate ao terrorismo transnacional ...”
Integrar	CEDN	“Promover uma abordagem integrada da segurança interna ...”
	LOBOFA	“... cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ... transnacionais.”
	CEM	Edificar capacidades ... interoperáveis e integráveis capazes de responder ... a crises, ... e outras missões em tempo de paz.”
Articular	CEDN	“... Plano de Articulação Operacional ...”
	LOBOFA	“... articulação operacional relativa à cooperação entre FFAA e FSS...”
	CEM	“A articulação da componente militar ...com outros organismos do Estado, em reforço e complemento, ..”
Controlar	CEDN	“... vigilância e controlo dos espaços de soberania...”
		“... vigilância e controlo...prevenção de ameaças...”
	CEM	“... vigilância e controlo do espaço aéreo ...”
		“... controlo e vigilância do espaço marítimo ...”
Coordenar	CEDN	“... Plano de Articulação Operacional que contemple ... medidas de coordenação, ... de interoperabilidade...”
Colaborar	LSI	“FFAA colaboram em matéria de segurança interna, nos termos da constituição e da lei ...”

Fonte: adaptado de (Marques et al., 2017, pp.531–532)

Para Loureiro dos Santos (2016, pp.157–158) as FFAA não se limitam à defesa militar do Estado. No quadro das alianças, podem colaborar na Segurança Interna, quando for necessário o emprego único das suas capacidades. Partilhando da mesma perspetiva, Vieira Borges (2013a, pp.29–30) reforça que este apoio às FSS deve acontecer “sem prejuízo da missão primária das FFAA de defesa militar da República”. No entanto, o regime de complementaridade carece que o Plano de Articulação Operacional (PAO) seja implementado e que o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI) esteja devidamente articulado com o CEMGFA.

Com o intuito de desenvolver o PAO, segundo Talambas (2017b), um dos passos já executados, ao nível do EMGFA, foi o enquadramento das capacidades das FFAA com os objetivos estratégicos de combate ao terrorismo num documento de trabalho (vide anexo B), para discussão com o SGSSI.



Em complemento, Lemos Pires (2015, pp.3–4) refere que as FFAA, para além de serem o garante da defesa nacional, são também um vetor da política externa portuguesa, com um papel ativo na prevenção [antiterrorismo] e combate [contraterrorismo] ao terrorismo internacional, preparando-se para todos os cenários, da guerra às crises internacionais, da criminalidade ou terrorismo internacional, até à resposta a catástrofes, seja a nível interno ou em apoio dos países amigos e aliados.

Esta afirmação é corroborada pela participação das FFAA Portuguesas em missões, entre 1994 e 2014, que contribuíram, direta ou indiretamente, para o combate ao terrorismo, quer no quadro da OTAN, quer no da UE.

Tabela 4 – Participação das FFAA em missões de combate ao terrorismo

Marinha			
OTAN		EU	
MISSÃO	LOCAL	MISSÃO	LOCAL
ACTIVE ENDEAVOUR	Mediterrâneo	Frontex	Costa Africana
KFOR	Kosovo	ATALANTA	Índico/Somália
IFOR SHARP GUARD IFOR ALLIED FORCE	Mar Adriático		
ISAF	Afeganistão		
ALLIED PROTECTOR OCEAN SHIELD	Índico/Somália		

Exército			
OTAN		EU	
MISSÃO	LOCAL	MISSÃO	LOCAL
ISAF	Afeganistão	EUFOR	Bósnia
NTM-I	Iraque	EUTM	Somália
KFOR	Kosovo	EUTM	Mali
CJTF OpINHERENT RESOLVE	Iraque		

Força Aérea			
OTAN		EU	
MISSÃO	LOCAL	MISSÃO	LOCAL
ACTIVE ENDEAVOUR	Mediterrâneo	Frontex	Mediterrâneo
KFOR	Kosovo	ATALANTA	Índico/Somália
ISAF	Afeganistão	EUFOR NOMUC	Congo
ALLIED PROTECTOR OCEAN SHIELD	Índico/Somália	EUFOR TCHAD	Chade
		EUTM	Mali

Fonte: adaptado de (MDN, 2015; EMGFA, 2017; NATO, 2017a)



4.2. A estratégia de desenvolvimento de forças

Do CPDM é possível identificar os aspetos relativos à estratégia de desenvolvimento e aplicação da força. Este ciclo encontra-se alinhado com o *NATO Defence Planning Process* (NDPP), através da Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013 (MDN, 2010), que por sua vez dá lugar à Diretiva Orientadora do CPDM, que define o processo de planeamento assente na edificação de capacidades militares que cumpram as MIFA (MDN, 2011).

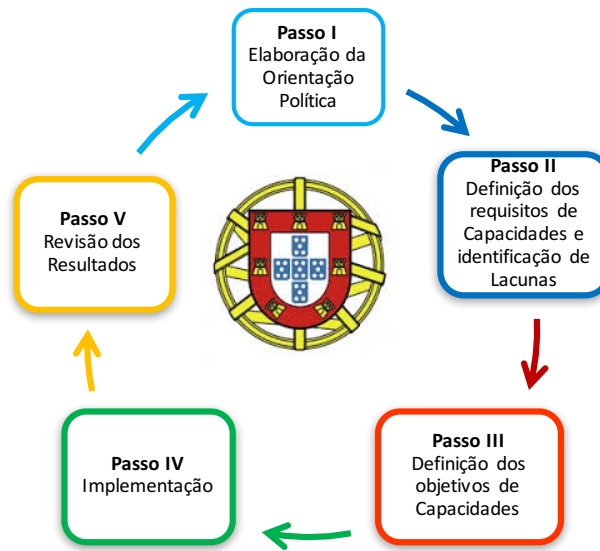


Figura 17 – Ciclo de Planeamento de Defesa Militar

Fonte: adaptado de (MDN, 2010, 2011)

Esta modalidade de planeamento está vertida no CEDN 2013 e acrescenta o processo de planeamento da UE, para que todos os ciclos permitam a partilha de capacidades, bem como a rigorosa articulação da programação e do planeamento. Neste sentido e de forma a garantir esta articulação, Portugal discute o desenvolvimento de capacidades que contribuam para o sistema de *Smart Defense* da OTAN e concomitantemente para o *Pooling and Sharing* da UE – orientado pela Agência Europeia de Defesa (CEDN, 2013, pp.21,22 e 39).

4.2.1. Orientação Política

Decorrente da Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2013 “Defesa 2020”, foram determinadas orientações específicas para: (i) o Ciclo de Planeamento Estratégico – visando a racionalização de recursos mediante o desenvolvimento de capacidades civis e militares integradas e a valorização do princípio do duplo uso; (ii) e para a reorganização da macroestrutura da Defesa Nacional e FFAA (MDN, 2013). Esta Resolução deu origem a outros despachos e diretivas⁹ que se traduziram em alterações, algumas das quais já iniciadas

⁹ Toda a legislação com as orientações políticas que conduziu à Defesa 2020 e CPDM, encontra-se resumida no Apêndice B.



desde 2004, que resultaram na estratégia genética em edificação de novas capacidades como a Ciberdefesa ou melhoramentos nas capacidades existentes. Na estratégia estrutural verificou-se a extinção de várias unidades e a edificação de novas, como foi o caso da Unidade de Apoio Militar de Emergência (vide tabela 5).

Tabela 5 – As estratégias genéticas e estrutural das FFAA entre 2004 e 2014

Capacidades Desenvolvidas de 2004 para 2014		Estruturas Desenvolvidas de 2004 para 2014	
Estratégia Genética		Estratégia Estrutural	
EMGFA	Ciberdefesa	EMGFA	Extinção da DIOP e DIMIL
	Informações Militares (INTEL)		Comando Conjunto para CCOM
	Segurança Militar e Contra-Inteligência		Centro de Ciber Defesa
	Certificação e Análise Operacional		HFAR
	Apoio Sanitário		IESM
Marinha	Eliminada capacidade de Guerra de Minas	Marinha	Extinto HMar
	Projeção de Força		Extinto ISNG
	Módulo de Proteção Portuária		Reestruturação do EMA
	Lanchas de Desembarque Grandes		Transf Arsenal Alfeite
	Patrulha e Vigilância		
Exército	Destacamentos de UAV	Exército	
	Forças Especiais		Extinção BatalhãoInfMec
	Transporte Terrestre		Extinção GAM
	Apoio Militar de Emergência		Extinção BApSvc
	Cooperação e Assistência Militar		Extinção BAA
	Apoio ao desenvolvimento e Bem Estar		Unidade de Apoio Militar de Emergência
Força Aérea	Reservas de Guerra	Força Aérea	Extinção CID
			Extinção das Escolas Práticas
			Extinção CMEFD
			Escola das Armas
			Extinção Hospital Militar
			Extinção UnApAMAS
			Extinção Centro Militar de Eletrónica
	eliminação Helicópteros CombPolivalente	Força Aérea	Subchefe do EMFA (SUBCEMFA)
	eliminação Aeronaves Transporte Estratégico		Gabinete da Autoridade Aeronáutica Nacional
	Redução <i>Squadron Operations Centre</i>		Serviço de Policiamento Aéreo
	Redução <i>Tactical Air Control Party</i>		Departamento Jurídico
	Redução F-16		Serviço de Busca e Salvamento Aéreo
	Redução <i>Ground Based Air Defense</i>		Centro de Treino Cinotécnico da FA
	Núcleo CIRC (Computer Incident Response Capability)		
	Núcleo CIMIC		

Fonte: adaptado de (MDN, 2013; SFN, 2014b; JDRI, 2016, pp.7–8)

Decorrente da orientação política e apesar do aumento de ameaças e desafios, as FFAA têm passado por um processo de reforma que visou a redução da sua dimensão e configuração, para minimizar a sua expressão financeira e orçamental. No entanto, estas reformas, centradas na organização e administração, remeteram para segundo plano as condições necessárias ao cumprimento das missões atribuídas e consequente conduta operacional. Sucintamente podemos referir como exemplo, o cancelamento de programas de modernização, com as respetivas implicações que trouxe para as capacidades das unidades operacionais e consequente satisfação dos compromissos internacionais, bem como para o



cumprimento de missões nas áreas de soberania e jurisdição nacional. Deste modo, criou-se a ilusão de que seria possível fazer mais com menos, quando na realidade se faz pior e aumenta-se o risco (JDRI, 2016, pp.6–7).

O processo de reforma está claramente espelhado no CEDN, quando considera que devem ser “maximizadas as práticas de duplo uso e partilha de recursos, bem como eliminar todas e quaisquer formas de duplicação de meios públicos.” Portanto, a estrutura de forças e dispositivo devem ser planificados de acordo com o nível de ambição definido pelo poder político, no início dos ciclos de planeamento (CEDN, 2013, pp.33 e 37). Ainda que, para Reis Rodrigues, o planeamento deva ser mais interativo e o nível de ambição do CEDN mais específico no que se pretende das FFAA. Se for demasiado vago, o nosso SFN consegue cumprir todas as tarefas, quando essa não é a realidade (2017).

Não obstante, para Loureiro dos Santos (2016, pp.158–165), a existência de uma estrutura fiável das FFAA, capaz de cumprir todas as suas funções, repercute-se externa e internamente na confiança de que as suas capacidades constituem o último garante da lei e da ordem, da estabilidade e da paz. Assim, o Estado deverá garantir os montantes requeridos em função das prioridades definidas e riscos assumidos, sem que o fator financeiro seja o determinante do sistema de defesa, mitigando a possibilidade de conduzir à inoperacionalidade das FFAA. Logo, as estruturas e capacidades de defesa deverão ser racionalizadas ao máximo, segundo o princípio da economia de meios, mas sem descurar o produto operacional das FFAA ou a capacidade de o aumentar quando necessário.

4.2.2. Definição dos requisitos de capacidades

Segundo Lemos Pires (2015, pp.4–5), para fazer face à ameaça terrorista transnacional, as FFAA têm capacidade para: (i) participar em Operações Expedicionárias [contraterrorismo] – executando ações de prevenção e combate sobre meios dos terroristas, destruindo, capturando ou neutralizando bases, santuários, forças e redes de comando e logísticas, assim como bloqueando o apoio de Estados às organizações terroristas ou ministrando formação às forças locais; (ii) defender e proteger o território [antiterrorismo] – detetando, neutralizando ou minimizando os efeitos dos ataques terroristas, através do trabalho das informações em parceria com os sistemas internos e externos, vigiando e defendendo pontos ou áreas sensíveis; e em termos supletivos às Forças e Serviços de Segurança (FSS), através do emprego de forças e meios, em quantidade e qualidade, como radares, *drones*, aviões, navios, defesa antiaérea, meios de defesa NBQR, entre outros; (iii) garantir a proteção da Força – sendo um alvo remunerador para os terroristas, as FFAA



devem proteger as forças nos teatros, através de ações de vigilância e informações, defesa contra mísseis, bombas sujas e ataques informáticos; (iv) por último, prestar apoio em situações de emergência [gestão de consequências] – na sequência de ataques com ADM, o apoio à mobilidade e rapidez de reação, através de meios logísticos e possibilidade de operar em todo o ambiente e com serviços de saúde e meios NBQR.

Se associarmos estas capacidades à necessidade de otimizar os recursos já existentes no quadro de um CEDN, parece-nos claro que seria mais vantajoso constituir um conjunto de forças e meios já existentes do que adquirir e aprontar outras, para o mesmo fim. Nesse sentido, numa lógica de **estratégia operacional**, conjugamos o emprego das capacidades das FFAA, com as medidas de combate ao terrorismo – contraterrorismo (CT), antiterrorismo (AT) e gestão de consequências (GC) –, tendo por base o SFN de 2014, que se resume na tabela 6.

Tabela 6 – Capacidades das FFAA para o combate ao terrorismo

EMGFA		CT	AT	GC
1	Comando e Controlo			
2	Ciberdefesa			
3	Informações Militares (Intel)			
4	SegMil e Contra-Inteligência			
5	Certificação e Análise Operacional			
6	Apoio Sanitário			

Marinha		CT	AT	GC
1	Comando e Controlo Naval			
2	Oceânica de Superfície			
3	Submarina			
4	Projeção de Força			
5	Guerra de Minas			
6	Patrulha e Fiscalização			
7	Oceanografia e Hidrografia			
8	Apoio à Autoridade Marítima Nacional			
9	Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar			
10	Cooperação e Assistência Militar			
11	Reservas de Guerra			

Exército		CT	AT	GC
1	Comando e Controlo Terrestre			
2	Forças Ligeiras			
3	Forças Médias			
4	Forças Pesadas			
5	Defesa Imediata dos Arquipélagos			
6	Operações Especiais			
7	Info, Vig, AquisObj e Rec. Terrestre			
8	Transporte Terrestre			
9	Proteção e Sobrevivência das FT			
10	Sustentação Logística das FT			
11	Apoio Militar de Emergência			
12	Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar			
13	Cooperação e Assistência Militar			
14	Reservas de Guerra			

Força Aérea		CT	AT	GC
1	Comando e Controlo Aéreo			
2	VDI e QRA (I) no Espaço Aéreo			
3	Luta Aérea Ofensiva e Defensiva			
4	Luta Ar-Solo / Superfície			
5	Ops Aéreas VRP Terrestre e Marítima			
6	Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial			
7	Busca e Salvamento			
8	PPOS da Força			
9	Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea*			
10	Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar			
11	Cooperação e Assistência Militar			
12	Reservas de Guerra			

Legenda:

Contra Terrorismo
Anti Terrorismo
Gestão de Consequências

Fonte: adaptado de (SFN, 2014a; Marques et al., 2017, pp.533–540; Garcia, 2017; Pires, 2017; Curro, 2017b; Pereira, 2017)



Esta distribuição é discutível, mas útil, na medida que fornece uma visão abrangente das capacidades para o combate ao terrorismo. No entanto, a ação de presença credível das FFAA já constitui por si um elemento dissuasor, sendo igualmente de relevar a importância das informações e da ciberdefesa em apoio ao comando e controlo (Garcia, 2017).

Neste contexto, Vieira Borges (2013a, p.30) propõe que, na dimensão operacional, seja possível o emprego limitado das FFAA em território nacional, excepcionalmente, e em complementaridade das FSS, pelo que o PAO é fundamental para tornar eficaz e eficiente a intervenção de ambos. O que, como consequência, necessita da integração das capacidades das duas organizações, não só para efeitos de racionalização, como para evitar a duplicação. Nesse prisma, Vieira Borges e Lemos Pires identificam os principais meios e/ou capacidades, conforme tabela 7.

Tabela 7 – Meios e Capacidades das FFAA em apoio às FSS no combate ao terrorismo

Meio Capacidade	EMGFA	Marinha	Exército	F. Aérea	Obs.
Defesa Antiaérea		X	X	X	Prioritária da FA, mas possível com artilharia antiaérea e sistemas antiaéreos das unidades navais
NBQR		X	X	X	Materializadas no elemento de Defesa Biológica e Química, a Marinha e FA dispõem de capacidades mais limitadas
EOD		X	X	X	A Marinha e FA dispõem de capacidades limitadas
Engenharia			X		Pontes, construção
Vigilância e Fiscalização		X		X	A Marinha com navios e Polícia Marítima, a FA com aeronaves e sistemas de C4I
Operações Especiais	X			X	Quando a ameaça interna for muito elevada e organizada, que apoiadas pelos meios aéreos e de informações exclusivos das FA (existe um Quartel General de operações especiais no CCOM)
Ciberdefesa	X				Centro de Ciberdefesa
Saúde, Apoio psicológico, transporte, tratamento de águas, cartografia, etc		X	X	X	

Legenda:

Ramo Principal

Fonte: adaptado de (Borges, 2013a, p.31; Pires, 2015)



Nesta área de complementaridade, referimos como exemplo, as FFAA Belgas que, segundo o Coronel Eric Kalajzic¹⁰ (2017), têm atuado na segurança interna, juntamente com as FSS no centro de Bruxelas, através da presença e patrulhamento nas imediações de infraestruturas críticas e/ou zonas de maior probabilidade de ocorrência de ataques terroristas. Sem, no entanto, terem qualquer competência policial, as FFAA Belgas estão autorizadas a manter o controlo de um suspeito até à chegada das autoridades policiais. Esta situação já foi proposta em Portugal, com a ENCT (Pires, 2015, p.5).

No entanto, se para Lemos Pires (2015, p.7), na estratégia de resposta ao terrorismo o instrumento militar não é dominante, para Mesquita (2013, p.7), as novas configurações e *modus operandi* dos grupos e organizações terroristas têm feito sobressair o vetor militar como o mais eficaz em ações de combate ao terrorismo, quer pelas facilidades operacionais na recolha de informações sobre o adversário, quer na captura ou eliminação de alvos de elevado valor.

De facto, os avanços tecnológicos são o fator preponderante para a eficácia das ofensivas contraterroristas, onde, nas guerras modernas, a vitória é determinada pela superioridade do conhecimento, permitindo a obtenção de informações corretas, rigorosas, atempadas e em permanência sobre o adversário. Deste modo, o combate ao terrorismo passou a basear-se em tecnologias da Guerra Centrada em Rede, ou seja, C4ISR (*Command, Control, Communications, Computers, intelligence, Surveillance and Reconnaissance*), possibilitando uma imagem global e em tempo real, tal como na operação de captura de Bin Laden, o que permitiu a coordenação dos vários meios envolvidos – aéreos e terrestres – (Mesquita, 2013, p.8).

4.3. Programas de edificação de capacidades OTAN e UE

Nos sistemas de *Smart Defence* da OTAN e *Pooling and Sharing* da UE, os aliados e parceiros são encorajados a trabalhar de forma cooperativa e coerente, para aumentar as potencialidades de capacidades existentes e/ou edificar novas, ao abrigo de programas e linhas de desenvolvimento. Nestes projetos, onde Portugal participa (vide Anexo A), destacamos os projetos de *NATO Multinational Cyber Defence Education and Training*¹¹, pois visa não só a estratégia genética da capacidade, como afeta a estratégia estrutural, mas também o *Helicopter Exercise Programme*, que visa desenvolver o treino das tripulações

¹⁰ *Second-in-Command, General Intelligence & Security Service/FFAA Belgas.*

¹¹ A Escola de Comunicação e Sistemas de Informação da OTAN será edificada em Oeiras, sob comando do Coronel TM Paulo Viegas Nunes.



para ambientes de elevada complexidade (Batalha, 2017c). Ainda assim a OTAN e a UE oferecem oportunidades que poderiam ser exploradas, tal como se apresenta seguidamente.

4.3.1. Âmbito OTAN

A relação de cooperação entre a OTAN e a UE no contraterrorismo, passa pelas reuniões entre o *staff*, para coordenação de atividades e identificação de possíveis domínios de cooperação. Neste aspeto, inserem-se os exemplos de proteção de infraestruturas críticas, segurança na aviação, segurança marítima e edificação de capacidades de defesa complementares, em detrimento da duplicação. O esforço da cooperação assenta em três áreas principais: (i) informações e capacidades contra a ameaça; (ii) empenhamento com os parceiros e organizações internacionais, que pode incluir (iii) atividades militares ou civil (NATO, 2016a, p.15).

O NATO *Defence Against Terrorism Programme of Work* (DAT PoW), em particular, tem contribuído para aumentar a capacidade da Aliança nos vetores da prevenção, detenção ou detenção e resposta. Este programa foca-se nas necessidades operacionais e nas faltas em áreas prioritárias, para fazer face às ameaças terroristas assimétricas, de forma eficiente (NATO, 2015a, p.19). Reconhecendo a contribuição que os parceiros trazem para os esforços globais contra o terrorismo e conhecimento da ameaça, alguns projetos de DAT PoW são extensíveis a determinados países, conforme a avaliação de cada caso, em particular as seguintes capacidades: armas não-letais; contra - dispositivos explosivos improvisados (C-IED); eliminação de dispositivos explosivos (EOD); *Route clearance*; Proteção de porto; Reconhecimento, *Joint Intelligence Surveillance Reconnaissance*; Forças de Operações Especiais; e defesa NBQR (NATO, 2015a, 2016a, p.19).

A par destas capacidades, a OTAN tem desenvolvido o projeto de ciberdefesa, atendendo que gradualmente, as ameaças e ataques, perpetrados por atores estatais e não-estatais, são mais frequentes e provocam danos consideráveis no contexto das operações militares (NATO, 2017b).

4.3.2. Âmbito da UE

Com o deslocamento do esforço militar Norte-Americano para a região da Ásia/Pacífico, [com as atuais declarações de Donald Trump que sugerem uma maior responsabilidade à Europa na sua defesa], os países europeus reconhecem a necessidade de atribuir mais importância ao rearmamento da UE, ainda que sem sucesso até à data (Santos, 2016, pp.161–162).



Todavia, a UE tem procurado soluções para uma maior autonomia de defesa, pelo que, segundo Butenschoen (2017), a *European Defence Agency* (EDA) tem vindo a desenvolver a revisão do *Capability Development Plan* (CDP), para avaliar o estado atual das capacidades dos parceiros Europeus e identificar as necessidades a curto, médio e longo prazo, por forma a identificar as prioridades e possibilidades de cooperação entre as nações.

Decorrente do vetor de análise de lições aprendidas das operações conduzidas por forças da UE, a EDA identificou as seguintes áreas de maior preocupação:

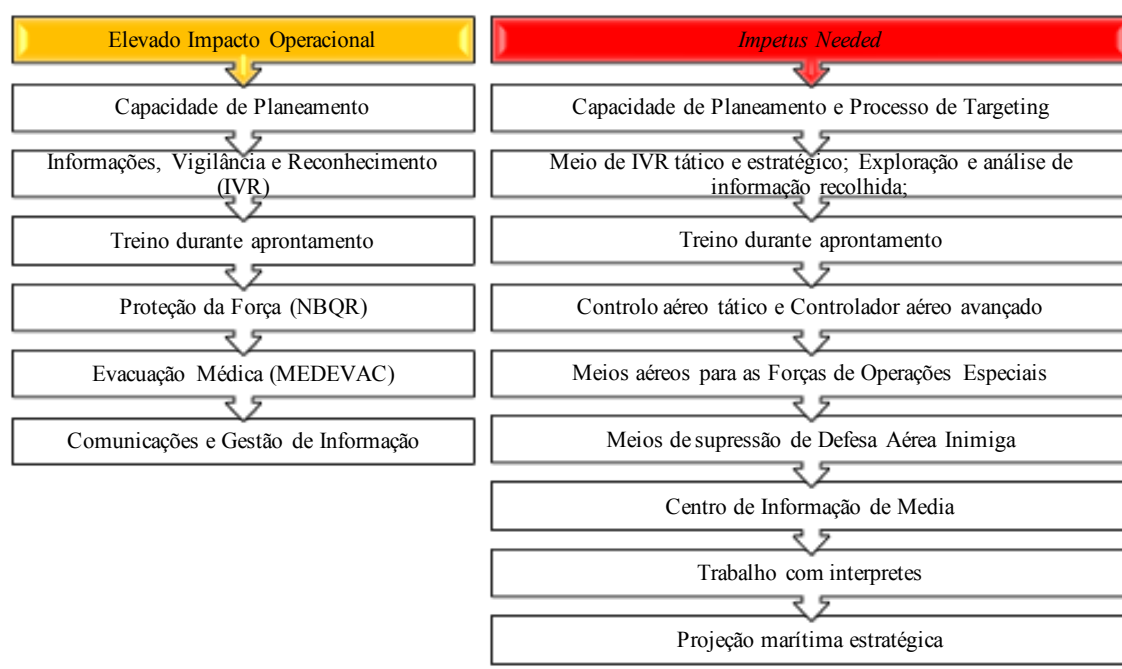


Figura 18 – Principais áreas de preocupação da EDA

Fonte: adaptado de (Butenschoen, 2017, p.20)

Sendo uma das funções da EDA analisar as implicações das ameaças para atividades futuras, efetuando a ligação às ameaças híbridas, foram identificadas, concomitantemente, a necessidade de: (i) melhores estruturas de Comando e Controlo, que permitam o processo de decisão ser mais rápido; (ii) interoperabilidade entre as estruturas militares e civis, através de exercícios e simulações em conjunto; e (iii) aumentar a interoperabilidade entre militares dos Estados Membros participantes nos projetos (Butenschoen, 2017, p.28).

Em resumo, as prioridades identificadas pela EDA, seja pelos vetores de análise, seja pela ameaça, são as seguintes:



CDP Priority Actions October 2014	Protection of Forces in Theatre <ul style="list-style-type: none">• Enhance C-IED & CBRNe capabilities in Operations• Provide Air & Missile defence for deployable forces	Securing Sea Lines of Communication <ul style="list-style-type: none">• Maritime Patrolling & Escorting• Naval Surveillance systems
Gaining Information Superiority <ul style="list-style-type: none">• Counter Cyber Threats• Provide SATCOM capabilities• Enhance Battlespace Information & Communication Services• Remotely Piloted Aircraft providing Surveillance (RPAS)	Enabling Expeditionary Operations <ul style="list-style-type: none">• Inter-Theatre Air capabilities• Intra-Theatre Combat capabilities• Enhance Logistic Support for Deployed Forces• Provide Medical Support to Operations	Cross-Cutting drivers <ul style="list-style-type: none">• Energy & Environmental protection• SESAR• Modelling, Simulation & Experimentation• Space-based information systems

Figura 19 – Prioridades do CPD

Fonte: (Butenschoen, 2017, p.32)

Não obstante às prioridades identificadas, para Hussain (2017), a UE deverá desenvolver algumas capacidades para o combate ao terrorismo, deixando a defesa coletiva com o seu *hard power* para a OTAN.

4.4. Síntese Conclusiva

Considerando que a OTAN e a UE são as principais organizações com que Portugal mantém afiliação, dos CE e várias Cimeiras realizadas, o poder político nacional fez alinhar as nossas estratégias totais com as supracitadas. Neste contexto, o terrorismo assume-se como uma das principais ameaças transnacionais à segurança internacional, o que influenciou na criação de estratégias de combate a esta ameaça, por todos os Estados aliados e membros das organizações. As estratégias desenvolvidas neste quadro visam o combate ao terrorismo, quer no âmbito do esforço internacional, quer no domínio interno das Nações. Tal conjuntura ficou expressa nos documentos enquadrantes da estratégia militar que conta com a participação das FFAA Portuguesas em missões internacionais, bem como, na complementaridade pensada para as FSS.

Por conseguinte, a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força, nas suas vertentes estrutural, genética e operacional, conta com capacidades para fazer face a todos



os cenários do CEM onde o terrorismo seja ameaça, conjugando as medidas de CT, AT e GC. Adicionalmente, existe a possibilidade de participar em projetos nos âmbitos da *Smart Defence* e *Pooling and Sharing*, que, embora não criando capacidades novas permitem o melhoramento das existentes.

Deste modo, consideramos respondida a QD3 e validada a Hip3, atendendo que as capacidades e estruturas das FFAA foram sendo edificadas de acordo com reformas que, não sendo especificamente desenhadas para tal, permitem o emprego operacional no combate ao terrorismo no âmbito externo e interno. Existindo a possibilidade de melhorar essas capacidades sob programas da OTAN e UE, que minimizam custos e duplicação de recursos.



5. Análise dos Impactos nas FFAA

Seguidamente analisamos os impactos do TT e das NG na estratégia de desenvolvimento e aplicação da força nas FFAA Portuguesas identificados no capítulo anterior, afim de avaliar as consequências que poderão advir dos mesmos.

5.1. Dos documentos enquadrantes

Os impactos das guerras do Iraque e do Afeganistão, onde participámos como aliados, e a crise económica que sentimos na Europa a partir de 2008, ficaram espelhadas nos CE da OTAN e UE, refletindo-se no CEDN de 2013, quer na análise do ambiente estratégico, quer nas visões economicistas de racionalização de meios. Esta situação conduziu a um esforço conjunto de todos os aliados e parceiros para fazer face à nova conflitualidade e ameaças, mas também à não duplicação de meios empregues.

Na realidade, o atual ambiente estratégico é caracterizado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (VICA) de que são exemplo os recentes atentados no Reino Unido, França ou no Irão. Este contexto, despertou para uma nova perceção da segurança nacional e internacional com implicações na necessária cooperação e articulação das várias instituições e organizações com responsabilidades no domínio da segurança, quer no seio dos próprios Estados, quer num quadro multilateral. Deste modo, qualquer prospetiva torna-se difícil, não obstante segundo Lemos Pires (2017) a cenarização estratégica ser pensada a longo prazo, 50 anos.

Neste domínio, as FFAA são chamadas para colaborar quer no esforço interno, tal como as FFAA Belgas, quer no plano externo de que é exemplo a Operação *Inherent Resolve*, cuja finalidade é treinar as tropas Iraquianas para combater o Daesh.

No âmbito da estratégia geral, como está definido no Planeamento Estratégico Português, também foi revisto o CEM que, aprovado em 2014, apresenta seis cenários de emprego das FFAA. Para estes cenários concorrem as MIFA, que refletem a necessidade de um espectro alargado do emprego das capacidades das FFAA, onde para todos os cenários, com exceção do quinto¹², a ameaça terrorista tem um impacto direto. Dada a particularidade desta ameaça, à semelhança da OTAN e a UE, foi desenvolvida, pela primeira vez em Portugal, uma ENCT onde a participação das FFAA está prevista, mas em regime de complementaridade às FSS. Este facto já foi alvo de apreciação superior, constatando-se que o PAO deve ser implementado e testado em exercícios. Como refere Lemos Pires (2017), as

¹² C5 – Apoio ao desenvolvimento e bem-estar (CEM,2014)



nossas estratégias foram bastante influenciadas pelo fenómeno do terrorismo, inclusivamente as genéticas e estruturais, onde o conceito assentava em forças “*very light and mobile*” e tudo se resolvia com as operações especiais. Todavia, a questão da Crimeia e da Rússia trouxe novamente a capacidade pesada à discussão, constituindo-se num *target* bastante oneroso.

No entanto, em função dos desafios que se apresentam ao flanco sul da Europa, o chamado “quarteto do sul”¹³, aconselhou a OTAN uma resposta política e estratégica mais robusta nesta região, melhorando para tal as sinergias entre os vários intervenientes. Neste âmbito, Azeredo Lopes considera “que o robustecimento da política europeia de defesa pode enfrentar situações e desafios para que a NATO não está pura e simplesmente vocacionada para responder” (2017b).

5.2. Da estratégia de desenvolvimento e aplicação da força

As reformas “Defesa 2020”¹⁴ constituem-se como as orientações políticas que mais impactos tiveram nas FFAA nos últimos anos, mas por outro lado deu um rumo às reformas que vinham sendo implementadas um pouco *ad hoc* (Curro, 2017a). Esta reforma, apresentando uma vertente economicista mediante o desenvolvimento de capacidades civis e militares, com a perspetiva de duplo uso, a par de uma reestruturação da macroestrutura da Defesa Nacional das FFAA, provocou impactos nas estratégias genéticas e estruturais, que direta ou indiretamente pensadas, estão interligadas com o terrorismo e as NG, conforme análise à tabela 8.

Tabela 8 – Impactos nas Estratégias Genética e Estrutural

Capacidades Desenvolvidas de 2004 para 2014		CT	AT	GC	Estruturas Desenvolvidas de 2004 para 2014		CT	AT	GC
Estratégia Genética					Estratégia Estrutural				
EMGFA	Ciberdefesa	■	■	■	EMGFA	Comando Conjunto para CCOM		■	■
	Informações Militares (INTEL)	■	■	■		Centro de Ciberdefesa	■	■	■
	Segurança Militar e Contra-Inteligência			■					
	Apoio Sanitário			■					
Marinha	Projeção de Força		■	■	Marinha				
	Módulo de Proteção Portuária		■	■					
	Lanchas de Desembarque Grandes		■	■					
	Patrulha e Vigilância			■					
Exército	Destacamentos de UAV			■	Exército	Unidade de Apoio Militar de Emergência			■
	Forças Especiais	■							
	Transporte Terrestre			■					
Força Aérea	Apoio Militar de Emergência			■	Força Aérea	Serviço de Policiamento Aéreo		■	■
	Núcleo CIRC (Computer Incident Response Capability)		■	■		Serviço de Busca e Salvamento Aéreo			■
						Centro de Treino Cinotécnico da FA		■	■

Fonte: (do autor, 2017)

¹³ Composto por Portugal, Espanha, França e Itália (MDN,2017)

¹⁴ Legislação resumida no Apêndice B.



Para além das capacidades/meios desenvolvidos até 2014 resultantes do CPDM, que decorre presentemente¹⁵, foram identificados pelo EMGFA e respetivos Ramos, objetivos de capacidades que se inserem nas estratégias genética e estrutural, com impactos a partir de 2019 (Curro, 2017a).

Colocando em análise a definição de objetivos de capacidades, se revisitarmos o CEDN 2013, está explícito, conforme referido anteriormente, que devem ser desenvolvidas capacidades para mitigar as consequências de ataques terroristas, cibernéticos, NBQR e de catástrofes e calamidades (CEDN, 2013, pp.33–37). No âmbito das medidas de combate ao terrorismo, todas as capacidades têm cabimento, conforme pode ser constatado na tabela 6. Na medida de gestão de consequências, onde podemos englobar o Apoio Militar de Emergência e a criação da Unidade de Apoio Militar de Emergência, onde o Apoio Sanitário tem cabimento, entre outras.

Atendendo à tipologia das missões das FFAA e ameaças que se opõem à segurança nacional, foi definido como prioridade as seguintes capacidades: projeção e sustentação, mobilidade estratégica e tática e à proteção de forças, comando e controlo, comunicações e informações, ciberdefesa, multiplicadores de força, vigilância e controlo do espaço aéreo e marítimo. Estas capacidades contribuem para uma estratégia de utilização de meios [estratégia operacional] (CEDN, 2013, p.38).

No entanto, decorrente da identificação de lacunas ao longo do CPDM (figura 20), o EMGFA e os Ramos, através do método de análise de risco, definiram prioridades que cruzadas com as MIFA e com as medidas de combate ao terrorismo nos indicam alguns desvios à priorização definida.

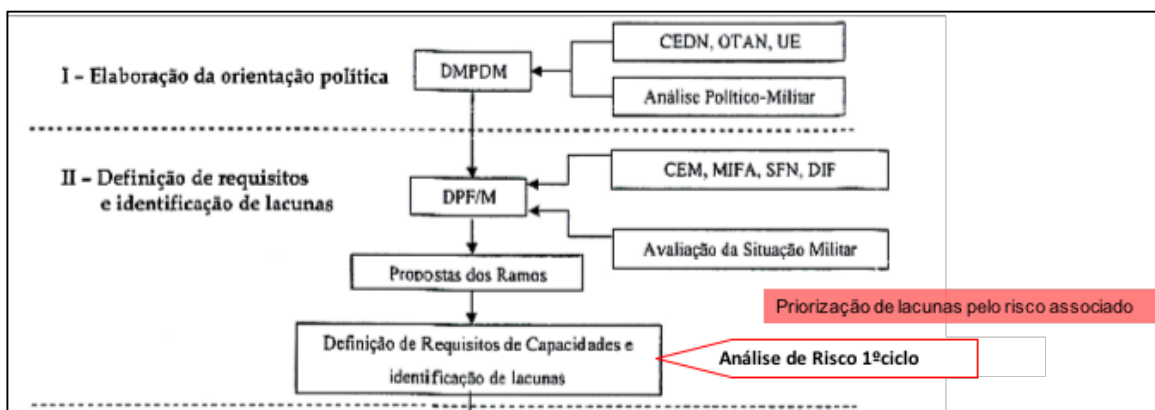


Figura 20 – Priorização de lacunas pelo risco associado

Fonte: adaptado de (MDN, 2011)

¹⁵ CPDM para o quadriénio 2014/2018 (Curro,2017a).



Da análise efetuada ao **EMGFA**, constatamos que a capacidade de ciberdefesa está edificada e não tem sequer prioridade atribuída. Por outro lado, a capacidade de comando e controlo (C2) e as Informações Militares encontram-se vulneráveis, o que, atendendo ao facto de que parte dos nossos entrevistados (Loureiro dos Santos, Lemos Pires, Proença Garcia) consideram fundamental para o combate ao terrorismo, estas vulnerabilidades terão impacto em todas as medidas de combate ao terrorismo (tabela 9).

O mesmo podemos referir para a capacidade de Segurança Militar e Contra-Infamação, não obstante a sua prioridade atribuída ser apenas alta.

Tabela 9 – Prioridades capacidades EMGFA vs MIFA vs combate terrorismo

		Tipologia de Meios / Prioridades	Órgãos de C2 Estrutura Física Rede C3	Meios de Ciberdefesa	Meios de recolha, processamento e produção de	Meios de Contra- Infamação e	Meios para Avaliação e Análise Operacional	Meios de ApSan (Cirurgia)	Meios de ApSan (Isolamento)
		Capacidade	Comando e Controlo	Ciberdefesa	Info Militares	Segurança Militar e Contra- Infamação	Certificação e Análise	Apoyo Sanitário	
MIFA		Forças	1	2	3	4	5	6	
M1.1	Defesa Convencional do TN	SF	x	x	x	x	x	x	
M 1.2	Garantia de circulação no espaço interterritorial	FPAS	x		x	x	x		
M 1.3	Atuação em estados de exceção	SF	x		x	x	x		
M 1.4	Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise	FRI + CMF	x		x	x	x	x	
M 1.5	Extração/Proteção de contingentes e FND	FRI + CMF	x		x	x	x	x	
M1.6	Ciberdefesa	FPAS	x	x					
M 1.7	Cooperação com as forças e serviços de segurança	SF	x	x	x	x	x		
M 2.1	Defesa do território das nações aliadas	CMF	x		x	x	x		
M 3.1	Vigilância e controlo, incluindo a fiscalização e o policiamento aéreo	FPAS	x				x		
M3.2	Busca e salvamento	FPAS	x						
M 3.3	Segurança das linhas de comunicação no EEINP	FPAS	x		x	x	x		
M 4.1	Operações de Resposta a Crises no âmbito da OTAN	CMF	x		x	x	x	x	
M 4.2	Outras operações e missões no âmbito da OTAN	CMF	x		x	x	x	x	
M 4.3	Operações e missões no âmbito da UE	CMF	x		x	x	x	x	
M 4.4	Operações de paz no âmbito da ONU ou da CPLP	CMF	x		x	x	x	x	
M 4.5	Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais	CMF	x		x	x	x	x	
M 5.1	Apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens	SF	x				x	x	
M.5.2	Apoio ao desenvolvimento	SF	x				x		
M 6.1	Cooperação e assistência militar de natureza bilateral e multilateral	SF	x		x	x	x	x	
M 6.2	Ações no âmbito da Reforma do Setor de Segurança de outros países	CMF	x		x	x	x	x	
Legenda:		CT							
		AT							
		GC							

SF - Sistema de Forças
 FPAS - Forças Permanentes em Ação de Soberania
 FRI - Força de Reação Imediata
 CMF - Conjunto Modelar de Forças

Muito Alto Alto Moderado Baixo

Fonte: análise do autor, adaptado de (SFN, 2014a; Marques et al., 2017; Curro, 2017a)



A situação da **Marinha** (tabela 10) fica igualmente comprometida pela capacidade de C2 Naval, que se agrava pelas lacunas identificadas na capacidade Oceânica de Superfície. A falta de modernização das fragatas e dos meios de reabastecimento, poderá comprometer nas três medidas de combate ao terrorismo, com a agravante que são igualmente meios importantes para a execução da nossa política externa de segurança, nomeadamente, na participação em missões internacionais. Em relação às prioridades definidas no CEDN, estas capacidades ficam de igual modo aquém, em particular na vigilância e controlo marítimo.

Tabela 10 – Prioridades capacidades Marinha vs MIFA vs combate terrorismo

	MIFA	Capacidade	Tipologia de Meios / Prioridade																
			Comando e Controlo Naval	Meios e sistemas de C2	Navio Reabastecedor	Fragatas	Meios aéreos vigi - II	Helicópteros orgânicos	Navios à Vela	Submarinos	Navio de projeção de força	Módulo proteção portuária	Forças de Fuzileiros	Operações Especiais	Meio autónomo de busca e recolha de minas	Meios aéreos autónomos de vigilância - I	Navios de patrulha	Navios de patrulha costeira	Navios de patrulha
	Forças		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11						
M1.1	Defesa Convencional do TN	SF	X	X	X	X	X	X	X	X			X						
M1.2	Garantia de circulação no espaço interterritorial	FPAS	X	X	X	X		X					X						
M1.3	Atuação em estados de exceção	SF	X	X	X	X	X	X	X				X						
M1.4	Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise	FRI + CM	X	X	X	X	X	X	X	X			X						
M1.5	Extração/Proteção de contingentes e FND	FRI + CM	X	X		X	X	X	X				X						
M1.6	Ciberdefesa	FPAS	X																
M1.7	Cooperação com as forças e serviços de segurança	SF	X	X	X	X		X					X						
M2.1	Defesa do território das nações aliadas	CMF	X	X	X	X	X		X				X						
M3.1	Vigilância e controlo, incluindo a fiscalização e o policiamento aéreo	FPAS	X	X	X			X											
M3.2	Busca e salvamento	FPAS	X	X				X	X										
M3.3	Segurança das linhas de comunicação no EEINP	FPAS	X	X	X	X	X	X	X	X			X						
M4.1	Operações de Resposta a Crises no âmbito da OTAN	CMF	X	X	X	X	X		X				X						
M4.2	Outras operações e missões no âmbito da OTAN	CMF	X	X	X	X	X	X	X	X			X						
M4.3	Operações e missões no âmbito da UE	CMF	X	X	X	X	X	X	X	X			X						
M4.4	Operações de paz no âmbito da ONU ou da CPLP	CMF	X	X	X	X	X		X				X						
M4.5	Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais	CMF	X	X	X	X	X		X				X						
M5.1	Apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens	SF	X	X	X	X		X	X	X	X								
M5.2	Apoio ao desenvolvimento	SF	X	X	X	X		X	X	X	X								
M6.1	Cooperação e assistência militar de natureza bilateral e multilateral	SF	X	X		X			X				X						
M6.2	Ações no âmbito da Reforma do Setor de Segurança de outros países	CMF	X			X							X						
Legenda:			CT																
SF - Sistema de Forças			AT																
FPAS - Forças Permanentes em Ação de Soberania			GC																
FRI - Força de Reação Imediata																			
CMF - Conjunto Modelar de Forças																			

Muito Alto Alto Moderado Baixo

Fonte: análise do autor, adaptado de (SFN, 2014a; Marques et al., 2017; Curro, 2017a)



Por último, a **Força Aérea**, que tal como os restantes Ramos, apresenta lacunas nos seus sistemas de C2, a par da capacidade de luta aérea, não se percebendo, no entanto, qual foi a prioridade atribuída à capacidade luta ar-solo, conforme tabela 12.

Neste caso, verificamos que a capacidade de transporte estratégico e tático também tem problemas e que a prioridade atribuída pelo CEDN ainda não foi atingida. Deste modo, as medidas de CT e GC ficam comprometidas. Adicionalmente sabemos que os meios que compõem esta capacidade são simultaneamente críticos para o cumprimento das missões das FFAA, dada a necessidade de projeção e sustentação de Forças.

Apesar de não estar diretamente ligada ao combate ao terrorismo, mas como fonte de alimentação dos sistemas da FA, a capacidade de reservas de guerra será uma preocupação, na medida em que, a falta de munições para as aeronaves caça retirará a sua utilidade.

Tabela 12 – Prioridades capacidades Força Aérea vs MIFA vs combate terrorismo

		Tipologia de Meios / Prioridades													
		DDDAU e TACP	UVD / TADR - GRAD	Aeronaves de Caça		SA P-3C MPA	UAV	Transp Inter-Teatro C-130	Transp Intra-Teatro C-295	Transp Especial FA-50	EH-101	Kit Mobilidade	Alfete I - Alouette III		Armadamento Ar-Ar e Ar-Solo
		Capacidade													
		Comando e Controlo Aéreo	Vig/Dadid (VDI) e Intervenção no Espaço Aéreo	Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	Luta Ar-Solo / Superfície	Ops Aereas VRP Terrestre e Marítima		Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial		Busca e Salvamento	Proj/ProtOpsust da Força	Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea*	Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar	Cooperação e Assistência Militar	Reservas de Guerra
MIFA		Forças													
		1	2	3	4	5		6		7	8	9	10	11	12
M1.1	Defesa Convencional do TN	SF	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
M 1.2	Garantia de circulação no espaço interterritorial	FPAS	x	x		x	x					x	x		
M 1.3	Atuação em estados de exceção	SF	x	x	x	x	x				x	x	x		x
M 1.4	Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise	FRI + CMF	x					x				x	x		x
M 1.5	Extração/Proteção de contingentes e FND	FRI + CMF	x					x				x	x		x
M1.6	Ciberdefesa	FPAS	x											x	
M 1.7	Cooperação com as forças e serviços de segurança	SF	x	x			x	x		x	x	x	x	x	x
M 2.1	Defesa do território das nações aliadas	CMF	x	x	x	x	x	x			x	x	x		x
M 3.1	Vigilância e controlo, incluindo a fiscalização e o policiamento aéreo	FPAS	x	x			x					x	x		x
M3.2	Busca e salvamento	FPAS	x								x		x		
M 3.3	Segurança das linhas de comunicação no EEINP	FPAS	x	x		x	x					x	x		x
M 4.1	Operações de Resposta a Crises no âmbito da OTAN	CMF	x		x	x	x	x				x	x		x
M 4.2	Outras operações e missões no âmbito da OTAN	CMF	x		x	x	x	x				x	x		x
M 4.3	Operações e missões no âmbito da UE	CMF	x		x	x	x	x				x	x		x
M 4.4	Operações de paz no âmbito da ONU ou da CPLP	CMF	x		x	x	x	x				x	x		x
M 4.5	Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais	CMF	x		x	x	x	x				x	x		x
M 5.1	Apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens	SF	x				x	x		x	x	x	x		
M.5.2	Apoio ao desenvolvimento	SF	x				x					x	x		
M 6.1	Cooperação e assistência militar de natureza bilateral e multilateral	SF	x				x	x				x	x		x
M 6.2	Ações no âmbito da Reforma do Setor de Segurança de outros países	CMF	x				x	x				x	x		x
Legenda:		CT													
		AT													
		GC													
		SF - Sistema de Forças													
		FPAS - Forças Permanentes em Ação de Soberania													
		FRI - Força de Reação Imediata													
		CMF - Conjunto Modelar de Forças													
		Muito Alto													
		Alto													
		Moderado													
		Baixo													

Fonte: análise do autor, adaptado de (SFN, 2014a; Marques et al., 2017; Curro, 2017a)



5.3. Execução da estratégia de desenvolvimento e aplicação da força na LPM

Decorrente da Reforma 2020, a Lei de Programação Militar (LPM), até 2015, não concretizou qualquer projeto de modernização e reequipamento, sendo que apenas posteriormente foram executados alguns dos projetos. Por conseguinte, segundo o estudo realizado, as FFAA apenas possuem um conjunto de meios de valor militar credível que podem ser empregues isoladamente, ou integrados em forças multinacionais, em cenários que têm de ser selecionados conforme a exigência operacional (JDRI, 2016, pp.7–9).

No entanto, antes da análise à atual execução da LPM, constatámos que, segundo Batalha (2017a), para a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), a atribuição das prioridades para os respetivos projetos não é tida em conta as prioridades dos Ramos, identificadas ao longo do CPDM. Batalha (2017a), refere que as prioridades foram definidas em Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM) e decorrem dos impactos estratégicos por projeto, que são analisados conforme tabela 13.

Tabela 13 – Impactos estratégicos por projeto

Fator	Impacto	Descrição do Impacto
X1 Edificação ou Sustentação de Capacidades	Forte	A concretização do projeto concorre para a edificação de Forças/Meios que contribuem para as capacidades do SF (se não for concretizado a edificação não atinge o nível desejado).
X2 Relevância da Capacidade versus MIFA	Extremo	O projeto contribui para a edificação ou sustentação de Forças/Meios inseridos em capacidades extremamente relevantes.
X3 Risco Operacional	Extremo	O projeto contribui de forma extrema para a redução dos riscos associados à execução das operações.
X4 Prioridades inscritas na DMPDM	Forte	O projeto contribui para o desenvolvimento de capacidades, no âmbito da segurança coletiva.
X5 Edificação de capacidades transversais aos Ramos/EMGFA	Baixo	O projeto contribui diretamente para o desenvolvimento de capacidades/missões de um dos ramos ou EMGFA.

Fonte:(Batalha, 2017b)

A conjugação das ponderações tidas em consideração na última revisão da LPM, coloca em primeira prioridade as ponderações X1 e X2, em segundo X2 e X3, por último a X5, criando assim o alinhamento entre as orientações políticas da LPM e o processo de priorização da relevância militar dos projetos de investimento, harmonizando, numa ótica de conjunto, as capacidades das FFAA (Batalha, 2017a).



A par deste desencontro dos dois processos de priorização, os projetos em que Portugal participa, no âmbito da OTAN e EDA, são maioritariamente por oportunidade, não existindo uma estratégia previamente pensada para fazer face às lacunas identificadas, sejam elas decorrentes do CPDM ou da LPM (Batalha, 2017a; Freitas, 2017). Em concreto, participamos no projeto de C-IED porque surgiu a oportunidade e os custos serem relativamente baixos, por outro lado, candidatámo-nos como *lead nation* para o projeto de ciberdefesa, uma vez que vamos receber a Escola de Comunicações e Sistemas de Informação NATO que vem de Latina (Itália) para Portugal e será comandada por um oficial do Exército (Curro, 2017a; Freitas, 2017).

Neste contexto, ao invés de participação por oportunidade, face aos programas e projetos que a OTAN e a EDA podem oferecer, julgamos que a estratégia genética das FFAA Portuguesas está a desperdiçar a possibilidade de integrar as referidas ofertas para mitigar lacunas identificadas, de acordo com as prioridades estabelecidas, seja pelo CPDM seja pela LPM.

Não obstante, Azeredo Lopes ter considerado que a LPM está “a assumir a tal função que deve ter, que é a de estar liberta do curto prazo e representar, justamente, a projeção plurianual do empenhamento de um país no equipamento das suas Forças Armadas, liberta de constrangimentos oportunístico.” (Lopes, 2017a).

5.4. Síntese Conclusiva

A transformação, quase instantânea, do ambiente estratégico configura a readaptação do CEDN, e em particular do CEM, como uma necessidade. No entanto, dada a imprevisibilidade do ambiente estratégico torna essa tarefa quase impossível de concretizar. Apesar de os cenários do CEM preverem o emprego das capacidades das FFAA, num largo espetro de missões, onde a ameaça terrorista também está vertida.

Por conseguinte, a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força, direta ou indiretamente, foi pensada para cumprir todas as MIFA, fazendo face à ameaça terrorista. Nesse sentido, o CEDN explicita as capacidades que, prioritariamente devem ser edificadas. Todavia, foi possível concluir da investigação que essa priorização não foi executada na íntegra, nem coincidiu com a maioria das capacidades prioritárias para o EMGFA e respetivos Ramos. Das lacunas identificadas, e consequente proposta de estratégia genética e estrutural, vertidas nas prioridades consideradas no CPDM, por introdução da análise de risco, há capacidades que têm impactos diretos, uns positivamente outros negativamente, nas três medidas de combate ao terrorismo.



Para além da constatação supra, o desalinhamento dos dois níveis de prioridades – CEDN e CEMGFA – também foi identificado no âmbito da execução da LPM, uma vez que os critérios definidos para o impacto estratégico nos projetos de edificação de capacidades estabelecem prioridades completamente diferentes. Por outro lado, com a oferta de programas e projetos da OTAN e UE, Portugal tem desperdiçado a possibilidade de os integrar estrategicamente, ao invés da participação por oportunidade ou limitação financeira.

Deste modo respondemos à QD4, validando a Hip4, uma vez que verificámos que as prioridades atribuídas às capacidades, podem permitir as FFAA atuarem com medidas de combate ao terrorismo comprometidas.



Conclusões

Como corolário da nossa investigação apresentamos uma revisão das grandes linhas que guiaram o procedimento metodológico, revendo para tal o modelo de análise e a contribuição deste para cumprir o objetivo geral. Seguidamente, expomos os resultados obtidos e as propostas que julgamos mais pertinentes. Por último, abordamos as limitações da presente investigação e linhas temáticas para estudos futuros.

Tendo como objetivo analisar os impactos que o TT e as NG produzem nas estratégias estruturais e genéticas, propostas pelos Ramos e na estratégia operacional planeada e conduzida pelo CEMGFA, definimos a seguinte QC: “*De que forma a interligação do TT e das NG influenciam a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força das FFAA portuguesas?*”, que materializa o fio condutor deste trabalho.

Neste contexto, as grandes linhas do procedimento metodológico de investigação tiveram por base uma vasta pesquisa bibliográfica de livros e artigos de referência, bem como documentação de trabalho fornecida por militares que desempenham funções no EMGFA e Ministério da Defesa Nacional (MDN), enquanto instituições responsáveis pela estratégia militar nacional. Concomitantemente, recorreremos a entrevistas semiestruturadas, a especialistas reconhecidos em Estratégia, Segurança e Defesa, oficiais responsáveis pelos processos estratégicos e políticos analisados, bem como, a oficiais estrangeiros e nacionais na OTAN e UE.

A revisão bibliográfica permitiu-nos, por um lado, identificar as diferentes formas de definir TT. Na realidade, se quanto às NG, a opinião é consensual, quanto ao TT encontrámos várias formas de o categorizar, enquanto fenómeno, técnica, ou mesmo tipologia de guerra. Esta revisão foi fundamental para os capítulos que desenvolvemos de forma a sustentar o nosso estudo. Por outro lado, a revisão bibliográfica e as entrevistas exploratórias permitiram-nos construir um modelo de análise mais sólido e, consequentemente, objetivar a investigação.

Nesse sentido, caracterizámos a ameaça terrorista transnacional, começando por perceber como este fenómeno foi evoluindo. Focando o estudo no Daesh, percebemos que o mesmo tem uma estratégia baseada em *ends, ways e means*, assumindo-se como a ameaça terrorista transnacional com maior influência no atual ambiente estratégico. Neste domínio, foi-nos possível constatar que, após os ataques da Al-Qaeda com o 9/11, o mundo despertou para este fenómeno, que já apresentava objetivos bem definidos. No entanto, dos grupos jihadistas afiliados da Al-Qaeda, o Daesh destacou-se, apresentando uma estratégia bem



definida opondo-se à vontade dos seus adversários, reivindicando como *ends*: (i) a implementação de um Estado Islâmico, governado pela *sharia*; (ii) a união de toda a comunidade muçulmana na *Ummah*; (iii) e a afetação da ordem mundial islâmica. Como *ways*, o Daesh efetua o recrutamento utilizando um processo de radicalização com recurso às novas tecnologias, num “território” ainda sem fronteiras; potencia as suas fontes de financiamento com a associação à criminalidade organizada, numa perspetiva de ganhos mútuos, em particular sobre Estados já enfraquecidos. Por outro lado, o Daesh sai do padrão terrorista comum, uma vez que possui capacidade de conduzir operações militares convencionais, conquistando e garantindo a posse de território. Este facto aproxima a sua estratégia à estratégia subversiva, em particular à fase armada, período insurrecional, onde, para além de combater forças convencionais, assume-se como uma alternativa legítima ao poder instituído. Quanto aos *means*, o Daesh utiliza vários tipos, que passam por ataques terroristas transnacionais através de grupos afiliados e de lobos solitários, ou meios bélicos que tem a sua disposição.

Seguidamente, aprofundámos as NG, em particular a influência do TT nas mesmas. Concluímos que a guerra mantém a sua natureza, mas não o seu carácter. As guerras interestatais já não se ajustam à violência do século XXI, quando confrontadas com os novos atores, objetivos, métodos e formas de financiamento que utilizam. Estes factos permitiram-nos verificar uma alteração quanto ao carácter da guerra, que pode ir mais além do que a distinção entre as “velhas guerras” e as NG, pelo que, foi possível identificar, através de uma abordagem na dimensão temporal, termos chegado à guerra da 5GW, uma vez que um exército de uma geração anterior não tem capacidade para derrotar um exército da geração subsequente.

Transversalmente à alteração do carácter das NG, temos a presença de atores não-estatais, como são os casos da Al-Qaeda e do Daesh, que não se combatem como forças regulares. Estes surgem como ameaças assimétricas no seio de Estados Falhados, conduzindo uma guerra híbrida, onde misturam a guerra convencional com a irregular. Esta tipologia de guerra obriga as forças militares a serem adaptativas, necessitando de uma visão holística e uma abordagem assente no *comprehensive approach*, inclusivamente, influenciando as suas estratégias genéticas e estruturais.

No que se refere à influência que o TT e as NG provocaram nas FFAA Portuguesas, tema ao qual dedicámos o nosso quarto capítulo, verificámos que o poder político nacional fez alinhar a estratégia total com as estratégias da OTAN e da UE, enquanto principais



organizações em que Portugal se insere. Nestas, o terrorismo surge como uma das principais ameaças transnacionais à segurança internacional o que influenciou na criação de estratégias de combate a esta ameaça, no âmbito da segurança coletiva e cooperativa.

Neste domínio, as estratégias desenvolvidas visam o combate ao terrorismo, quer no âmbito do esforço internacional, quer no domínio interno das Nações. Tal conjuntura ficou expressa nos documentos enquadrantes da estratégia militar, contando já com a participação das FFAA Portuguesas em missões internacionais, bem como num contexto de complementaridade com as FSS.

Por conseguinte, a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força, nas suas vertentes estrutural, genética e operacional, prevê capacidades para fazer face a todos os cenários do CEM, onde o terrorismo seja ameaça, conjugando as medidas de CT, AT e GC, por inerência da influência do TT nas NG, mas também para combater no atual ambiente operacional.

Da análise aos impactos produzidos nas FFAA Portuguesas, foi-nos possível concluir que a transformação, quase instantânea, do ambiente estratégico faz com que a readaptação do CEDN e do CEM seja uma necessidade. No entanto, manter estes documentos estruturantes atualizados torna-se uma tarefa quase impossível de concretizar dada a VICA do ambiente estratégico, não obstante os cenários do CEM preverem o emprego das capacidades das FFAA, num largo espectro de missões, onde a ameaça terrorista também está vertida.

Por conseguinte, a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força, direta ou indiretamente, foi pensada para cumprir todas as MIFA, fazendo face à ameaça terrorista. Nesse sentido, o CEDN explicita as capacidades que, prioritariamente devem ser edificadas. Todavia, foi possível concluir da investigação que essa priorização não foi executada na íntegra, nem coincidiu com a maioria das capacidades prioritárias para o EMGFA e respetivos Ramos. Das lacunas identificadas, e consequente proposta de estratégia genética e estrutural, vertidas nas prioridades consideradas no CPDM por introdução da análise de risco, há capacidades que têm impactos diretos, uns positivamente outros negativamente, nas três medidas de combate ao terrorismo.

Para além da constatação acima, o desalinhamento dos dois níveis de prioridades – CEDN e EMGFA – também foi identificado no âmbito da execução da LPM, uma vez que os critérios definidos para o impacto estratégico nos projetos de edificação de capacidades, estabelecem prioridades diferentes. Por outro lado, com a oferta de programas e projetos da



OTAN e UE, Portugal tem desperdiçado a possibilidade de os integrar estrategicamente, ao invés da participação por oportunidade ou limitação financeira.

Dando resposta à nossa QC, estamos em condições de resumir os nossos contributos para o conhecimento, salientando que o Daesh é, sem dúvida, uma ameaça terrorista transnacional que possui uma estratégia assente em *ends, ways e means*.

As NG foram e são influenciadas por atores não-estatais, que utilizam o TT como forma de combate, obrigando à adaptação do instrumento militar.

No caso das FFAA Portuguesas, houve a necessidade de alinhar as estratégias com a OTAN e UE, numa perspetiva de segurança coletiva e cooperativa, mas também internamente, desenvolvendo uma ENCT, contribuindo com grande parte das capacidades militares para o combate ao terrorismo, seja no âmbito da política externa como da interna.

Ficámos conscientes que o terrorismo, por um lado, não tem um impacto direto nas estratégias genéticas e estruturais, porquanto a edificação de capacidades é assente na contribuição para todos os cenários do CEM e também numa ótica de racionalização de meios e duplo uso (militar e civil). Por outro lado, o terrorismo é um dos denominadores comuns dos cenários, o que indiretamente provoca alterações nas necessidades e prioridades das capacidades militares.

Neste contexto, percebemos que os processos do EMGFA e do MDN (DGRDN) para atribuição de prioridades às capacidades, que afetam a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força, estão desalinhados e há um subaproveitamento das ofertas de programas e edificação de capacidades desenvolvidos pela OTAN e UE.

Em resultado das conclusões anteriormente referidas e para otimização dos processos e estratégias a desenvolver, apresentamos as principais recomendações:

- Reavaliar a ameaça terrorista, incrementando ao fenómeno o carácter de ator não-estatal que possui uma estratégia bem definida;

- Identificar a necessidade de combate ao terrorismo, numa perspetiva de segurança coletiva e cooperativa, mas também no plano interno em cooperação com as FSS, em que as FFAA possam testar as suas capacidades e desenvolver mecanismos de resposta às estratégias de combate ao terrorismo já pensadas;

- Atualizar os cenários e MIFA, tendo em conta o TT e as NG, atribuindo como cenário mais provável de emprego o flanco sul, deixando para os países a leste a preocupação principal com a Rússia, permitindo continuar a estratégia de edificação de forças ligeiras e médias ao invés da pesada;



- Que a participação das capacidades de ciberdefesa e informações, identificadas como de grande relevância para o combate ao terrorismo, sejam integradas no plano de missões externas e complementarmente no âmbito interno, devido aos meios de que dispõem;

- Dado o conhecimento de desalinhamento de atribuição de prioridades entre o CPDM/EMGFA e LPM/DGRDN, seja respeitado um único processo que atribua as prioridades e se interliguem, colocando em comunicação o nível político com o militar;

- Integrar na estratégia de desenvolvimento e aplicação da força, os programas da OTAN e UE numa ótica de inclusão a longo prazo e estrategicamente pensando, em detrimento da oportunidade de participação.

A nível de limitações, fomos confrontados com a confidencialidade de alguns documentos, o que não nos permitiu esclarecer alguns meios especificamente atribuídos como importantes no combate ao terrorismo. Todavia, julgamos ser pertinente continuar a investigação direcionada ao cenário do flanco sul e a pertinência de ser uma região atribuída à nossa responsabilidade, partilhada com outros países do sul da Europa, integrando as nossas capacidades, seja através da OTAN ou da UE, mas fixar as nossas capacidades para a ameaça mais provável que Portugal possa vir a sentir nos próximos tempos.



Referências Bibliográficas

- Alda, E. e Sala, J., 2014. Links Between Terrorism, Organized Crime and Crime: The Case of the Sahel Region. *Stability: International Journal of Security and Development*, [em linha] 3(1). Disponível em: <<http://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.ea/>> [Acedido 27 Jan. 2017].
- Angstrom, J. e Widen, J.J., 2015. *Contemporary Military Theory: The Dynamics of War*. 1^a ed. New York: Routledge.
- AR, 2005. *Constituição da República*. Lisboa: Diário da República.
- Batalha, C., 2017a. *A execução da Lei de Programação Militar e o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar* [Entrevista]. DGRDN/EMGFA – Restelo (5 maio 2017).
- Batalha, C., 2017b. *Critérios dos impactos estratégicos por projeto*. [Documentos de Trabalho] Utilização interna na DGRDN. Restelo.
- Batalha, C., 2017c. *Projetos de edificação de capacidades no âmbito da OTAN e UE que Portugal participa*. [Documentos de Trabalho] Utilização interna na DGRDN. Restelo.
- Bernasconi, C., 2011. NATO's Fight Against Terrorism Where do We Stand? *Research Paper*, (66), pp.1–8.
- Beutel, A., 2007. Radicalization and Homegrown Terrorism in Western Muslim Communities: Lessons Learned for America. *Minaret of Freedom Institute*. [em linha] Disponível em: <<http://www.minaret.org/MPAC%20Backgrounder.pdf>> [Acedido 25 Jan. 2017].
- Borges, J.J.B.V., 2013a. As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades. *REVISTA MILITAR*, (2532), Jan., pp.25–41.
- Borges, J.V., 2013b. *O terrorismo transnacional e o planeamento estratégico de segurança Nacional dos Estados Unidos da América*. 1^a Ed ed. Porto: Fronteira do Caos.
- Brito, J.A., 2009. O Papel das Forças Armadas na Luta Contra o Terrorismo. Em: *Terrorismo Transnacional: Estratégias de Prevenção e Resposta*. Lisboa: IESM, pp.183–194.
- Butenschoen, A., 2017. *Capabilities Development Plan: Revision*. [apresentação] Em: European Defence Agency, 2017. *Visita a Bruxelas Curso de Estado-Maior Conjunto 2016/2017*. EDA, 08 março de 2017. Bruxelas: EDA.
- CEDN, 2003. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional - 2003*.
- CEDN, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional - 2013*. [em linha] Disponível em: http://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf [Acedido 24 Abr. 2016].



- CEM, 2014. *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Cherem, Y., 2010. Jihad: two contemporary interpretations of a polysemic concept. *CAMPOS - Revista de Antropologia Social*, 10, pp.83–99.
- Conselho de Ministros, 2015. *Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo*. [em linha] Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/66567311>> [Acedido 27 Mar. 2017].
- Cook, D., 2005. *Understanding Jihad*. Los Angeles: University of California Press.
- Couto, A.C., 1988. *Elementos da Estratégia VOL I - Apontamentos para um curso*. Pedrouços: IAEM.
- Curro, P.J.V., 2017a. *Ciclo de Planeamento de Defesa Militar 2014-2018*. [Documentos de Trabalho] Utilização interna na RPF/DIPLAEM. Restelo.
- Curro, P.J.V., 2017b. *O terrorismo transnacional e as novas guerras. Impactos nas FFAA Portuguesas e o CPDM* [Entrevista]. EMGFA – Restelo (17 abril 2017).
- Duarte, F.P., 2015. *Jihadismo Global: das Palavras aos Actos*. 1ª ed. Barcarena: Marcador Editora.
- Duarte, F.P., 2017. *A ideologia Jihadista*. [apresentação] Em: Instituto Universitário Militar, 2017. *Curso de Estado-Maior Conjunto 2016/2017*. IUM, 09 janeiro de 2017. Lisboa: IUM.
- Dupuy, K., Gattes, S., Nygård, H.M., Rudolfsen, I., Strand, H. e Urdal, H., 2016. *Trends in Armed Conflict, 1946–2015*. [em linha] Peace Research Institute Oslo (PRIO). Disponível em: <<https://www.prio.org/Publications/Publication/?x=9309>> [Acedido 2 Mar. 2017].
- EMGFA, 2017. *Participação Militar em Missões Nacionais de Interesse Público e Missões no Estrangeiro*. [em linha] Disponível em: <<http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/partnac>> [Acedido 3 Mai. 2017].
- EU Council, 2005. *The European Union Counter-Terrorism Strategy*. [em linha] Disponível em: <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2014469%202005%20REV%204> [Acedido 27 Mar. 2017].
- EU-OCS, 2017. *In depth: Daesh's links with organised crime - EU-OCS - European Observatory of Crimes and Security*. [em linha] Disponível em: <<http://eu-ocs.com/depth-daeshs-links-organised-crime/>> [Acedido 9 Jun. 2017].
- Fonseca, N., 2011. O Conceito de Segurança Nacional Perspetivado para 2030. Em: *Boletim Ensino e Investigação*. Lisboa: IESM, pp.81–115.



- Freitas, J.M., 2017. *O terrorismo transnacional e as novas guerras. Impactos nas FFAA Portuguesas e o CPDM* [Entrevista]. DGRDN/EMGFA - Restelo. (19 abril 2017).
- GAO, 2010. Hybrid Warfare. [em linha] (GAO-10-1036R). Disponível em: <<http://www.gao.gov/products/GAO-10-1036R>> [Acedido 14 Mar. 2017].
- Garcia, F.P., 2006. As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo. *Negócios Estrangeiros*, 9.1, pp.339–374.
- Garcia, F.P., 2010. *Da guerra e da estratégia: a nova polemologia*. Estratégia e Política. Lisboa: Prefácio.
- Garcia, F.P., 2017. *O terrorismo transnacional e as novas guerras. Impactos nas FFAA Portuguesas* [Entrevista]. Universidade Católica - Lisboa. (7 abril 2017).
- Garcia, F.P. e Magalhães, S., 2010. O novo conceito estratégico da NATO: um contributo. [em linha] Disponível em: <<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/1007>> [Acedido 13 Nov. 2016].
- GlobalResearch, 2017. *Is Uncle Sam Funding the Islamic State? Where Does ISIS Get All Those Tanks, Weapons And Shiny New Toyota Trucks? | Global Research - Centre for Research on Globalization*. [em linha] Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/where-does-isis-get-all-those-tanks-weapons-and-shiny-new-toyota-trucks/5490040>> [Acedido 30 Mai. 2017].
- Heleno, R., 2017. O Jihadismo. Em: *Estudos Estratégicos: da Estratégia, do Planeamento Estratégico Militar e da Conflitualidade*, Coleção «ARES» 14, Instituto Militar Universitário. Lisboa: Fronteira do Caos, pp.471–496.
- Henderson, E. e Singer, J., 2002. «New Wars» and Rumors of «New Wars». *International Interactions*, 28(2), pp.165–190.
- Hoffman, F., 2009. *Hybrid Warfare and Challenges*. [em linha] 52 (34–39). Disponível em: <https://www.google.pt/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjM6duRILfUAhUCsxQKHdUSDjgQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fsmallwarsjournal.com%2Fdocuments%2Fjfhoffman.pdf&usg=AFQjCNGcQFhNuLAoKd3Hvk_2zv9uzNm8sQ&sig2=Pcl6dA_O2Q4-wghYra3ZuA> [Acedido 14 Mar. 2017].
- Hussain, S., 2017. *O terrorismo transnacional e as novas guerras. Perspetiva da União Europeia* [Entrevista email]. European Union Military Staff - Bruxelas. (11 abril 2017).
- ICRC, 2015. *The applicability of IHL to terrorism and counterterrorism*. [Relatório] Disponível em: <<https://www.icrc.org/en/document/applicability-ihl-terrorism-and>>



- counterterrorism> [Acedido 6 Mar. 2017].
- ICTS, 2016. *Terrorism in North Africa and Sahel in 2015*. [International Center For Terrorism Studies (ICTS)] Disponível em: <<http://www.potomac institute.org/academic-centers/international-center-for-terrorism-studies-icts>> [Acedido 22 Mar. 2017].
- Idler, A., 2012. Exploring Agreements of Convenience Made among Violent Non-State Actors. *Perspectives on Terrorism*, [em linha] 6(4–5). Disponível em: <<http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/217>> [Acedido 16 Mar. 2017].
- IEP, 2016. *Global Terrorism Index 2016: Measuring and Understanding the Impact of Terrorism*. [em linha] Institute for Economics and Peace. Disponível em: <<http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2016/11/Global-Terrorism-Index-2016.2.pdf>>.
- JDRI, 2016. *A Defesa Nacional e as Forças Armadas na atualidade*. [Jornal de Defesa e Relações Internacionais] Disponível em: <http://www.jornaldefesa.pt/1/arquivo_de_ensaios_427940.html> [Acedido 27 Mar. 2017].
- Jihadology, 2014. Dabiq#1: The Return of Khilafah. Disponível em: <<http://jihadology.net/2014/07/05/al-hayat-media-center-presents-a-new-issue-of-the-islamic-states-magazine-dabiq-1/>> [Acedido 26 Jan. 2017].
- Jihadology, 2016. Dabiq#15: Breaking the Cross Magazine. Disponível em: <<http://jihadology.net/category/dabiq-magazine/>> [Acedido 29 Mai. 2017].
- Kalajzic, E., 2017. *As Forças Armadas Belgas e o combate ao terrorismo* [Entrevista email]. Bruxelas. (5 abril 2017).
- Kaldor, M., 2005. Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror. *International Politics*, 42(4), pp.491–498.
- Kaldor, M., 2013. In Defence of New Wars. *Stability: International Journal of Security and Development*, [em linha] 2(1). Disponível em: <<http://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.at/>> [Acedido 12 Dez. 2016].
- Lopes, A., 2017a. *Execução da Lei de Programação Militar com resultados muito positivos*. [em linha] Disponível em: <<http://www.defesa.pt/Paginas/Execu%C3%A7%C3%A3odaLeidePrograma%C3%A7%C3%A3oMilitarcomresultadosmuitopositivos.aspx>> [Acedido 7 Mai. 2017].



- Lopes, A., 2017b. *Flanco Sul entrou definitivamente na agenda da NATO*. [em linha] Disponível em: <http://www.defesa.pt/Paginas/FlancoSulentroudefinitivamentenaagendadaNATO.aspx> [Acedido 7 Mai. 2017].
- Lousada, A.P. e Escorrega, L.C.F., 2010. *Da Importância do Instrumento Militar na Actual Tipologia de Conflitos*. [em linha] REVISTA MILITAR. Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/artigo/609>> [Acedido 12 Dez. 2016].
- LSI, 2008. *Lei de Segurança Interna* (Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto). [em linha] Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1012&tabela=leis&so_miolo=> [Acedido 11 Jun. 2017].
- Luizard, P.J., 2016. *A Armadilha do DAESH: O Estado Islâmico ou o Retorno da História*. 1ª ed. Lisboa: Antígona.
- Marques, A., Heleno, R., Dias, C., Santos, M., Bessa, R., Morgado, C. e Ibiana, N.C., 2017. A Participação das Forças Armadas Portuguesas no Combate ao Terrorismo. Em: *Estudos Estratégicos: da Estratégia, do Planeamento Estratégico Militar e da Conflitualidade*, Coleção «ARES» 14, Instituto Militar Universitário. Lisboa: Fronteira do Caos, pp.525–550.
- MC 472, 2002. *Military Concept for Defence Against Terrorism. Final Decision*. NATO.
- McFate, J., 2015. *The ISIS Defense in Iraq and Syria: Countering an Adaptive Enemy*. [em linha] Institute for the Study of War. Disponível em: <<http://understandingwar.org/report/isis-defense-iraq-and-syria-countering-adaptive-enemy>> [Acedido 27 Jan. 2017].
- MDN, 2010. *Diretiva Ministerial de Defesa 2010-2013* (Despacho n.º 7 769/2010). Lisboa: Diário da República.
- MDN, 2011. *Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar* (Despacho n.º 04/2011). Lisboa: Diário da República.
- MDN, 2013. *Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas - Reforma «Defesa 2020»* (Despacho n.º 7527-A/2013). Lisboa: Diário da República.
- MDN, 2014a. *Diretiva Ministerial Complementar para a Reforma Estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas - Reforma «Defesa 2020»* (Despacho n.º 7234-A/2014). Lisboa: Diário da República.



- MDN, 2014b. *Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar* (Despacho n.º 11400/2014). Lisboa: Diário da República.
- MDN, 2014c. *Diretiva para Revisão da Lei de Programação Militar* (Despacho n.º 11399/2014). Lisboa: Diário da República.
- MDN, 2014d. *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas* (Lei Orgânica n.º 6/2014). Lisboa: Diário da República.
- MDN, 2015. *A Defesa de Portugal 2015*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- MDN, 2017. «*Quarteto*» *reafirma confiança na NATO para enfrentar desafios do Sul*. [em linha] Disponível em: <<http://www.defesa.pt/Paginas/Quarteto.aspx>> [Acedido 7 Mai. 2017].
- Mesquita, M.D., 2013. O vetor militar no combate ao terrorismo: novos desafios, nova estratégia? Em: *IDN Comunicação*. Lisboa: IDN, pp.6–10.
- MF, 2017. *Weapons of ISIS*. [em linha] Military Factory. Disponível em: <<http://www.militaryfactory.com/smallarms/weapons-of-isis.asp>> [Acedido 30 Mai. 2017].
- NATO, 2010. *Conceito Estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte*. Bruxelas: NATO.
- NATO, 2015a. *Defence Against Terrorism Programme of Work (DAT PoW)*. [em linha] NATO. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50313.htm> [Acedido 27 Mar. 2017].
- NATO, 2015b. *NATO's Readiness Action Plan*. [em linha] SHAPE. Disponível em: <http://www.shape.nato.int/resources/3/images/2015/misc/20150508_factsheet-rap-en.pdf> [Acedido 17 Abr. 2017].
- NATO, 2016a. *NATO's Counter-Terrorism Cooperation with Partners*. [em linha] NATO. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_77646.htm> [Acedido 9 Abr. 2017].
- NATO, 2016b. *NATO's military concept for defence against terrorism*. [em linha] NATO. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69482.htm> [Acedido 4 Mar. 2017].
- NATO, 2016c. *Joint Declaration signed by the President of the European Council, the President of the European Commission, and the Secretary General of the North Atlantic Treaty Organization*. [em linha] NATO. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/on/natohq/official_texts_138829.htm> [Acedido 4 Mar. 2017].



- NATO, 2016d. *Warsaw Summit Communiqué - Issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Warsaw, 8-9 July 2016*. [em linha] NATO. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_133169.htm> [Acedido 22 Mar. 2017].
- NATO, 2017a. *Countering terrorism*. [em linha] NATO. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_77646.htm> [Acedido 27 Mar. 2017].
- NATO, 2017b. *Cyber defence*. [em linha] NATO. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_78170.htm> [Acedido 9 Abr. 2017].
- NATO, 2017c. *NATO Comprehensive Approach*: [em linha] NATO. Disponível em: <<http://natolibguides.info/comprehensiveapproach/home>> [Acedido 16 Abr. 2017].
- PCM, 2013. *Reforma «Defesa 2020»* (Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013). Lisboa: Diário da República.
- PCM, 2015. *Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo* (Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015). Lisboa: Diário da República.
- PDE 3-49-00, 2015. *Contra Insurgência*. Lisboa: EME.
- Pereira, I., 2009. *As Forças Armadas nas operações de combate ao terrorismo internacional, narcotráfico e imigração ilegal, numa perspetiva de emprego conjunto*. Monografia do Curso de Promoção a Oficial General. IESM.
- Pereira, J.S., 2016. Terrorismo Transnacional. Em: J.V. Borges e T.F. Rodrigues, eds., *Ameaças e Riscos Transnacionais no Novo Mundo Global*, 1ª. Porto: Fronteira do Caos, pp.51–70.
- Pereira, P.M., 2017. *O terrorismo transnacional e as novas guerras. Perspetiva da NATO* [Entrevista]. SHAPE - Bruxelas (4 abril 2017).
- Pinto, G.L.V., 2015. As análises em torno das transições nas guerras dos últimos cem anos. *REVISTA MILITAR*, (2557/2558), pp.151–155.
- Pires, N.L., 2012. Terrorismo, uma tecnologia «off the shelf». [em linha] Disponível em: <https://www.academia.edu/3126987/Terrorismo_uma_tecnologia_off_the_shelf_> [Acedido 12 Dez. 2016].
- Pires, N.L., 2015. As Forças Armadas e o Terrorismo Transnacional. *Revista Segurança & Defesa*, (31), pp.08–14.
- Pires, N.L., 2016a. Guerra Híbrida e Ameaças Compostas. *ORBE*, (Oct2016), pp.4–11.



- Pires, N.L., 2016b. *Resposta ao Jihadismo Radical*. 1ª ed. Alcochete: Nexo Literário.
- Pires, N.L., 2017. *O terrorismo transnacional e as novas guerras. Impactos nas FFAA Portuguesas* [Entrevista]. AM - Amadora (10 abril 2017).
- Quivy, R. e Van Campenhoudt, L., 2008. *Manual de investigação em ciências sociais: trajectos*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Reed, D.J., 2008. Beyond the War on Terror: Into the Fifth Generation of War and Conflict. *Studies in Conflict & Terrorism*, 31(8), pp.684–722.
- Reis, B.C., 2016. Terrorismo Transnacional e a Ameaça ao Flanco Sul da NATO: O Caso do Daesh. *Nação e Defesa*, (143), pp.43–58.
- Ribeiro, A.S., 1999. *Planeamento da Ação Estratégica Aplicado ao Estado*. Lisboa: Minerva.
- Ribeiro, A.S., 2009. *Teoria Geral da Estratégia: O essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Edições Almedina. SA.
- Rodrigues, A.R., 2013. *Alianças e Comunidades de Segurança*. [em linha] Disponível em: <http://database.jornaldefesa.pt/organizacoes_internacionais/nato/JDRI%20018%2000113%20alian%C3%A7as.pdf> [Acedido 27 Mar. 2017].
- Rodrigues, A.R., 2017. *Planeamento Militar por Capacidades* [Entrevista]. Laranjeiras (13 abril 2017).
- Santos, L., 2016. *A Guerra no Meio de Nós - A Realidade dos Conflitos do Século XXI*. Clube do Autor, S.A.
- Santos, L., 2017. *O terrorismo transnacional e as novas guerras. Impactos nas FFAA Portuguesas* [Entrevista]. Carnaxide (10 abril 2017).
- Santos, L.A., Lima, J.M.M. do, Matias, R.M.X.F., Garcia, F.P., Silva, N.M.P., Silva, J., Piedade, J.C.L. e Afonso, C., 2016. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Saunders, R.A., 2015. Media and Terrorism. Em: R.D. Law, ed., *The Routledge History of Terrorism*. Reino Unido: Routledge, pp.427–441.
- Schmid, A.P. e Marsden, S.V., 2011. Typologies of terrorism and political violence. Em: A.P. Schmid, ed., *The Routledge Handbook of Terrorism Research*, 1ª ed. London and New York: Routledge.
- Schoof, D., 2016. *ISIS has up to 80 operatives in Europe primed to carry out attacks*. [em linha] Mail Online. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/~-/article-3951936/index.html>> [Acedido 25 Jan. 2017].



- Serrano, M.O.L., 2013. A GUERRA É FILHA ÚNICA. *Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares*, 7(28), pp.65–78.
- SFN, 2014a. *Anexo B - Áreas de Capacidade, Missões e Capacidades - Não Classf-*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- SFN, 2014b. *Sistema de Forças Nacional (SFN)*. Lisboa: Ministério da Defesa.
- Silva, T.A., 2016. *Islão e Fundamentalismo Islâmico: das Origens ao Século XXI*. 2ª ed. Lisboa: PACTOR.
- Stern, J. e Berger, J.M., 2015. *Estado Islâmico: Estado de Terror*. 1ª ed. Amadora: Vogais.
- Stokes, B., Wike, R. e Poushter, J., 2016. Europeans see ISIS, climate change as most serious threats. *Pew Research Center's Global Attitudes Project*. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2016/06/13/europeans-see-isis-climate-change-as-most-serious-threats/>> [Acedido 23 Fev. 2017].
- Stratcom, 2015. *DAESH Information Campaign and its Influence | StratCom*. [em linha] Disponível em: <<http://www.stratcomcoe.org/daesh-information-campaign-and-its-influence>> [Acedido 25 Nov. 2016].
- Talambas, J., 2017a. *Contributos de Capacidades das Forças Armadas para o Plano de Articulação Operacional*. [Documentos de Trabalho] Reuniões entre EMGFA e SGSSI. Restelo.
- Talambas, J., 2017b. *Entrevista exploratória Assessor pessoal do General CEMGFA: Contributos de Capacidades das Forças Armadas para o Plano de Articulação Operacional* [Entrevista]. CEMGFA - Restelo (5 maio 2017).
- Tenenbaum, É., 2015. Hybrid Warfare in a Strategic Spectrum: an Historical Assesment. Em: G. Lasconjarias e J.A. Larsen, eds., *NATO's Response to Hybrid Threats*. NDC.
- USBacklash, 2016. *List of 509,321 «Small Arms» Terrorist Friendly Obama Handed Over to His ISIS Friends*. [em linha] USBACKLASH.ORG. Disponível em: <<http://usbacklash.org/list-509321-small-arms-terrorist-friendly-obama-handed-isis-friends/>> [Acedido 30 Mai. 2017].
- VICE, 2014. *ISIS Stole Some Shiny New Weapons From the Iraqi Army*. [em linha] Vice. Disponível em: <https://www.vice.com/en_us/article/isis-stole-some-shiny-new-weapons-from-the-iraqi-army-989> [Acedido 30 Mai. 2017].



Anexo A — Participação de Portugal em programas da OTAN e UE

Tabela 14 – Participação de Portugal em programas da OTAN e UE

<i>Pooling and Sharing</i> - UE		<i>Smart Defence</i> - OTAN	
Projeto	Objetivo	Projeto	Objetivo
Helicopter Exercise Programme (PA-HEP)	Aumentar a capacidade disponível de helicópteros nas missões da PCSD. Numa primeira fase pretende-se desenvolver o treino de tripulações e prepará-las para missões combinadas em ambientes de elevada complexidade. Em execução	<i>Harbour Protection</i> (Lead Nation)	A temática Harbour Protection (HP) foi considerada como uma área prioritária em que a NATO está deficitária e por essa razão, no seio da aliança, a sua importância estratégica cresceu significativamente. O objetivo do projeto é desenvolver uma capacidade expedicionária multinacional de Harbour Protection capaz de ser usada em futuras operações militares da Aliança;
Exercício <i>European Airlift Transport Training</i> (EATF/EATT)	Área de interesse estratégico a nível nacional e europeu, que permitirá suprir lacunas a nível de transporte tático e estratégico.	NATO Multinational Cyber Defence Education and Training (Lead Nation)	Este projeto foi criado para colmatar as atuais lacunas de formação e treino em ciberdefesa da Aliança, assumindo particular relevância a liderança portuguesa do projeto face à ligação com a futura Escola CIS da NATO em Oeiras
European Strategic Multi-Role Tanker Transport Initiative (MRTT)	A EDA procura uma abordagem global na área do reabastecimento de aeronaves em voo, com três objetivos fundamentais, aumentar a capacidade geral, redução da dispersão da frota e otimização dos recursos disponíveis	<i>Individual Training and Education Programme</i>	Com a participação de Portugal
<i>Joint Deployable Exploitation and Analysis Laboratory</i> (JDEAL)	Reutilização do equipamento utilizado nas operações do Afeganistão. Em execução	<i>Malware Information Sharing Platform</i> ;	
<i>Military Implementation of SESAR</i> (MIOS)	Implementação do programa Single European Sky/Single Air Traffic Management Research com a criação de uma “célula SESAR”. Em execução	Multinational Approaches Towards Air-to-Ground Precision Guided Munitions.	Sob observação de portuguesa
Maritime Surveillance Networking (MARSUR II)	A rede MARSUR possibilita a partilha de informação, seja no modo básico como no automatizado. Em execução.	<i>Maritime Support Tankers</i>	
Diplomatic Clearances for Participants Military Transport Aircraft in their respective National Airspace or Territory (DIC)	Acordo técnico relativo às autorizações de sobrevoo por aeronaves militares. Portugal não irá aderir mas acompanha o projeto	<i>Predicting Collective Precision Guided Munitions (PGM) Demand on Operations</i>	
<i>EU Multimodal Transport Hub</i>	Projeto ligado ao “European Air Transport Fleet” e permite colmatar as necessidades relativas ao transporte logístico de apoio às missões militares	<i>Maritime Situational Awareness – Multinational Maritime Information Services (MNMS) Forum</i>	
<i>Sharing of Spare Parts</i>	Sustentação logística das capacidades procurando soluções de partilha de sobressalentes, em complementaridade com os procedimentos existentes no âmbito da NATO e de acordos bilaterais de cooperação. PA Assinado. Em execução	VULCANO Ammunition;	
<i>Ciberdefesa- Cyber Ranges</i>	PA Assinado	<i>Distributed Training and Exercises (DTE)</i>	
<i>CIED Training</i>	Destina-se ao desenvolvimento das capacidades dos EM perante uma campanha IED, potenciando recursos existentes e assegurando a existência de um plano e respetivo staff para Contra-IED em apoio às missões da PCSD. Inclui treino e desenvolvimento de doutrina. Em execução	<i>Shared Scenarios</i>	
<i>CIED Systems</i>	Destina-se ao desenvolvimento das capacidades dos EM perante uma campanha IED, potenciando recursos existentes e desenvolvendo novos sistemas para Contra-IED em apoio às missões da PCSD. Não iniciado.	<i>Non-Lethal Capabilities for Harbour and Port Protection</i>	
<i>Supply and Basic Logistic for Operations</i>	Projeto abrangente no âmbito do apoio e sustentação logística às missões. Não iniciado		
<i>Maritime Logistic</i>	Projeto abrangente no âmbito do apoio e sustentação das missões a partir do mar. Não iniciado		
Fixed Wing Aircraft Pilot Training	Visa desenvolver um sistema de treino integrado para pilotos, englobando gestão do treino, doutrina, estruturas em terra, aeronaves, planeamento de missões e <i>debriefing</i> , apoio logístico e bases. Não iniciado.		
<i>Live Firing Areas</i>	Projeto abrangente no âmbito das estruturas de apoio e de realização de fogos reais. Não iniciado.		
Medical Support	Acordo técnico (M3U) e CST (MEDEVAC) em preparação.		

Fonte: (Batalha, 2017c)

rismo vs Capacidades FFAA

Tabela 15 – Estratégica de Combate ao Terrorismo vs Capacidades das FFAA

	Linha de Ação	“Ameaça”	Ação
potenciais diante a ecimento te eficaz, do seu quanto da de ação amento e ações e a oca entre neste onal e no ecipar o ação de	Robustecer as estruturas responsáveis pela produção e coordenação e partilha de informações relevantes na identificação da ameaça terrorista.	Ocorrência de atos terroristas devido a débeis estruturas de produção, coordenação e partilha de informações.	Capacitar as estruturas produção, coordenação e pa de informação e coordenaçã forma a conseguir aterr deteção.
	Intensificar a cooperação, no plano operacional, entre todas as entidades competentes, explorando em toda a sua plenitude o potencial das tecnologias de informação e de comunicação.	Ocorrência de atos terroristas devido a falta de cooperação; Défice de sistemas TIC que potenciem e facilitem a cooperação entre as FFAA e o SSI.	Estabelecimento procedimentos, metodologi canais de cooperação permitam atempada deteção.
	Reforçar os meios de produção, tratamento e análise de informações.	Ocorrência de atos terroristas devido a falta de sistemas que potenciem e facilitem a cooperação entre as FFAA e o SSI.	Estabelecer sistemas potenciem e facilitem a prod tratamento e análise informações, nomeadamente : é obtida das organizações mil em que Portugal participa e/c mar e no espaço aéreo responsabilidade nacional.
	Reforçar a eficiência na partilha da informação entre as forças e serviços de segurança ou outras entidades, no âmbito das respetivas competências, ao nível nacional, europeu e internacional.	Ocorrência de atos terroristas devido deficiente partilha de informação entre FFAA e SSI.	Efetuar exercícios naci combinados, retirar lição implementar melhorias.
	Linha de Ação	“Ameaça”	Ação
ausas que nto de ção, de oristas. O enciam a doção de ao seu nto.	Manter atualizado e em efetividade de aplicação o Plano de Ação Nacional contra Ataques Nucleares, Biológicos, Químicos e Radiológicos.	Ameaça NBQR.	Estabelecer e manter norm procedimentos de ação cooperação no âmbito NBQR
	Desenvolver um registo central de identificação de infraestruturas críticas, em todos os setores de atividade económica e social, e prover à sua atualização.	Perda de infraestruturas críticas (IC) devido falta de conhecimento sobre as mesmas.	Colaborar na identificação da nos termos solicitados.
	Desenvolver o Plano de Ação para a Proteção e Aumento da Resiliência das Infraestruturas Críticas, nacionais e europeias, com os respetivos planos de segurança da responsabilidade dos operadores e planos de segurança externos da responsabilidade das forças e serviços de segurança e da ANPC.	Perda de infraestruturas críticas (IC) devido limitado planeamento para ação.	Colaborar na elaboração planos de proteção das IC civi Garantir planos de pro e resiliência no interior da militares.

	Implementar o Plano de Ação Nacional para a Proteção contra as Ciberameaças, integrado numa estratégia nacional de cibersegurança.	Ciberataques.	Colaborar na elaboração de planos nacionais de proteção contra ciberameaças. Garantir planos de proteção contra ciberameaças a sistemas militares nacionais.
	Avaliar as vulnerabilidades dos sistemas de informação críticos e manter e acompanhar a adoção das medidas de correção face a ciberataques.	Ciberataques devido a limitado conhecimento das vulnerabilidades do SI críticos ou limitada capacidade de aprendizagem e correção das vulnerabilidades.	Colaborar na avaliação de vulnerabilidades nacionais em matéria de cibersegurança. Garantir avaliação de vulnerabilidades dos sistemas de informação militares, adotando medidas de correção adequadas.
	Linha de Ação	“Ameaça”	Ação
Analisar as atividades realizadas em redes de computadores e as atividades de comunicações e as atividades de comunicações de dados submetidas à ação da	Desenvolver o Plano para a Proteção das Comunidades Portuguesas e Interesses Nacionais no Exterior.	Ameaças à integridade e segurança de cidadãos nacionais decorrentes de ataques terroristas contra comunidades portuguesas no estrangeiro.	Colaborar na elaboração de Planos de Contingência em Embaixadas, através da realização de missões de <i>Contingency Plan Assistance Team (CPAT)</i> .
	Reforçar os meios necessários e adequados ao exercício das responsabilidades de todas as autoridades e entidades com competência para reprimir atividades terroristas.	Atividades terroristas bem-sucedidas devido a limitada capacidade na sua repressão.	Colaborar com as FSS, nos termos solicitados. Reforçar as forças e meios em ambientes marítimos ou aéreos com vista a reprimir atividades terroristas.
	Reforçar a colaboração e articulação entre os vários intervenientes e responsáveis nas áreas da cibersegurança, ciberespionagem, ciberdefesa e ciberterrorismo, nos termos da Constituição e da lei.	Ciberataques, ciberespionagem ou ciberterrorismo, devido a limitada capacidade de cooperação ou articulação entre os diversos atores com responsabilidades nesta matéria.	Colaborar com diversos organismos nacionais e internacionais nas suas responsabilidades em matéria de ciberdefesa, nos termos solicitados. Solicitar a colaboração de organismos nacionais e internacionais nas suas competências de ciberdefesa, caso de incapacidade de combater ciberataques ou ciberespionagem em sistemas militares.
	Executar exercícios regulares no âmbito da coordenação, controlo e comando operacional das forças e serviços de segurança, sobre incidentes tático-policiais que envolvam ações de natureza terrorista.	Atividades terroristas bem-sucedidas devido a limitada coordenação ou capacidade de comando e controlo no âmbito da articulação entre as FFAA e as FSS.	Exercitar regularmente a articulação entre as FFAA e as FSS no âmbito do combate ao terrorismo.

	Linha de Ação	“Ameaça”	Ação
nte todos reação a s. A permite ias, quer nível das ta incide ndo em essidades e das	Robustecer uma abordagem integrada na resposta, operacionalizando um efetivo sistema nacional de gestão de crises.	Graves consequências de ocorrências terroristas devido a limitada capacidade de gestão de crises.	Contribuir de forma integrada para o sistema nacional de gestão de crises. Contribuir com forças e meios no âmbito da cooperação das FFAA em ações de proteção civil.
	Executar ações que permitam exercitar os procedimentos e a articulação entre os diversos atores e desenvolver os mecanismos de interoperabilidade que permitam uma resposta pronta e eficaz a ocorrências terroristas, incluindo sistemas de informação críticos face a ciberataques.	Graves consequências de ocorrências terroristas devido a limitada coordenação entre as FFAA e os demais atores nacionais perante situações de indisponibilidade de sistemas de informação críticos ou situações de acidente grave ou de catástrofe.	Exercitar regularmente a articulação entre as FFAA e a ANPC no âmbito da resposta a situações de apoio a pessoas e bens, nomeadamente em situações de indisponibilidade de sistemas de informação críticos ou situações de acidente grave ou de catástrofe.
	Avaliar e testar os sistemas de proteção civil e de emergência médica e o cumprimento de normas de gestão de crises adequadas ao terrorismo.	Graves consequências de ocorrência terroristas devido a limitada capacidade de proteção e salvaguarda de pessoas e bens.	Apoiar na proteção e salvaguarda de pessoas e bens, nos termos do Plano nacional de Emergência e Proteção Civil.
	Reforçar a cooperação e a colaboração com todos os agentes de proteção civil e de emergência médica.	Graves consequências de ocorrência terroristas devido a limitada capacidade de proteção e salvaguarda de pessoas e bens.	Apoiar na proteção e salvaguarda de pessoas e bens, nos termos do Plano nacional de Emergência e Proteção Civil.

Fonte: (Talambas, 2017a)



Apêndice A — Corpo de Conceitos e Glossário

1. Corpo de Conceitos

Ameaça	Qualquer acontecimento ou ação – em curso ou previsível –, de variada natureza – militar, económica, ambiental, etc. – que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais, sendo que no âmbito da estratégia consideram-se principalmente as ameaças provenientes de uma vontade consciente, analisando o produto das possibilidades pelas intenções” (Couto, 1988, p.329).
Ameaça Híbrida	“ <i>Any adversary that simultaneously employs a tailored mix of conventional weapons, irregular tactics, terrorism, and criminal behavior in the same time and battlespace to obtain their political objectives</i> ” (Hoffman, 2014).
Ator não-estatal	O Estado não é o único ator, na atualidade verifica-se que surgem diversas unidades coletivas de dimensão variável, internas e externas, com ou sem base territorial, que se constituem como entidades políticas, afirmando a sua identidade, a sua autoridade e a sua autonomia de decisão no seio da sociedade internacional. Estas entidades realizam ações de natureza estratégica em virtude de os seus projetos políticos interagirem com os de outras entidades, gerando situações litigiosas (Ribeiro, 1999, p.57).
Capacidade militar	Entende-se por capacidade militar o conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade (DOTMLPII) (MDN, 2014b).
Counterinsurgency	Na doutrina portuguesa, <i>counterinsurgency</i> é definida como contrassubversão. Esta abrange todas as ações militares, paramilitares, políticas, económicas, psicológicas e civis levadas a cabo por um governo para acabar com a subversão (PDE 3-49-00, 2015).
Comprehensive Approach	Implica o envolvimento dos instrumentos políticos, civis e militares. Neste contexto os meios militares são essenciais, contudo dada a complexidade dos desafios Euro-Atlânticos e da Segurança Internacional, não são suficientes (NATO, 2017c)
Defesa Nacional	Encontrasse explanado no art.º 273º da Constituição da República Portuguesa (CRP), onde é definido como tendo “por objetivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (AR, 2005).
Desenvolvimento e Aplicação da Força	“As estratégias gerais englobam o emprego dos meios (aspetos operacionais) e o desenvolvimento da força , o qual compreende a geração e criação de novos meios (aspetos genéticos) e a sua composição, organização e articulação (aspetos estruturais). Os aspetos operacionais refletem-se em planos e programas de operações, enquanto os aspetos genéticos e estruturais são traduzidos por planos e programas de forças. Se bem que, para a estratégia militar, esteja claramente definida a sua inserção no contexto do Estado, de acordo com as formas de coação e os ramos das Forças Armadas” (Ribeiro, 2009, pp.79–80).



	Relativamente aos meios de coação, esta componente conceptual evidencia que a estratégia conceptualiza e avalia os recursos próprios e contrários, como meios para apoiar as respetivas políticas. Ou seja, os recursos de cada ator só são meios de coação, quando a modalidade de ação fornece alguma compreensão sobre a forma como serão edificados, dispostos e empregues (Ribeiro, 2009, p.33).
Estado Falhado	Quando um Estado perde controlo territorial ou a possibilidade de emprego do uso da força, existindo perda de autoridade legítima, incapacidade de prestar serviços públicos e incapacidade de interagir como membro da CI (FFP, 2013b; a)
Estado Frágil	Quando as estruturas estatais apresentam um défice de vontade política e/ou de capacidade de assegurar aos cidadãos as funções básicas necessárias à redução da pobreza, ao desenvolvimento e à salvaguarda da segurança e dos direitos humanos das suas populações (OECD, 2016).
Segurança Interna	Este conceito está consignado no ponto um do artigo 1.º da Lei de Segurança Interna como “a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”(LSI, 2008).
Terrorismo Transnacional	“Terrorismo transnacional corresponde ao crescente consenso de que o terrorismo raramente foi puramente interno, as ligações além-fronteiras tendem a ser fundamentais para potenciar a ameaça, desde logo em termos de financiamento e fornecimento de armamento.(...) Em suma, os grupos terroristas raramente respeitam fronteiras e têm tirado partido do fenómeno da globalização entendida como a intensificação de todo o tipo de interações-também violentas-entre atores e regiões das mais diversas partes do mundo.” (Reis, 2016, p.45) Terrorismo transnacional, quando pelo menos um dos atores é não-estatal e com capacidade global (Pereira, 2016, pp.56–57).

2. Glossário¹⁶

Al-Qaeda: Organização jihadista militante global sunita salafista fundada por Osama Bin Laden e outros no Afeganistão.

Daesh: Designação derogatória do Estado Islâmico baseada no seu acrónimo arábico.

Dar Al-Arb: Território não-islâmico; é a “morada da guerra”.

Dar Al-Islam: Território islâmico; é a “morada da paz”.

Sûra: Prática da consulta recomendada pelo Alcorão; órgão consultivo.

Sharia: Código moral e lei religiosa islâmica

Takfir: Pronunciamento de um muçulmano apóstata.

Umma: Comunidade islâmica; refere-se à comunidade islâmica mundial.

¹⁶ Adaptado de (Duarte, 2015).

Tabela 16 – Resumo de Orientações Políticas

Finalidade	Orientações	
<p>obter ganhos de eficiência, economias de escala e vetores de crescimento com efeitos no curto, médio e longo prazo.</p> <p>A racionalização da despesa militar é estabelecida em dois conjuntos de medidas, previstas no Programa do Governo, que visam corrigir este desequilíbrio. O primeiro conjunto exige a reorganização e racionalizar o Ministério da Defesa Nacional e a reestruturação superior das Forças Armadas e desativar unidades e equipamentos de armas não essenciais.</p> <p>O segundo conjunto de medidas - racionalizar os recursos humanos das Forças Armadas, privilegiando sempre a eficiência operacional, e ainda, a promoção do reagrupamento dos órgãos superiores da defesa nacional, pelo aproveitamento racional das instalações existentes e alienação de instalações desnecessárias.</p>	<p>1. Orientações para o ciclo de planeamento estratégico de defesa</p> <p>2. Orientações para a reorganização da macroestrutura da defesa nacional e das Forças Armadas</p>	<p>1. Constituem orientações para o planeamento estratégico</p> <p>a. A racionalização e a redução das capacidades civis e militares de ajuda de emergência</p> <p>b. O levantamento da capacidade</p> <p>c. O dispositivo das Forças Armadas</p> <p>O princípio orientador da reorganização é o cumprimento de missões com o mínimo de recursos, rentabilizando o apoio ao planeamento e aproveitando ao máximo as capacidades territoriais. O redimensionamento deve ser redimensionado de 30%, ao nível dos comandos das Forças Armadas.</p> <p>2. Estabelece-se, assim, que se consideram decisivos os produtos operacionais e os investimentos em recursos humanos correspondentes aos objetivos enunciados nas orientações inerentes medidas:</p>
<p>As orientações políticas para a implementação da reforma atribuíram tarefas, responsáveis pela sua execução, prazos e a prioridade requerida. Estas orientações foram articuladas em dois momentos: (i) o planeamento estratégico de defesa e (ii) a reorganização da macroestrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas.</p> <p>Definir tarefas, definir responsabilidades pela execução, definir prazos e mecanismos de articulação a observar no âmbito de implementação da reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas — Reforma “Defesa 2020”.</p>	<p>O processo político de implementação da reforma é executado em dois momentos distintos: (i) o de direção e o de (ii) controlo da execução. A direção política para a implementação do processo é efetuada, através da definição de objetivos, pela identificação das tarefas, pela definição de responsabilidades de execução e estabelecimento de prazos, bem como pela identificação dos recursos disponíveis anualmente. O planeamento dos recursos assume uma importância vital na implementação deste processo. Assim, o planeamento do orçamento para 2014 e anos seguintes deve ser elaborado em harmonia com as necessidades que decorrem da implementação do processo de reforma.</p>	<p>4. Tarefas do Planeamento Estratégico</p> <p>a. Ajustar os rácios de pessoal e equipamentos</p> <p>b. redimensionar o efetivo</p> <p>c. Elaborar os projetos de reorganização</p> <p>d. Dar início o Ciclo de planeamento</p> <p>5. Tarefas de reorganização das Forças Armadas</p> <p>a. Preparar: LDN; LOE</p>
<p>Define-se agora, numa segunda fase desta reforma, garantir a racionalização estrutural da dimensão conceptual gizada e o cumprimento das tarefas no âmbito do planeamento estratégico.</p> <p>Definir tarefas, prazos de execução e mecanismos de articulação, tendo em vista a implementação da reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas – Reforma “Defesa 2020”.</p>	<p>3. Tarefas do Planeamento Estratégico</p> <p>Tendo em conta o nível de concretização das tarefas da reorganização da macroestrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas, e atento à necessidade de alinhamento das mesmas com as tarefas concorrentes no âmbito do planeamento estratégico, estabelecem-se, adicionalmente, as seguintes indicações:</p>	<p>3. Tarefas do Planeamento Estratégico</p> <p>a. Ajustar os rácios de pessoal (60% em pessoal, 25% em equipamentos, incluindo capacidades, incluindo capacidades, incluindo capacidades, incluindo capacidades)</p> <p>b. redimensionar o efetivo</p> <p>c. Elaborar os projetos de reorganização</p> <p>d. Dar início o Ciclo de planeamento</p> <p>Constituindo a Lei de reorganização do planeamento a médio e longo prazo futuro sistema de forças armadas numa perspetiva realista e em conformidade com a OTAN e com a</p>

		com o CEMGFA, C projeto da LPM para (...).
over a revisão da LPM, que embora não sendo o único nto de edificação das capacidades militares, constitui o importante em termos de investimento que se torna so atualizar nesta fase do processo da Reforma.	Assim, nestes termos, estabeleço que: a. A metodologia a seguir na revisão da Lei tem de obedecer aos parâmetros definidos no artigo 16º da Lei nº 4/2006, de 29 de agosto; b. O processo de revisão da LPM constitui a oportunidade para adequar os recursos financeiros à edificação da componente operacional do sistema de forças, conciliando os compromissos assumidos com as prioridades para a manutenção e o desenvolvimento de capacidades; c. O projeto da LPM deve ser elaborado para a programação do investimento público das Forças Armadas para um período máximo de doze anos, em que o 1.º quadriénio inclua os compromissos a assumir na área da Defesa, o 2.º quadriénio, com carácter indicativo, contemple a prospetiva de despesa, e ainda, excecionalmente, um 3.º quadriénio para o caso de sistemas/equipamentos que justifiquem uma programação financeira mais alargada, com pressupostos e condições a definir.	8. Determino que: a. Os trabalhos de revis competências estabelec b. A DGAIED, em artici MDN, inicie os trabalh ser presente a Conselh
esente diretiva estabelece a orientação política para o ento de defesa para o quadriénio 2014-2018 enunciando orientadoras para as capacidades a edificar e prioridades as, tendo em conta as especiais circunstâncias ites da recente aprovação do SF 2014, bem como a de, escala e natureza das operações para as quais as rmadas deverão estar preparadas, em conjugação com as ões relevantes do planeamento da OTAN e da UE; esente Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa em por finalidades: ementar o planeamento de defesa orientado para o olvimento de capacidades com base no nível de ção e nos cenários prioritários de atuação com vista a ir requisitos de capacidades abrangendo o médio e longo , a identificar as lacunas consideradas prioritárias, a ir os objetivos de capacidades, implementando o seu olvimento e revendo os seus resultados. onizar, articular e otimizar o planeamento nacional com clo de planeamento OTAN e o processo de olvimento de capacidades da UE e incorporar os ivos de capacidades cometidos a Portugal no âmbito do amento de defesa. tir a manutenção e edificação das capacidades essenciais a defesa militar, busca e salvamento, vigilância e ização dos espaços de soberania ou sob jurisdição nal, se necessário através da eventual transferência de sos de capacidades excedentárias ou de menor dade.	(1) De acordo com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), Portugal deve estar dotado de uma capacidade dissuasora para desencorajar agressões, garantindo a possibilidade de fazer funcionar em tempo útil os mecanismos de contenção políticos, diplomáticos e militares inerentes ao exercício das responsabilidades de defesa coletiva no quadro das alianças de que Portugal é parte. (2) Pretende-se igualmente que as Forças Armadas se constituam num instrumento militar capaz de projetar forças conjuntas de elevada prontidão, com base num conceito modular, dispondo de capacidades que permitam um empenhamento autónomo ou integrado em forças multinacionais e em apoio da proteção civil.	a. Orientações para a (1) A DPF, entre outra e as prioridades para desta diretiva os Che Força Aérea. (2) De acordo com a D propostas sobre as ne respetivos Ramos pa Deverão ainda elal excedentário ou cuja b. Orientações para a (1) A edificação e sust militar, o qual se base lógica de planeamen recursos, que inclui quadriénio 2014-201 objetivo de alcançar capacidades, o valor para os órgãos centra No âmbito das respet (a) Dirigir o Grupo c garantindo a sinci recursos, no conte (...) (f) Coordenar a formul (g) Promover, coorden Forças Armadas, os equipamento e de ob



Apêndice C — Extratos das entrevistas realizadas

Disposições iniciais

As entrevistas constaram de um conjunto de questões que foram diferenciadas para alguns entrevistados, dada a especificidade do conhecimento, foram abordados temas como o TT, Daesh, capacidades das FFAA, OTAN, UE e FFAA Belgas. São apresentadas neste Apêndice as respostas que, em nosso entender, melhor contribuem para complementar a investigação.

Individualidades entrevistadas

Cód.	Título e Nome	Data da Entrevista	Funções desempenhadas pelos entrevistados
E1	General Loureiro dos Santos	10/Abr/17	Especialista em estratégia, segurança e defesa, com várias obras publicadas.
E2	Cor Inf (Doutor) Nuno Lemos Pires	10/Abr/17	Comandante do Corpo de Alunos da AM/ Professor de História, Defesa e Relações Internacionais / Especialista em estratégia, segurança e defesa, com várias obras publicadas.
E3	Tcor Inf (Doutor) Francisco Proença Garcia	07/Abr/17	Professor agregado do “Instituto de Estudos Políticos” da Universidade Católica Portuguesa. / Especialista em estratégia, segurança e defesa, com várias obras publicadas.
E4	Almirante Alexandre Reis Rodrigues	13/Abr/17	Autor de várias obras última de 2015 “Planeamento Militar por Capacidades” Membro do Grupo de Reflexão sobre segurança e Defesa do Instituto Humanismo e Desenvolvimento
E5	Cor Inf Paulo Jorge Varela Curro	17/Abr/17	Chefe da RPF / DIPLAEM / EMGFA
E6	CFR José Manuel Freitas	19/Abr/17	Chefe da Direção de Serviços de Armamento e Equipamento / DGRDN / MDN
E7	Cor Inf Maia Pereira	04/Abr/17	J3 Branch Chief SHAPE J3/NATO
E8	Commander Shayne Hussain	11/Abr/17	Concept & Capability Directorate / European Union Military Staff/UE
E9	Colonel (GS) Eric Kalajzic	05/Abr/17	Second-in-Command, General Intelligence & Security Service / FFAA Belgas
E10	TCor EngAer Carlos Alberto Lopes Ramos Batalha	05/Mai/17	Responsável pela Execução da LPM / Direção de Serviços de Armamento e Equipamento / DGRDN

Extratos das Entrevistas

Perguntas	
1	Considera que o Daesh, enquanto ameaça terrorista transnacional, utiliza uma estratégia assente em objetivos (<i>ends</i>), modos de atuação (<i>ways</i>) e meios (<i>means</i>)?
E1	<p>De acordo com a lei portuguesa o terrorismo não é possível ser considerado um ato de guerra.</p> <p>As FFAA só podem, no âmbito interno, atuar se for declarado um estado de exceção, o que não deve ser alterado.</p> <p>O Daesh tem uma estratégia assente em ends, ways e means, procurando criar um califado e assente numa conquista territorial.</p> <p>Um way que utilizam é de facto o terrorismo transnacional. Mantendo assim um diálogo estratégico, passando a mensagem de os deixarmos sossegados no seu canto ou de outra forma iremos ao vosso encontro (nos vossos países).</p>



E2	<p>O terrorismo não é uma forma de guerra. Porque a guerra tem objetivos políticos bastante claros e tem alvos determinados para atingir determinados fins. O terrorismo é uma técnica para atingir determinados fins, mas afasta-se da linha concorrente daquilo que é a guerra porque a guerra é entre atores reconhecidos.</p> <p>O terrorismo serve para impor o terror sobre a população para que ela intimide ou faça pressão sobre os governos para deixar passar os objetivos do peso político.</p> <p>O terrorismo e o Daesh (proto-Estado) utiliza de facto uma estratégia de ends, ways e means, que dentro dos seus ways e means utiliza a estratégia do terrorismo, mas é apenas mais uma. Sendo que a constituição de um estado islâmico é um dos seus objetivos e já o foi por seus antecessores e é o objetivo de qualquer movimento jihadista radical.</p> <p>A forma é que difere, se por um lado para Al-qaeda assenta numa base desterritorial, fazendo unir os crentes; o Daesh já parte de uma base territorial para destruir fronteiras e criar o califado físico e depois o virtual.</p>
E3	<p>Sem dúvida que o Daesh tem uma estratégia bem definida. Tem o objetivo de instalar um califado na região do Médio Oriente, tem meios e recursos. Tendo efetivamente o controlo de território.</p>
E8	<p>Daesh does employ ends, ways and means. Daesh wishes to establish a global Islamist caliphate. To do this it must undermine the Western capitalist model and replace it with its own IS version. It preys on the socially vulnerable and impressionable in order to radicalize and recruit. Terrorism is used as a weapon to undermine the Western economic, social and political model (e.g. targeting western tourist areas and city centres). Daesh exploits State insecurity and security vacuums, operating in lawless areas and conflict regions.</p>
2	<p>Como considera a possibilidade de o TT influenciar a conduta das guerras do presente?</p>
E1	<p>O terrorismo está a transformar-se na própria guerra, sendo visto como uma forma de atingir objetivos políticos. Que se combate em ambientes urbanos e junto à população, que faz o impacto de um atentado terrorista ter uma grande dimensão.</p>
E2	<p>O conceito de guerra também evolui e declarações de guerra não se têm verificado, e portanto devemos falar de conflito e guerra.</p> <p>Por conseguinte, em situações conflituais o terrorismo transnacional aparece como uma forma (um way) para os grupos atingirem os seus objetivos e alterações políticas. No caso do jihadismo radical pretende uma alteração política profunda (o islão radical).</p>
E3	<p>O TT tem efetivamente capacidade para influenciar a conduta das guerras. Senão vejamos, a nossa estratégia estrutural e genética que é influenciada para fazer face a uma determinada ameaça que se nos opõe, sendo que o TT é uma delas.</p> <p>No entanto, como é o caso da guerra contra o Daesh, a conduta da guerra é quase convencional [uma guerra híbrida]. Pelo que temos de ser adaptativos face a cada adversário</p>
E7	<p>Evidentemente que este movimento tem ditado o modo atual de fazer a guerra e tem servido de catalisador da evolução do ambiente operacional atual (numa perspetiva de perturbação mais que de apaziguamento), em que os Estados e as organizações militares têm de atuar hoje e têm de articular as suas respostas.</p> <p>A influência que o DAESH exerce hoje no quadro internacional determina mais que a conduta das guerras, determina a reação dos Estados ocidentais e dos principais intervenientes na comunidade internacional.</p> <p>Os ataques no coração dos Estados, contra as suas populações, tem atacado as funções primárias de cada Estado – os seus fins últimos – fator que determina uma crítica e repulsa permanente por todas as ações que esta organização desencadeia.</p> <p>Mais, determina uma reação permanente de prevenção desses atos e um desgaste imenso as máquinas militares que combatem a sua ação, nomeadamente nos países que optaram por colocar as Forças Armadas em reforço das suas Forças de Segurança.</p> <p>No caso da NATO, a Resposta possível radica num consenso a 28+1, cuja opção política até agora não tem sido clara e, portanto, não consensual, logo a ALIANÇA não participa no esforço de luta contra o terrorismo, sendo essa tarefa responsabilidade nacional ou bilateral.</p> <p>Talvez a única iniciativa da Aliança foi a participação da NAEW na vigilância e recolha de informação em apoio da coligação que combate a DAESH.</p> <p>Mas num âmbito mais vasto, apesar de não ser consensual é minha opinião que a atuação do DAESH tem modificado o modo de encarar a guerra e tem acrescentado novas dinâmicas ao fenómeno militar.</p>



	<p>Muito além da ameaça à segurança de cada estado, a luta contra o terrorismo levada a cabo por alguns países tem condicionado a disponibilidade de forças para a Aliança e tem criado situações em que cada Estado olha para as diferentes opções entre diferentes organizações de cariz militar, nomeadamente entre a NATO e EU.</p> <p>Em resumo, apesar da influência poder não ser linear e direta, razão pela qual nas se desenvolveram doutrinas específicas no combate ao terrorismo, o papel e atuações do DAESH, tem criado novas perspectivas na probabilidade de ocorrência e no modo de responder às ameaças de hoje, bem como novas preocupações onde antes era considerado território seguro.</p>
E8	<p>Rather than influence, perhaps they simply exploit conflicts to achieve their own ends. Daesh in Iraq / Syria probably has little interest in the Assad Regime or the rebel forces; it simply wishes to emerge as the key player in the region to further its own end-state.</p>
3	<p>Que capacidades das Forças Armadas podem ter emprego dual (segurança externa e interna) no âmbito de medidas: contraterrorista, antiterroristas e gestão de consequências?</p>
E1	<p>As FFAA, tal como hoje estão, não foram criadas para fazer face ao terrorismo. Mas devemos desenvolver forças que tenham essa capacidade.</p>
E2	<p>Todas as capacidades das FFAA podem ser empregues nos dois domínios. No entanto, não existe separação de segurança interna e segurança externa, existe apenas segurança. Há sim entidades primariamente responsáveis por uma e por outra.</p> <p>Por conseguinte, o nosso CEM é claro e define que as FFAA atuam, no âmbito interno, em reforço (quando contribui com capacidades idênticas e libertar as FSS) ou complementaridade (quando contribui com meios que as FSS não possuem - e.g. Antiaérea, aviões, helicópteros - com as FSS).</p> <p>Todas as capacidades podem ser utilizadas no âmbito da segurança interna, sempre de acordo com o nível da ameaça e de alerta. Considerando que os meios que possam vigiar sejam importantes, assim que começa a subir o grau de alerta.</p> <p>A intervenção dos meios das FFAA terá a ver com o grau de ameaça. Se tivermos um grau de alerta alto, mas a ameaça são elementos com facas ou pequenas viaturas, então não se justifica. Mas se por outro lado, a ameaça for constituída por grupos organizados e com armas pesadas, então as FFAA deverão ser chamadas a intervir. Razão pela qual, para teatros de operações internacionais onde esta realidade se verifica e não estão à altura das FSS, são empenhadas as FFAA (e.g. RCA, MO).</p> <p>O emprego exclusivo das FOPEsp, nas medidas contraterroristas, seja interna ou externamente, é bastante redutor. Porque no combate ao terrorismo, teremos de fazer prevenção, resposta e atuar junto do poder político. Conquistando as populações para que não apõem os grupos terroristas e isso é por forças constituídas de manobra com a parte proporcional do apoio de serviços.</p> <p>Tenho muitas dúvidas em dizer quais as capacidades que não combatem o terrorismo. Como tal não concordo com o duplo uso, porque a edificação de capacidades é para fazer face aos cenários e eles dizem quais os meios que precisamos e como tal os meios não estão desenhados só para fazer uma coisa.</p> <p>Importante referir que quando as FFAA vão intervir num território, seja nacional ou internacional, não devemos ser chamados como um 112 que vai resolver "aquele" problema. Vamos com uma prospetiva de criar de paz e estabilidade para que o fenómeno desapareça em todas as suas componentes, ou seja criar condições de segurança para que haja desenvolvimento económico, social, estabilidade governativa.</p>
E3	<p>Em primeiro lugar, para fazer face ao terrorismo a presença das FFAA é fundamental, porque a ação de presença credível é dissuasora.</p> <p>As informações é outra capacidade fundamental, que juntamente com as OpEspecias podem recolher informação.</p> <p>Para o contraterrorismo, na <i>ordem interna</i>, deve ser dada primazia às OpEspeciais, Comandos, OE, DAE que em, regime supletivo às FSS, podem desenvolver ações diretas.</p> <p>No <i>âmbito externo</i>, se alguma das Componentes (Marinha, Exército, FAP) tiver uma ação direta contra alvos terroristas, então enquadra-se nas medidas de contraterrorismo.</p> <p>As restantes capacidades podem executar medidas antiterroristas através de vigilância, controlo de fronteiras e outras.</p> <p>Na <i>gestão de consequências</i>, e se for em ambiente não permissivo, as FFAA devem estar preparadas para o executar. Como por exemplo devido a um ataque NBQR, onde a gestão das</p>



	<p>consequências deve incluir, em termos de continuidade no tempo, capacidade para a executar até a situação estar resolvida.</p> <p>As unidades de apoio de emergência e de engenharia, têm uma capacidade de emprego dual (civil e militar), seja devido a uma calamidade ou na sequência de um ataque terrorista que necessite do seu emprego. E podem ser empregues em TN ou internacionalmente e.g. Terramoto no Paquistão.</p> <p>No caso da Ciberdefesa, ela pode ser empregue nas três dimensões (CT, AT, GC), sempre em apoio ao comando e controlo.</p>
E5	<p>Todas as capacidades das FFAA podem servir para ser empregues na guerra convencional, como no combate ao terrorismo, desde que haja cobertura legal.</p> <p>Há, no entanto, capacidades que podem ser mais relevantes que outras para o combate ao terrorismo, seja no contraterrorismo, antiterrorismo ou na gestão de consequências.</p> <p>Por exemplo na Marinha, a Guerra de Minas não será tão importante como o comando e controlo.</p> <p>No caso do Exército, as Forças Especiais seriam mais direcionadas que as capacidades pesadas. No caso da gestão de consequências será outro em exemplo, o Regimento de Apoio de Emergência seria o caso.</p>
E7	<p>Claro que sim. Diria mesmo mais, devem. A palavra chave nesta participação é COMPLEMENTARIDADE. Este é o espírito da lei de Defesa nacional e das FFAA e da Lei de Segurança Interna.</p> <p>Num país com a dimensão de Portugal cada vez mais se exige uma definição clara de qual o papel que deve ser dado às FFAA de modo a rentabilizar meios e a maximizar efeitos.</p> <p>Não me cabe comentar o quadro legal enquadramento dessa Gestão, no entanto entendo que só em estados de exceção deve ser considerada essa possibilidade.</p>
E8	<p>Armed forces have a role in supporting civil security in maintaining internal security (such as border control and maritime security / interdiction operations). They also play a key role in situational awareness, from an intelligence sharing perspective.</p>
4	<p>Como vê o emprego das capacidades das FFAA em conjugação com outras entidades com responsabilidade de segurança interna, independentemente da legislação?</p>
E2	<p>Existe um paradoxo, como Portugal é um país seguro e ainda não foi atacado, então ainda não se colocou em prática, mas é possível. Alias, em missões externas, as FFAA podem atuar com as MSU e nunca houve problemas, internamente, mantem-se este paradoxo.</p> <p>Não sendo um problema nos países onde já sofreram ataques, como é o caso de França, Espanha, Bélgica e Holanda.</p>
E3	<p>Respondida juntamente com a pergunta 3.</p>
5	<p>Considera que as estratégias genéticas e estruturais foram influenciadas pelo terrorismo transnacional e a nova conflitualidade?</p>
E1	<p>As nossas FFAA foram desenhadas para combater um exército adversário, mas sendo o terrorismo a ameaça que mais preocupa, devemos reajustar as estratégias.</p>
E2	<p>As nossas estratégias foram bastante influenciadas pelo fenómeno do terrorismo. Entrando a moda do very light, very mobile e que tudo se resolvia com operações especiais. No entanto, a questão da Crimeia e da Rússia veio de novo trazer a capacidade pesada para cima da mesa. Porém, a cenarização estratégica é feita para ser utilizada a 50 anos, a longo prazo. Sendo este o caso de Portugal, ainda que esteja prevista uma atualização do Conceito Estratégico Militar, aproximadamente, de 10 em 10 anos.</p> <p>No entanto, como Portugal não é autónomo e, deve alinhar o seu conceito de segurança e defesa - segurança coletiva e cooperativa - com a OTAN e UE.</p>
E3	<p>As nossas estratégias genéticas e estruturais estão desenhadas tendo por base o que já tínhamos, olhando para o que gostávamos de ter, mas sobretudo para dar um rumo às ambições possíveis e refrear vontades. Mas as estratégias têm de ser extremamente flexíveis, para, como exemplo, atender os objetivos traçados pela OTAN, vertendo-se na LPM.</p> <p>As duas estratégias estão bastante interligadas, uma vez que para edificar uma capacidade tem de ser pensada uma estratégia estrutural para a acolher.</p> <p>Para fazer face a um conflito atual, de grande escala, é necessário manter a capacidade que permita fazer crescer as FFAA, para quando for preciso. Seja por aquartelamentos ou mesmo armamento. Porque não será de um dia para o outro que vamos construir um quartel ou comprar armas para os militares.</p>



6	Qual a sua perspetiva para as FFAA quanto ao desenvolvimento de capacidades e novas estruturas para poder contribuir eficientemente como produtor de segurança?
E1	Desenvolver uma capacidade de Ciberdefesa juntamente com as informações, será, porventura, das mais importantes para o combate ao terrorismo.
E2	O desenho das Forças está bem, no entanto o dispositivo está desajustado. Se adquirirmos o que está no nível de ambição e o que está previsto, atingimos os objetivos para garantir que temos umas FFAA eficientes enquanto produtor de segurança.
E3	Teremos de ter uma capacidade pesada e umas FFAA para fazer face ao convencional, pois existindo estas será possível o combate ao terrorismo. Mas essencialmente, desenvolver a capacidade de informações.
E7	As necessidades do atual ambiente estratégico são inúmeras e muito diversificadas, pelo que considero muito difícil que um país, por si só consiga assegurar o desenvolvimento de capacidades autónomas para as suas Forças militares. Na situação económica do nosso país, mais difícil se torna assegurar os mecanismos de investimento nas Forças Armadas que permitam o acompanhamento de todos os quadros de desenvolvimento de capacidades que nos assegurem estar na linha da frente do desenvolvimento de capacidades militares e nomeadamente que permitam fazer face ao terrorismo. No geral não considero que algum país, fora das grandes potências militares, esteja a desenvolver capacidades que lhe permitam enfrentar e ganhar a batalha no atual ambiente estratégico. No mínimo poderei abordar algumas áreas que possam ser consideradas como prioridade , nomeadamente: <ul style="list-style-type: none">- Tecnologia ISTAR e JISR- Tecnologia defesa Cibernética- Desenvolvimento de armamento não letal- Sistemas de C3I de geração avançada- Equipamento de segurança e proteção da Força- Incrementar as capacidades Conjuntas.- capacidade de projeção estratégica (essencialmente aero-naval)- defesa antimíssil- capacidade de atuar em ambiente hostil A2AD- capacidade de gestão estratégica de crises e de acompanhamento de operações correntes.- capacidades de atuação no domínio cognitivo, nomeadamente de informação (comunicação estratégica e operações de informação), de operar nas redes sociais e no cibernético espaço e de condução de operações Psicológicas e de contrainformação.- mecanismos de gestão de prontidão e de gestão global de Forças- renovação do armamento individual e coletivo.- meios de vigilância e o trabalho vigilância- capacidade de atuação no espectro eletromagnético- Sistemas de gestão e tratamento da Informação e inteligência no geral e em especial específica para este situação.- Sistemas de articulação e trocas de informação Numa perspetiva dual, todas estas capacidades são aplicáveis ao contra terrorismo. Em resumo, Portugal tem um longo caminho a percorrer no desenvolvimento de capacidades, de modo a poder enfrentar os desafios do atual ambiente operacional, no entanto devemos ser realistas quanto às nossas capacidades e usar o processo federativo para no seio da Aliança ou de outras organizações de defesa, assegurar de forma colaborativa a supressão das nossas “incapacidades” militares para “sobreviver” no atual ambiente operacional.
7	Considera que a <i>comprehensive approach</i> (CA) é a melhor forma de combater o terrorismo transnacional? Se não, qual a mais apropriada?
E1	Sem dúvida que sim e o comando/coordenação é essencial.
E2	Para se implementar um comprehensive approach (CA) deve haver um comando holístico, que se entende por comandar todas as componentes que atuam. Sendo que, o problema no CA é que só parte de uma componente, que é a militar. Porque uma estratégia pode ser limitada e ter prazo, é necessária uma ação holística da política e haver um planeamento integrado dos instrumentos.



	<p>Quando há uma <i>lead nation</i> facilita, que sob uma orientação política, coordene todos os atores presentes num TO, como foi o caso do Iraque com Peatreus, então haverá maior probabilidade de sucesso, que não aconteceu neste exemplo pq mudou o presidente do EUA</p>
E3	<p>A CA é sem dúvida a melhor forma de atuar no combate ao terrorismo, no entanto é difícil de agilizar. Seria necessário um comando/coordenação único e de um país, pois os interesses individuais dos atores minam a eficácia deste conceito.</p>
E7	<p>Considero que a CA é uma filosofia de abordagem dos problemas militares da atualidade que permite uma melhor adaptação à realidade atual, no entanto está longe de ser um mecanismo de resposta ao terrorismo.</p> <p>A resposta ao terrorismo inclui e incorpora o conceito de CA, no entanto uma possível resposta é muito mais ampla, multidisciplinar, complexa, exigente, com uma coordenação muito complicada e com inúmeras entidades com difícil interoperabilidade, baseado em inteligência muito específica, pelo que se torna difícil de implementar de forma autónoma por um país sem que seja efetivada uma promoção da cooperação inter-organizacional e internacional.</p> <p>Se relembrarmos os aspetos duais do emprego das Forças Armadas na luta contra o terrorismo, por certo que chegaremos a conclusão que ao desenvolver as Capacidades para responder aos desafios do atual ambiente estratégico estamos claramente a promover mecanismos de luta contra o terrorismo.</p> <p>No meu entendimento a CA é um meio e não um fim. É um conceito a manter presente em todas as abordagens, a aplicar, mas não um fim.</p>
E8	<p>Yes. Military force alone cannot defeat terrorism. It requires a strong information campaign / education to counter the Daesh propaganda, together with security capabilities and political and economic leverage to cut off State support and finances.</p>
E9	<p>Only an integrative and comprehensive approach of the phenomenon ‘terrorism’ can offer longtime solutions. First the kind of approach has to be developed nationality. It needs a common effort of all ministers and their respective administration, going from the education through economy and social protection to the security options. Terrorism is a multifaceted issue and the roots have to be clearly identified. A national, regional and local appropriation is needed; otherwise you fight the symptoms and not the root causes.</p> <p>To reach a sufficient level of effectiveness, for example in the realm of information exchange, EU Commission has to initiate and accompany initiatives and to standardize some procedures.</p> <p>Same is expected from NATO in specific niches where an added value is possible.</p> <p>We have to notice that, for most European nations, terrorism remains first a judicial and police issue. By consequence the armed forces could only play a role of support for other authorities. The full capacities of armed forces (going from soft to hard use of means) within the framework of NATO, EU or ad-hoc coalition could only be used abroad and against proto-state actor(s) or irregular organized fighters, but in close coordination with civilian national authorities and often with legal difficulties to enact or to exchange individual information (law on the privacy).</p>
8	<p>Como caracteriza o atual planeamento de defesa militar?</p>
E4	<p>O planeamento necessita ser interativo, o nível de ambição dos CEDN é sempre bastante genérico, fica a faltar o output. O documento que mais se aproxima é o Defesa 2020. O que as nossas FFAA devem garantir não está vertido.</p> <p>O nosso planeamento está assente em <i>Top Down</i>, pelo que fica vago no topo e sem visão política e de conjunto, o que o nosso país deve ter. Devia existir uma maior responsabilidade política no processo, ao mais alto nível, muito para além do ministro da defesa.</p>
9	<p>Considera que o nível de ambição das FFAA está adequado ao atual SFN?</p>
E4	<p>Na realidade o nível de ambição é vago e o atual SFN quase pode cumprir tudo. Mas na prática, se fossemos concretizar, mais detalhadamente, o que o SFN pode cumprir talvez chegássemos à conclusão que não conseguiria atingir essa ambição.</p>



10	Do SFN de 2004 para 2014, quais foram as capacidades e estruturas desenvolvidas que tiveram influência da nova conflitualidade e novas ameaças, em particular com possibilidade de emprego no combate ao terrorismo, com aplicabilidade seja externa e/ou internamente?
E5	<p>Aqui temos um paradoxo. De 2004 para 2014, tivemos uma aposta em forças ligeiras e médias, na componente terrestre. Na Naval a aposta foi no patrulhamento. E agora temos uma ameaça vinda do flanco sul, fazendo sentido as forças ligeiras e médias, assim como a vigilância naval e aérea, no entanto, neste momento a NATO está a dar preponderância a forças pesadas e está a solicita-la aos seus aliados.</p> <p>Assim faz sentido dizer que a nossa estratégia genética, nesse período (2004-2014) estava adequada para a missão e ameaças que se perspectivava, atualmente, sai fora do solicitado pela NATO. Outro exemplo, a NATO da Marinha solicita fragatas para combate, mas talvez para a ameaça do flanco sul, só uns patrulhões robustos serviriam.</p>
11	Que capacidades estão previstas melhorar e/ou desenvolver na sequência do ciclo de planeamento de defesa, para dar resposta às atuais necessidades e lacunas identificadas?
E5	<p>Neste momento já devíamos estar no passo 4 do CPDM, mas ainda estamos a olhar para as capacidades e isso deve a várias que razões que agora não interessam. Mas decorrente das reuniões com a NATO, em fevereiro deste ano [2017] as solicitações, como disse, são capacidades pesadas. Quando o que estamos a seguir é o que já vinha do SFN de 2014.</p> <p>Pelo que se poderá dar aqui uma mistura, na certeza, porém que só em 2032 poderemos atender às solicitações da NATO, ainda que alguma possam já ser pensadas no imediato de 2019, no próximo CPDM. Muito devido a motivos financeiros.</p>
E8	Counter-terrorism capabilities. Collective defence of Europe and 'hard power' should remain the domain of NATO.
12	Que estratégia está alinhada com os parceiros NATO e UE no âmbito do <i>Pooling and Sharing</i> e no de <i>Smart Defense</i>? Que projetos Portugal procura desenvolver em coordenação com a Agência Europeia de Defesa e <i>NATO Defence Planning Process</i>?
E5	<p>Portugal acompanha ambos os projetos, mas documentalmente na sua maioria.</p> <p>Nestes projetos participamos em alguns, porque achamos que para o nosso SFN e as capacidades que temos, faz sentido estarmos presentes. Como é o exemplo da Ciberdefesa, porque queremos nacionalmente desenvolver, mas também porque a escola de comunicações que está em Latina, vem para Oeiras e será chefiada por um português. Logo é do nosso interesse.</p> <p>Todos estes projetos são da responsabilidade da DGDRN, ainda que haja um delegado do EMGFA a acompanhar.</p>
E6	<p>Dentro dos projetos da OTAN e UE, são escolhidos os projetos que servem para mitigar as lacunas. Como exemplo temos um projeto na EDA de C-IED, onde estão mais envolvidos o Exército e a FAP. Onde colocamos à consideração do EMGFA e dos Ramos se têm interesse em participar nestas iniciativas, não tanto porque seja seguida uma estratégia genética que procure identificar a necessidade. É mais numa ótica de oportunidade.</p> <p>O nosso trabalho será também gerir os recursos envolvidos, sejam humanos ou financeiros. No âmbito da OTAN (Smart Defence), estamos no projeto de Ciberdefesa e harbour protection (proteção de portos), capacidade de projeção estratégica.</p> <p>Neste momento, no âmbito da EDA, existe uma complementaridade ao que a OTAN tem vindo a desenvolver, atendendo que grande parte dos países pertencem às duas organizações. Mas também para que o desenvolvimento do instrumento militar da UE não fique dependente da OTAN. Queremos implementar em Portugal o centro de treino de helicópteros (HTTC) e candidatámo-nos como <i>lead nation</i>.</p>
E8	Presently I am not aware of any programmes where both entities 'pool and share' capability. Some efforts are underway to improve cooperation on situational awareness but these are relatively limited. In operational theatres where both entities operate, some theatre-level cooperation is supported.
13	Quais são as atuais missões prioritárias de Defesa? O nível de ambição das FFAA está orientado para que o investimento em novas capacidades vá ao encontro das necessidades para o cumprimento das missões prioritárias da Defesa Nacional?
E5	<p>A filosofia até ao ano passado eram forças médias, forças ligeiras, projetáveis, meios navais ligeiros, meios aéreos para o transporte tático e estratégico, etc. Mas como já disse, passou para a filosofia de meios pesados. No entanto, por motivos financeiros nós iremos manter a estratégia que estávamos a seguir. Até porque se houver um entendimento entre os EUA e a Rússia, isto deixará de ser verdade.</p>



14	<p>Concerning the Belgium Armed Forces joint operations with security forces for homeland security what are their tasks? Can they use force? What's the legal framework?</p>
E9	<p>In general terms, they are in support of the civilian authorities (Ministry of Interior, Police, Governor or mayor). For the current operation Vigilant Guardian, the armed forces work according to an Agreement Protocol signed between MoI and MoD. The requesting service is the Federal Police which mostly acts as “in-between person” for the local polices. Due to the fact that the federal police is unable to reinforce and support the local police, it is requested that Defense forces provide a support in manpower, but only in the fight against terror framework.</p> <p>Military people, potentially coming from all the services, execute watches in front of critical buildings in cities like Brussels, Antwerp, Liège and Charleroi and reinforce the security dispositive on the main airports and nuclear power plants and execute patrols together with policemen.</p> <p>Clearly, military personnel have no police competences and couldn't arrest people, control their identities, or seize objects but they are authorized to maintain suspect persons under control until the arrival of police officers. A legislative initiative is been taken to adapt this situation and to give some police competences to the armed forces in some specific circumstances. The commanding authority is always a police officer. Some actions for the check of bags for example are authorized in certain and well defined conditions.</p> <p>Enlarged self-defense is the rule. It means that population could be protected by use of firearms in case of direct attacks. The reaction has to be in according to the level of the threat: rule of proportionality. Federal prosecutor tries to guarantee the legal protection of military personal, just like it exists for the police officers. The legal framework for the commitment of police is also valid for the armed forces, except a specific article (possibility to use violence to stop an escaping vehicle just after an attack).</p> <p>The legal bases for security homeland operations are government decisions in combination with requests from Commissioner-general of the Federal police , . The Federal police can request the assistance of the Armed Forces to maintain public order if the police has no sufficient means to do so and when the Armed forces are the only ones that can provide.</p> <p>Relations between Defense and police services are further detailed in two Protocols. One Protocol concerning support from Defense to police operations from 31 January 2003, and one Protocol concerning support from Defense to the integrated police service for surveillance missions from 13 March 2015.</p>
14	<p>What are the main vectors or strategic lines of action when you have to deal with a terrorist incident?</p>
E9	<p>“The fight against terrorism encompasses an extremely diverse range of concerns. Discussion and cooperation in European and international bodies have covered many different issues such as police and judicial cooperation, the fight against financing networks, increased measures to protect citizens and infrastructures against terrorist attacks, particularly in public transport, the fight against radicalism and recruitment and improved support for victims of terrorist acts. The different Belgian Federal Public Services involved in the fight against terrorism are coordinating their efforts. The Office of the Counter Terrorism Coordinator of the FPS Foreign Affairs is one of these services, along with FPS Justice, FPS Home Affairs, the Ministry of Defense as well as the Coordinating Unit for Threat Analysis (OCAM/OCAD), the State Security Service, the Federal Police and the Office of the Federal Prosecutor, among others. They are working to support prevention initiatives through optimal distribution of information, to ensure the appropriate response is adopted in the event of a terrorist attack and to reduce the threat to likely targets. Their task is all the more vital since Belgium is host to the European Commission, the European Council, the European Parliament and NATO Headquarters.”</p> <p>For all terrorist attacks or incidents, after the attacks of last 22d March 2016, the assessment and co-ordination are ensured from the national crisis center (General Direction Crisis Management which belongs to MOI). All the stakeholders are represented by at least one representative. All principles for the management of crisis are strictly applied. The National Security Council (political leaders and heads of relevant administration meet, as well for point of situation as for decision). An information policy, through different kinds of media is now also planned.</p>



15	What capabilities are the Belgium Armed Forces to develop in response to the current strategic environment, in close coordination with European Defence Agency and NATO Defence Planning Process? Is it aimed at fighting terrorism and conduct of hybrid warfare? If so, what is the identified need
E9	<p>In the fight against terrorism, it is mainly in the domain of Intelligence and Counter-Intelligence that Belgium takes initiatives, not necessarily under the auspices of EU or NATO.</p> <p>For example, we have started, together with GBR, FRA, DEU, NDL, DNK, USA an initiative to better share information on the Balkan routes used by as well refugees as returnees.</p> <p>We support the Operation Gallant Phoenix in JOR, monitoring and enquiries from OSINT to SIGINT in order to identify terrorist networks and to facilitate exchange of information between MS leading to police actions. Belgium is now looking to develop a Centre of Excellence OSINT, including the aspects SocMInt.</p> <p>Our General Intelligence and Security Service is ready to support the DOMEX initiative in KWT IOT exploit digital forensics coming from the region of RAQA and MOSUL.</p> <p>My country has also delivered an exchange platform for the exploitation of malware analysis to NATO in the domain cyber. In the realm of hybrid warfare, we develop our capacities of counter-influence, in close cooperation with the European initiative. All the initiatives and commitments contribute to the fight against terrorism in the current environment.</p>
16	No âmbito da execução da LPM, de forma e com que critérios são priorizados os projetos das capacidades das FFAA?
E10	<p>Os critérios para a atribuição de prioridades dos projectos foram definidos em Conselho de Chefes de Estado Maior e são os seguintes: X1-Edificação ou sustentação de capacidade, X2 - Relevância da capacidade vs MIFA, X3- Risco Operacional, X4 - Prioridades inscritas na DMPDM (o quer dizer esta sigla?); X5 - Edificação de capacidades transversais aos ramos/EMGFA.</p> <p>Depois, segundo um algoritmo, são conjugadas as ponderações tidas em consideração na última revisão da LPM, onde se coloca em primeira prioridade as ponderações X1 e X2, em segundo X2 e X3, por último a X5, criando assim o alinhamento entre as orientações estratégicas da LPM e o processo de seleção e execução dos projetos de investimento.</p>
17	Na sequência do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar (CPDM), o EMGFA e os Ramos propõem as suas estratégias estruturais e genéticas, após a identificação de lacunas e prioridades consequente da análise de risco. De que forma essas propostas são incorporadas e/ou cruzadas com as prioridades definidas pela DGRDN para a execução da LPM?
E10	<p>Por enquanto e para o ciclo que se encontra a decorrer, ainda não foram estabelecidas as orientações políticas (que poderão conduzir a prioridades de edificação de capacidades). A definição dessas orientações políticas é fornecida pela Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar, a qual deve elencar o nível de ambição, bem como as capacidades e prioridades que as FFAA devem considerar.</p> <p>Por norma, não havendo uma integração, de facto, das propostas dos Ramos, cada um apresenta as suas. Ou seja, o portfólio de capacidades é diferente e decorre das necessidades de cada ramo, mas tal pode não ser uma fragilidade para o processo, por e.g.: a FAP não necessita de novas capacidades, mas sim de manutenção das que têm, acompanhando o processo de modernização. Ao invés do Exército que necessita de edificar novas capacidade (e.g. VCI).</p> <p>No entanto, na fase em que estamos do Ciclo de Planeamento de Defesa Nacional (CPDM), ainda estamos no passo III, onde os objetivos de forças nacionais ainda não foram cruzados com os targets da NATO, pelo que as prioridades poderão ser redefinidas. Não obstante, em termos de processo de priorização, haver presentemente dois processos distintos, um pelo CPDM e outro para a implementação da LPM, que decorre, também, devido às fortes limitações financeiras que temos. Consequentemente, uma das provas da estratégia ser a exequibilidade (financeira, pessoal e material), mas por outro lado, também existem orientações políticas, de última hora, que poderão obrigar à edificação de capacidades diferentes das planeadas.</p>



18	No âmbito dos projetos de Smart Defence da OTAN e do Pooling and Sharing (EDA) da UE, como são cruzadas as necessidades de edificação de capacidades e a execução da LPM?
E10	<p>Neste momento, não se pode dizer que há uma estratégia genética, pensada para médio ou longo prazo, para incorporar os projetos no âmbito destas iniciativas. Porém, existem iniciativas ao qual os ramos se associaram, no sentido de ajudar a colmatar determinadas lacunas do SF, mas tipicamente numa base de oportunidade de participação. Adicionalmente, determinadas lacunas do SF poderão igualmente ser mitigadas com recurso à investigação e desenvolvimento, nacional ou internacional.</p> <p>Contudo, pode haver vantagens nestes projetos de oportunidade, porque mesmo não se encontrando planeado, como foi o caso da modernização dos Falcon 50, precisamente por não serem prioritários, conseguiu-se recorrer a fundos europeus de coesão para cofinanciamento dessas modificações, tornando-as bastante atrativas de incorporar (face à análise custo-benefício).</p>
19	Na sua opinião, que capacidades das FFAA foram ou estão pensadas ser edificadas para fazer face à ameaça terrorista? Não havendo qualquer indício que tal tenha sido pensado, quais são as capacidades que considera terem aplicabilidade sobre esta ameaça (enquadradas nas medidas de combate ao terrorismo)?
E10	<p>O princípio do planeamento por capacidades determinada que, à partida, estas não são edificadas de forma “tailored” para determinada ameaça, mas, pelo contrário, pelos efeitos capazes de gerar, podem ser impenhadas numa vasta gama de cenários.</p> <p>Contudo, podemos identificar vários projetos que poderão, embora sempre dependentes do cenário, serem empregues naquilo que concebes como combate ao terrorismo.</p> <p>Marinha: a aquisição de NPOs pode ser vista como a edificação de uma capacidade capaz de controlar espaços marítimos contra ameaças de baixa intensidade, a custos significativamente inferiores que o empenhamento em navios tipo fragata. Aquisição de Harbour Protection Modules, desenvolvidos no âmbito da NATO (e que PRT foi Lead nation) e com financiamento de 21 a 26 (total de 11,2M€)</p> <p>Exército: O reequipamento das forças ligeiras com VTLBs (via NSPA), o investimento na SOF (10,49M€) e capacidades ISTAR são exemplos da edificação de capacidades neste ramo.</p> <p>No caso da FAP, a capacidade ISR deverá continuar a ser modernizada e com base no P-3 (que atualmente é MUITO mais que um MPA). Para modernização da capacidade encontra-se previstos 20,8M€ a partir de 21.</p>
20	Na sua opinião, que processos e/ou medidas deveriam ser melhoradas e/ou implementadas para que a estratégia de desenvolvimento e aplicação da força (estratégias estrutural, genética e operacional) fosse alinhada nos 3 Ramos face ao impacto do terrorismo transnacional e às novas guerras?
E10	<p>Pessoalmente, considero que a edificação de capacidades não deverá ser especificamente direcionada para determinada ameaça, neste caso o terrorismo transnacional, mas enquadrada nos interesses do Estado e nas ameaças que se colocam ao mesmo, tendo sempre presente uma avaliação do risco, intensivo e extensivo. Ou seja, mais do que edificar esta ou aquela capacidade com vista a fazer face a esta ou aquela ameaça, considero que o mais importante seria a edificação CONJUNTA de capacidades, i.e. criando um processo liderado pelo EMGFA e completamente integrador de TODAS as capacidades dos Ramos e segundo critérios estabelecidos em cede de CCEM, sob orientações políticas. Esta metodologia evitaria duplicações e criaria coerência entre capacidades, aquando da sua edificação.</p> <p>Especificamente no que concerne ao combate ao terrorismo, julgo que a abordagem proposta por Robert Mandel é interessante. Ao invés de nos focarmos na ameaça, que pela natureza é difícil de eliminar, talvez devêssemos focar nos ALVOS dessas ameaças, criando defesas e resiliências (estratégia de negação). As capacidades militares, nomeadamente ligeiras, podem ter aplicação neste âmbito.</p>